

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO

JORGE MIGUEL NASCIMENTO GUERRA

**BICHAS PRETAS, SABERES OUTROS E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES
DECOLONIAIS A PARTIR DO CONTEÚDO PRODUZIDO NAS MÍDIAS SOCIAIS**

CRICIÚMA
2024

JORGE MIGUEL NASCIMENTO GUERRA

**BICHAS PRETAS, SABERES OUTROS E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES
DECOLONIAIS A PARTIR DO CONTEÚDO PRODUZIDO NAS MÍDIAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado em Direito, Linha de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Professora. Dra. Fernanda da Silva Lima.

Criciúma

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G934b Guerra, Jorge Miguel Nascimento.

Bichas pretas, saberes outros e direitos humanos: reflexões decoloniais a partir do conteúdo produzido nas mídias sociais / Jorge Miguel Nascimento Guerra. - 2024.

140 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2024.

Orientação: Fernanda da Silva Lima.

1. Direitos humanos. 2. Direitos dos homossexuais. 3. Homossexuais masculinos. 4. Minorias sexuais e de gênero. 5. Decolonialidade. 6. Mídia social. I. Título.

CDD 23. ed. 341.12191

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC


JORGE MIGUEL NASCIMENTO GUERRA

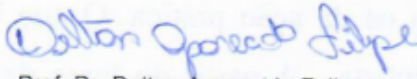
**“BICHAS PRETAS, SABERES OUTROS E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES
DECOLONIAIS A PARTIR DO CONTEÚDO PRODUZIDO NAS MÍDIAS SOCIAIS”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.


Criciúma, 05 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA DA SILVA LIMA**
Data: 05/07/2024 15:20:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Profa. Dra. Fernanda da Silva Lima
(Presidente e Orientador (a) – UNESC))


Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe
(Membro externo – UEM)

Prof. Dr. Maurício da Cunha Savino
Filó
(Membro Suplente – PPGD/UNESC)


Profa. Dra. Débora Ferrazzo
(Membro – PPGD/UNESC)

Jorge Miguel Nascimento Guerra
Mestrando(a)

Criciúma, 05 de julho de 2024.


Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
Coordenador PPGD

*A todos aqueles, encarnados ou não, que
trilharam um caminho tortuoso para que hoje
eu pudesse acreditar na realização dos
meus sonhos, agradeço. Nossos passos
vêm de longe!*

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho especialmente a minhas duas maiores referências, aquelas que me fizeram ser quem sou e sem as quais eu não almejaria metade das coisas que almejo: Dona Carmem, meu eterno porto seguro e Mada, o meu exemplo de força, cuidado e amor incondicional. Muito do que sou faz parte de quem vocês foram/são e por isso sou eternamente grato.

A minha criação veio majoritariamente de mulheres pretas que sempre foram modelo e espelho pra mim ao vê-las superar obstáculos e vencer as maiores dificuldades sem perder o carinho e a ternura. Menciono nominalmente essas inspirações e também dedico este trabalho a elas: Dona Lia, Juce, Fidélia, Ligia, Néia, Ângela, Janice, Conceição e Áurea. A vocês o meu muito obrigado!

Aos meus irmãos e irmãs, de sangue ou presentes da vida: Jade Fernanda, Ocilene Oliveira, Juliana Maria, Bianca Barreto, Alisson Nobre, Aline Guerra, Hemili Camilo e Ocilene. Vocês dão sentido à minha existência.

Aos primos/irmãos/amigos/confidentes: Jean Sacramento, Eliza Rosário, Anderson Guerra e Rafa Sacramento.

Aos amigos que “mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim”, foram e são sempre o meu suporte em vida: Renan, Paula, Doug e João, meu grupinho do cotidiano, dos bares, dos perrengues, do suporte, dos puxões de orelha e das comemorações; Yara, minha pessoa, sou muito grato por dividir a vida contigo; Leonardo Zamparetti, sem o qual eu não teria sequer feito o processo seletivo deste programa de mestrado; Pedro e Vanessa, amizades estabelecidas e inabaláveis pro que der e vier (e às vezes vem muita coisa); Luiz Fernando, são quase 10 anos de amizade e quando achávamos que não tinha mais pra onde crescer, descobrimos um novo universo chamado Florianópolis que só nos aproximou ainda mais. Muito obrigado pelo tanto de coisas que só a gente sabe; Laís e o seu apoio incondicional, sua confiança inabalável em mim e na minha capacidade de superar obstáculos; Eric, gratidão pelo nosso encontro “aleatório” em Salvador e por tudo que se desenrolou desde então, você me inspira demais e o carinho que tenho por você não caberia em palavras neste espaço.

Aos amigos de mestrado, que fizeram essa jornada parecer muito mais leve entre surtos, fofocas e festinhas, mas muito compromisso sempre: Lídia, Matheus, Maria Laura, Luiz, Caio, Elcemara, Flúvia e Samuel.

Onde esperava encontrar colegas de trabalho, encontrei amigos com os quais não preciso me retrair (embora as vezes fossem bom rsrs) e me sinto sempre em um espaço seguro. Não é à toa que nos chamamos de FAMÍLIA Batista&Galvão. Estendo o agradecimento, especialmente, ao meu amigo de jornada Adriano Galvão, que muitas das vezes me entende sem que eu precise dizer uma palavra e me apoia sempre! Estamos juntos na “construção dessa caminhada” chamada vida, meu amigo!

À minha orientadora, Fernanda Lima, pelo suporte dispensado na produção desta pesquisa tão importante para mim.

Aos antigos chefes e atuais amigos Mari e Alex, vocês fizeram de mim o profissional que sou e que privilégio o meu de poder aprender não só o ofício, mas como me portar no mundo observando vocês.

Ao NEABI, um lugar de produção de conhecimento coletivo, resistência e sobretudo aquilombamento. Agradeço em especial à Professora Normélia Ondina Lalau por todo carinho, ensinamentos e parceria em todas as atividades desenvolvidas.

Enfim, a todos que passaram pela minha vida e contribuíram com o meu amadurecimento e formação, sem os quais eu não teria chegado até aqui hoje.

“Agradecer ter o que agradecer. Louvar e abraçar!”

É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos

(Jeferson Tenório – O Averso da Pele)

RESUMO

A presente dissertação analisa uma série de vídeos do canal Muro Pequeno, comandado por Murilo Araújo, que comumente se apresenta como uma bicha preta e nordestina. O canal Muro Pequeno, ativo no YouTube desde 2016, foi criado por Murilo como um espaço para discutir questões relacionadas à negritude, identidade LGBTQIA+, e experiências pessoais de exclusão e resistência. O canal se destaca por seu enfoque em temas como interseccionalidade, decolonialidade, e direitos humanos, abordando de maneira crítica as estruturas sociais que marginalizam corpos negros e dissidentes. A pesquisa foca em uma seleção de vídeos representativos do canal, nos quais Murilo utiliza sua vivência como bicha preta para construir narrativas e reflexões que desafiam o pensamento hegemônico e ampliam o debate sobre cidadania e direitos humanos a partir de uma perspectiva decolonial. O problema orientador da pesquisa consiste em analisar de que forma acontecem as reflexões decoloniais no processo de luta por direitos humanos e como as bichas pretas¹ podem contribuir para esse debate por meio da sua produção de saberes outros nas mídias sociais, a partir do canal Muro Pequeno, verificando se os vídeos postados por Murilo podem ser considerados como produção de conhecimento ainda que fora dos requisitos exigidos pela academia para tanto. A hipótese levantada é que, apesar de enfrentarem discriminação em decorrência da interseção entre raça e gênero, as bichas pretas continuam produzindo conhecimento, também nas redes sociais, embasadas em suas subjetividades desestabilizadoras e impulsionadas pelos processos históricos que vêm das lutas coletivas, a exemplo do próprio Movimento Negro. As bichas pretas utilizam suas vivências e subjetividades para construir novos saberes e desconstruir estereótipos, preconceitos e opressões. O objetivo geral do trabalho é analisar a produção de saberes outros pelas bichas pretas nas mídias sociais, no caso o canal Muro Pequeno do YouTube, e como esses corpos estão contribuindo para as reflexões decoloniais no processo de luta por direitos humanos. Visando ao alcance do objetivo geral, foram delimitados três objetivos específicos, que estão dispostos, respectivamente, nos três capítulos do desenvolvimento desta dissertação, quais sejam: Analisar como a teoria crítica dos direitos humanos pode contribuir com as reflexões decoloniais no contexto das lutas por direitos humanos das bichas pretas, levando em conta a interseção entre raça, gênero, sexualidade e classe sob a ótica da decolonialidade; Investigar como as reflexões decoloniais podem ser aplicadas ao debate sobre o “entre lugar” das bichas pretas, considerando como esses corpos historicamente marginalizados e oprimidos podem construir saberes outros a partir de suas subjetividades desestabilizadoras, produzindo conhecimentos críticos desafiando as estruturas de poder que perpetuam sua exclusão social; e identificar a produção de saberes outros pelas bichas pretas nas mídias sociais, por meio do canal Muro Pequeno e sua contribuição para a área dos direitos humanos em perspectiva crítica sobre as subjetividades dissidentes na construção de novas epistemologias jurídicas e sociais. O método de abordagem utilizado foi o indutivo, já o método de procedimento foi o monográfico. A pesquisa utilizou as técnicas bibliográfica e documental. A dissertação vincula-se à área de concentração em Direitos Humanos e à linha de pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC).

¹ Neste trabalho o termo “bicha preta” se refere a homens gays pretos e pardos, que compõe a população negra brasileira nos termos do IBGE

Palavras-chave: Bichas pretas. Decolonialidade. Mídias sociais. Direitos Humanos. Saberes outros.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes a series of videos from the YouTube channel "Muro Pequeno," run by Murilo Araújo, who commonly identifies himself as a Black queer² person from the Northeast of Brazil. The "Muro Pequeno" channel, active on YouTube since 2016, was created by Murilo as a space to discuss issues related to Blackness, LGBTQIA+ identity, and personal experiences of exclusion and resistance. The channel stands out for its focus on themes such as intersectionality, decoloniality, and human rights, critically addressing social structures that marginalize Black and dissident bodies. The research focuses on a selection of representative videos from the channel, in which Murilo uses his experience as a Black queer person to construct narratives and reflections that challenge hegemonic thinking and expand the debate on citizenship and human rights from a decolonial perspective. The guiding question of the research is to analyze how decolonial reflections occur in the struggle for human rights and how Black queer individuals can contribute to this debate through their production of alternative knowledge on social media, specifically through the "Muro Pequeno" channel, examining whether the videos posted by Murilo can be considered as knowledge production, even if they do not meet the requirements typically demanded by the academy. The hypothesis raised is that, despite facing discrimination due to the intersection of race and gender, Black queer individuals continue to produce knowledge, including on social media, based on their destabilizing subjectivities and driven by historical processes stemming from collective struggles, such as the Black Movement itself. Black queer individuals use their experiences and subjectivities to build new knowledge and deconstruct stereotypes, prejudices, and oppressions. The general objective of the work is to analyze the production of alternative knowledge by Black queer individuals on social media, specifically the "Muro Pequeno" YouTube channel, and how these bodies are contributing to decolonial reflections in the struggle for human rights. To achieve the general objective, three specific objectives were outlined, each corresponding to the three chapters of this dissertation: To analyze how critical human rights theory can influence decolonial reflections in the context of the human rights struggles of Black queer individuals, considering the intersection of race, gender, sexuality, and class from a decolonial perspective; To investigate how decolonial reflections can be applied to the debate on the "non-place" of Black queer individuals, considering how these historically marginalized and oppressed bodies can construct alternative knowledge from their destabilizing subjectivities, producing critical knowledge that challenges the power structures perpetuating their social exclusion; and to identify the production of alternative knowledge by Black queer individuals on social media, through the "Muro Pequeno" channel and its contribution to the field of human rights from a critical perspective on dissident subjectivities in the construction of new legal and social epistemologies. The approach method used was deductive, while the procedural method was monographic. The research utilized bibliographic and documentary techniques. The dissertation is linked to the area of concentration in Human Rights and the research line in Human Rights, Citizenship, and New Rights, of the Postgraduate Program in Law at the University of Southern Santa Catarina (PPGD/UNESC).

Keywords: Black queer individuals. Decoloniality. Social media. Human rights. Alternative knowledges.

² In this work, the term "black queer" refers to Black and Brown gay men, who are part of the Black population in Brazil according to IBGE's definition.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQIA+ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, queer, intersexo e outras identidades

NEGRA Núcleo de estudos em gênero e raça

NUPEC Núcleo de pesquisa em direitos humanos e cidadania

UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EU VOU TE CONVENCER AO QUE NÃO TE CONVÉM	21
2.1 COLONIALISMO COMO UMA MARCA DE CAPITALISMO PARTICULAR	32
2.2 COLONIALIDADE EM CARÁTER POLÍTICO, EPISTEMOLÓGICO E ONTOLÓGICO	41
2.2 PERSPECTIVAS EM UM CONTEXTO DECOLONIAL: PORQUE PENSAM QUE SOMOS MONSTROS?	55
3 VOU TE CONTAR A LENDA DA BICHA ESQUISITA, NÃO SEI SE VOCÊ ACREDITA, ELA NÃO É FEIA (NEM BONITA)	62
3.2 INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES	64
3.1 RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE	72
3.3 SÍMBOLOS E EXPECTATIVAS IMPOSTAS SOBRE A BICHA PRETA	80
4 UM VÍRUS QUE CONTAMINA SUAS IDEIAS, EU VOO LONGE, ALTO EU VOU MAS EU VOLTO	86
4.1 PRODUÇÃO DE SABERES OUTROS PELAS BICHAS PRETAS: UM PERCURSO METODOLÓGICO	90
4.2 MÍDIA DIGITAL COMO UMA FERRAMENTA CAPAZ DE POTENCIALIZAR DISCUSSÕES E DEBATES	102
4.2.1 Bichas pretas e interseccionalidade	104
4.2.2 Saberes outros, Representação e Empoderamento	113
4.2.3 Direitos Humanos, lutas e antirracismo	118
4.3 A PRODUÇÃO DA BICHA PRETA A PARTIR DA SUA SUBJETIVIDADE DESESTABILIZADORA: CONCLUSÃO DE UMA BICHA PRETA A PARTIR DE OUTRA BICHA PRETA	125
5 CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

A frase “não basta ser preto, tinha que ser viado” ou qualquer das suas variantes possíveis não é estranha às bichas pretas. Quando não ditas com o intuito de ofender, são ecoadas constantemente de frente ao espelho em razão de uma construção social que resguarda para estes corpos o lugar de inexistência intelectual e política.

Essa máxima condensa o entendimento presente na sociedade de que ser negro é indesejável, ser gay também o é e interseccionar estas características seria imperdoável.

Para que se alcance a condição de sujeito e de cidadania é necessário ter qualidade de membro na sociedade e acessar serviços e direitos numa cidadania que precisa ser conquistada. Partindo dessa máxima, questiona-se também qual o papel de cidadania ocupado por estes corpos pretos e homossexuais.

Assim, podemos perceber que a figura das bichas pretas, já atravessadas pelo racismo, vai de encontro às bases determinantes do gênero, vez que não atendam ao que se espera de uma figura masculina e principalmente negra e masculina.

Há que se destacar ainda que o pretense caráter de universalidade dos direitos humanos foram pensados e propostos por homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, cristãos e de classe média/alta. Assim, é importante ponderarmos sempre esses direitos para não acabarmos reproduzindo violências na sanha de levantar uma bandeira de universalidade que, na prática, não abarca corpos negros e de sexualidades dissidentes.

Assim, estes corpos ocupam um “entre lugar” que permanece ainda que essa bicha preta busque uma relação de pertencimento dentro do movimento LGBTQIA+ que, em reflexo do que é a própria sociedade, costuma construir ambientes brancos e elitizados, com pouquíssimos espaços de afeto e acolhimento para quem foge ao padrão estético e social, massivamente representado pelos homens brancos homossexuais de classe média e alta.

A pesquisa ora apresentada se dedicou a analisar como as dinâmicas sociais foram se construindo de forma a resultar essa exclusão das bichas pretas que não encontram apoio senão apenas entre os seus iguais, mas, sobretudo, como esses corpos permaneceram e permanecem encontrando formas de se organizar e produzir

conhecimento, na contramão do que se espera, tendo atualmente a internet como um importante meio de divulgação destas produções.

Neste sentido, nenhuma dessas opressões e exclusões foram suficientes para impedir que esses corpos se colocassem enquanto produtores de conhecimento. Na falta de espaço acadêmico e profissional, as bichas pretas viram na internet, por meio do ativismo digital, uma oportunidade de se aquilombarem e seguirem compartilhando conhecimento tanto entre si quanto para qualquer pessoa com acesso à internet.

Todos os capítulos desta dissertação foram cuidadosamente titulados com nomes de músicas que têm uma profunda conexão com os temas abordados. Cada música escolhida não apenas contextualiza o conteúdo do capítulo, mas também serve como uma inspiração para a reflexão crítica e o engajamento emocional com as questões discutidas. Notas de rodapé fornecem links para que os leitores possam acessar as músicas mencionadas. Recomenda-se que, antes de ler cada tópico ou subtópico, os leitores ouçam a música correspondente para criar um ambiente propício à compreensão das ideias e experiências que serão analisadas, permitindo uma imersão mais profunda nos debates propostos.

A pesquisa tem como problema: De que forma acontecem as reflexões decoloniais no processo de luta por direitos humanos e como as bichas pretas podem contribuir para esse debate por meio da sua produção de saberes outros nas mídias sociais, a partir do canal Muro Pequeno?

Como hipótese para orientar o presente estudo, propõe-se que as bichas pretas, mesmo diante da discriminação resultante da interseção entre raça e gênero, continuam a ser agentes ativos na produção de conhecimento nas redes sociais. Essa produção é alimentada por suas subjetividades desestabilizadoras, que desafiam as normas estabelecidas, e é impulsionada por processos históricos de resistência e luta coletiva, como os promovidos pelo Movimento Negro. Esse movimento, conforme analisado por Nilma Lino Gomes (2017), é entendido aqui como um ator político fundamental, que não apenas luta por direitos e reconhecimento, mas também educa, formando consciências e moldando identidades ao criar espaços de contestação e de afirmação das vivências negras. As bichas pretas, ao se engajarem nessas redes, dão continuidade a esse legado, utilizando suas vozes para reconfigurar as narrativas e afirmar suas existências como parte da luta maior por justiça social e igualdade racial.

Nesse sentido, esses corpos constroem epistemologias decoloniais a partir de suas subjetividades e promovem novas estratégias, como aquelas utilizadas no canal Muro Pequeno do YouTube, criando e disseminando conhecimento.

As bichas pretas utilizam suas vivências e subjetividades para construir novos saberes e desconstruir estereótipos, preconceitos e opressões. A pesquisa demonstra como as mídias sociais se tornaram importantes ferramentas de luta política e espaço de reconhecimento e representatividade para corpos dissidentes.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a produção de saberes outros pelas bichas pretas nas mídias sociais, em especial no canal Muro Pequeno do YouTube, e como esses corpos estão contribuindo para as reflexões decoloniais no processo de luta por direitos humanos.

Visando ao alcance do objetivo geral, foram delimitados três objetivos específicos, quais sejam: Analisar como a teoria crítica dos direitos humanos pode contribuir com as reflexões decoloniais no contexto das lutas por direitos humanos das bichas pretas, levando em conta a interseção entre raça, gênero, sexualidade e classe sob a ótica da decolonialidade.; Investigar como as reflexões decoloniais podem ser aplicadas ao debate sobre o “entre lugar” das bichas pretas, considerando como esses corpos historicamente marginalizados e oprimidos podem construir saberes outros a partir de suas subjetividades desestabilizadoras, produzindo conhecimentos críticos desafiando as estruturas de poder que perpetuam sua exclusão social; e identificar a produção de saberes outros pelas bichas pretas nas mídias sociais, por meio do canal Muro Pequeno e sua contribuição para a área dos direitos humanos em perspectiva crítica sobre as subjetividades dissidentes na construção de novas epistemologias jurídicas e sociais

Ressalta-se a importância desta pesquisa por diversas razões. Em primeiro lugar, ela aborda uma questão relevante e atual relacionada à interseção de raça, gênero e sexualidade, especialmente no contexto das mídias sociais, lançando luz sobre as vozes e perspectivas dos grupos historicamente marginalizados e pouco representados. Isso é crucial para promover uma maior diversidade e inclusão no espaço público e na esfera acadêmica, onde tais vozes muitas vezes são negligenciadas.

Além disso, destaca-se a importância das reflexões decoloniais e da desconstrução de estereótipos e preconceitos, não apenas dentro do âmbito dos direitos humanos, mas também como uma contribuição para a construção de novas

epistemologias jurídicas e sociais, desafiando as estruturas de poder que perpetuam a exclusão social. Assim, a pesquisa pode contribuir para a construção de novas epistemologias decoloniais a partir da perspectiva das bichas pretas e, em especial, por meio da análise do canal Muro Pequeno, valorizando e reconhecendo as produções de conhecimento de corpos historicamente marginalizados e oprimidos. Ademais, a pesquisa propõe uma abordagem crítica e inclusiva dos direitos humanos, trazendo importantes reflexões sobre sua aplicação e uma educação em direitos humanos mais abrangente, considerando a intersecção entre raça, gênero e sexualidade. No campo jurídico, ela pode contribuir para a construção de práticas mais inclusivas e efetivas de luta por direitos humanos.

O estudo desenvolvido neste trabalho está inserido na área de concentração em Direitos Humanos e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – programa de Mestrado (PPGD/UNESC). Além disso, também possui pertinência temática com a linha de pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos (e conseqüentemente, NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania, no qual a professora Doutora Fernanda da Silva Lima, orientadora deste trabalho, está inserida, e está de acordo com os estudos realizados no NEGRA – Núcleo de Estudos em Gênero e Raça, coordenado pelas professoras Prof. Dra. Fernanda da Silva Lima e Prof. Dra. Lucy Cristina Ostetto, haja vista o trabalho se proponha a analisar questões de raça e gênero.

O marco teórico do presente trabalho será a produção acadêmico/literária de autores e autoras negros e negras a respeito da realidade racial a partir dos processos de colonização, trazendo a teoria crítica dos direitos humanos, bem como a teoria crítica do direito em si.

Os autores escolhidos fornecerão uma sólida sustentação teórica ao trabalho proposto trazendo perspectivas críticas e decoloniais que ajudarão a compreender as experiências das bichas pretas e a analisar o papel das mídias sociais na produção de conhecimento e na luta por direitos.

Para dar embasamento e fundamento a esta pesquisa, utilizaremos Fanon (2008), ao discorrer sobre zona do ser e zona do não ser, hooks (2009), com a sua teoria feminista da margem ao centro, Mbembe (2020) em seu ensaio sobre necropolítica e o tratamento fornecido pelas políticas estatais aos corpos pretos, Vieira

(2019) em seu capítulo denominado Racismo, o chão do Brasil e Akotirene (2019) com as suas reflexões sobre interseccionalidade.

Por exemplo, Fanon, com sua análise da zona do ser e zona do não traz uma compreensão profunda das experiências psicológicas e sociais vividas pelas pessoas negras, incluindo as bichas pretas, em sociedades colonizadas. Isso permitirá uma reflexão sobre como a negação do reconhecimento e da humanidade desses corpos afeta seus direitos humanos.

Por sua vez, bell hooks, ao desenvolver a teoria feminista da margem ao centro, oferece uma visão crítica sobre as experiências das mulheres negras, destacando a necessidade de valorizar suas vozes e lutas dentro dos movimentos feministas. Isso permitirá uma análise das vivências das bichas pretas, que estão situadas na intersecção da raça, gênero e sexualidade, e muitas vezes são marginalizadas tanto dentro da comunidade negra quanto no movimento LGBTQIA+. A partir da teoria de hooks, será possível refletir sobre como as bichas pretas podem reivindicar seus direitos humanos e se posicionar de forma mais central nos discursos e práticas de empoderamento.

Teremos ainda outros autores e autoras de referência, quais sejam: Nilma Lino Gomes, Ochy Curiel, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Jaqueline Gomes de Jesus, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Bruna Cristina Jaquette Pereira, Fernanda da Silva Lima, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Silvio de Almeida, dentre outros autores e autoras que possuem diversas pesquisas e grandes contribuições para os estudos de raça.

Importante trazer ainda autores e autoras negros e negras do Direito que contribuirão com esta pesquisa a partir das suas respectivas áreas: Thula Pires, Ana Luiza Flauzino, Luciano Góes, Dora Lúcia Bertúlio de Lima, Eunice Prudente e Edmo Cidade de Jesus.

Os pensadores elencados contribuirão para a construção de uma análise decolonial que questiona as estruturas de poder que marginalizam e silenciam as vozes das bichas pretas. Através de suas perspectivas teóricas e experiências, eles fornecem um arcabouço crítico para entender as interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade e classe, além de oferecerem reflexões sobre como enfrentar as opressões e promover a transformação social necessária para garantir os direitos humanos das bichas pretas.

O método indutivo é o mais apropriado para nossa abordagem, uma vez que ele "parte do particular e sobe ao geral". Assim, podemos observar e analisar casos específicos para, a partir deles, formular generalizações ou teorias mais amplas.

A escolha da abordagem indutiva é baseada na necessidade de reconhecer e valorizar a singularidade dos conhecimentos produzidos pelas bichas pretas no ambiente digital, sem pré-determinar conclusões. Essa abordagem nos permite construir conhecimento a partir da própria realidade empírica, observando diretamente as práticas e discursos presentes nos vídeos do canal Muro Pequeno.

Ao começar com a análise detalhada dos conteúdos específicos produzidos pelas bichas pretas, identificamos como essas expressões se articulam em termos de raça, gênero e sexualidade, para, em seguida, relacioná-las a princípios teóricos mais amplos sobre decolonialidade. Essa trajetória de análise permite que a singularidade e a originalidade dos saberes emergentes no contexto digital sejam reconhecidas como contribuições válidas e legítimas, ainda que distintas dos formatos acadêmicos tradicionais.

A abordagem indutiva não apenas valoriza o conhecimento produzido pelas próprias bichas pretas a partir de suas vivências, mas também nos permite identificar como essas produções desafiam e ampliam as teorias decoloniais e de gênero existentes. Dessa forma, ao observar como as lutas e resistências dessas comunidades se expressam no canal Muro Pequeno, podemos extrapolar esses exemplos para compreender as dinâmicas sociais mais amplas que moldam e são moldadas por esses saberes.

Portanto, partimos da premissa de que o reconhecimento dos saberes das bichas pretas deve emergir diretamente da observação de suas práticas e discursos, em vez de serem pré-interpretados a partir de conceitos teóricos preexistentes, respeitando assim a singularidade e a autenticidade de suas contribuições.

A pesquisa utilizou as técnicas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado e consistiu em e consultas e pesquisas, principalmente, de livros e artigos científicos. O levantamento bibliográfico foi realizado na biblioteca da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Portal *SciELO*, bem como em publicações sobre o tema nas revistas brasileiras qualificadas no *Qualis*.

O desenvolvimento da dissertação está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado “eu vou te convencer ao que não te convém”, analisa como a teoria crítica dos direitos humanos pode influenciar as reflexões decoloniais no contexto das lutas por direitos humanos das bichas pretas, levando em conta a interseção entre raça, gênero, sexualidade e capitalismo sob a ótica da decolonialidade.

No segundo capítulo, denominado “vou te contar a lenda da bicha esquisita, não sei se você acredita, ela não é feia (nem bonita)”, buscou-se investigar como as reflexões decoloniais podem ser aplicadas ao debate sobre o "entre lugar" das bichas pretas, considerando como esses corpos historicamente marginalizados e oprimidos podem construir saberes outros a partir de suas subjetividades desestabilizadoras, produzindo conhecimentos críticos e desafiando as estruturas de poder que perpetuam sua exclusão social.

O terceiro e último capítulo do desenvolvimento desta dissertação é denominado “um vírus que contamina suas ideias, eu voo longe, alto eu vou mas eu volto” se propôs a identificar de que forma a produção de saberes outros pelas bichas pretas nas redes sociais, em especial por meio do canal Muro Pequeno, pode contribuir para a área do direito e dos direitos humanos, oferecendo perspectivas críticas e decoloniais sobre questões relacionadas à justiça social, igualdade, diversidade e respeito à diferença, e ampliando os debates sobre o papel das subjetividades dissidentes na construção de novas epistemologias jurídicas e sociais.

2 EU VOU TE CONVENCER AO QUE NÃO TE CONVÉM³

Canta pra subir
Sobe pra levantar
Levanta pra cair
Rasteja pra golpear
 (...)

Eu vou te convencer
Ao que não te convém
Vem ser
Vencer, vem ser
Você também
Eu vou te convencer ao que não te convém
Vencer
Vem ser
Vencer
Vem ser
Vencer
Você também
 (Linn da Quebrada)

A intenção desta pesquisa é desenvolver um paralelo entre os discursos teóricos discutidos aqui e a prática social dos artistas negros ativistas, que, em diversas linguagens artísticas, militam e constroem suas artes, criando discursos extremamente reflexivos e críticos, independentemente do reconhecimento acadêmico. Esses artistas abrem caminhos para o ativismo cultural e social, atuando como agentes de mudança na sociedade.

Ao analisar as práticas desses artistas, podemos entender a complexidade e a riqueza de suas criações, bem como o papel fundamental que eles desempenham no questionamento de estruturas opressivas e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Suas artes falam diretamente com o público, trazendo à tona

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Ei3Xkrh3ig>, aceso em 06/03/2023

questões urgentes e incômodas, que muitas vezes são ignoradas pelos meios tradicionais.

Ao trazer à tona essas vozes marginalizadas, podemos compreender melhor as dinâmicas sociais e culturais que operam em nossa sociedade e trabalhar para transformá-las. Portanto, é essencial que as vozes dos artistas negros ativistas sejam ouvidas e valorizadas, independentemente de sua validação acadêmica. O que é importante é a mensagem que eles transmitem e o impacto que têm na vida das pessoas.

A música escolhida para este capítulo, intitulada “cobra rasteira” traz o verso “vou te convencer ao que não te convém” fazendo referência ao objetivo principal a ser discutido neste espaço, qual seja a compreensão das formas pelas quais raça e gênero estruturam e hierarquizam as relações na sociedade moderna/colonial brasileira.

A música "Cobra Rasteira" da artista independente Linn da Quebrada⁴ é uma poderosa manifestação artística que aborda questões de gênero e sexualidade de forma contundente e provocativa. A letra da música denuncia a opressão e violência sofridas pelas pessoas LGBTQIA+ e questiona a noção de masculinidade hegemônica, que muitas vezes é baseada em estereótipos tóxicos e limitantes.

A canção traz a reflexão sobre a violência que é imposta a pessoas trans e travestis. . Linn da Quebrada traz a ideia de que a violência que é imposta a essas pessoas é fruto de uma estrutura social que foi construída ao longo de séculos de opressão e colonialismo.

A intenção aqui é justamente trazer à tona uma discussão a respeito do que não se convém falar: Apontar como a sociedade brasileira foi concebida e se mantém até os dias atuais em pilares sustentados por racismo, colonialidade e capitalismo exploratório.

A sociedade moderno colonial brasileira é marcada por profundas desigualdades estruturais que refletem a história de violência e opressão contra grupos marginalizados, como negros e mulheres. A interseccionalidade entre raça e gênero, cujos conceitos serão abordados com propriedade um pouco mais à frente, é

⁴ Disponível em: <https://www.linndaquebrada.com/> , acessado em: 03/03/2023.

um tema de extrema relevância para entender como essas desigualdades são construídas e reproduzidas na sociedade.

Nesta perspectiva, Fernanda da Silva Lima e Karine de Souza Silva (2020) delineiam as experiências de duas mulheres negras dentro do ambiente acadêmico, revelando a maneira como o racismo e o sexismo se entrelaçam para criar um contexto de opressão multifacetada. Esta narrativa ecoa a profunda desigualdade estrutural na sociedade brasileira, uma desigualdade que tem raízes históricas profundas na violência e opressão infligidas a grupos marginalizados. As autoras demonstram, através das experiências compartilhadas, como a interseccionalidade de raça e gênero é uma força poderosa na construção e reprodução dessas desigualdades sociais. Elas destacam como as mulheres negras, em particular, enfrentam uma discriminação que não pode ser entendida apenas através do prisma da raça ou do gênero isoladamente, mas sim pela interação complexa entre essas identidades.

As autoras fazem um chamado à consciência para reconhecer a necessidade urgente de incluir essas vozes marginalizadas nas discussões acadêmicas e sociais. Ao denunciar a branquitude acadêmica e o silenciamento das mulheres negras, apontam para o profundo apagamento sistemático das perspectivas e contribuições destes corpos. A interseccionalidade é uma lente crucial para entender a natureza entrelaçada das opressões que moldam a experiência das pessoas negras, especialmente das mulheres negras. Assim, temos que para abordar efetivamente as desigualdades estruturais na sociedade moderno-colonial brasileira, é imperativo adotar uma abordagem interseccional que leve em conta não apenas a raça e o gênero, mas também outras identidades sociais que se entrelaçam para criar experiências únicas de opressão (Lima, Silva, 2020).

Essas duas mulheres negras e atuantes na academia, desafiam a narrativa dominante ao trazer à tona a história, cultura e sabedoria que emergem das margens da sociedade. Ao focar a importância de incluir as epistemologias negras nas discussões acadêmicas, as autoras estão efetivamente questionando e subvertendo a narrativa tradicionalmente branca e eurocêntrica que tem sido historicamente imposta. Esta desobediência intelectual não apenas reivindica o espaço para as vozes negras e das mulheres negras, mas também destaca a necessidade urgente de reconstruir os paradigmas de conhecimento e entendimento que permeiam a

sociedade brasileira. Apresentam não apenas uma denúncia, mas também um apelo para uma transformação profunda e duradoura na maneira como as estruturas de poder e conhecimento são construídas e reconstruídas no contexto moderno-colonial brasileiro (Lima, Silva, 2020).

Diversos outros autores e autoras negros e negras têm sido fundamentais para a compreensão dessas questões. Dentre eles, podemos destacar Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks⁵, Angela Davis etc.

A produção acadêmica é uma importante forma de produzir conhecimento e contribuir para o avanço de diversas áreas do saber. No entanto, durante muito tempo, a academia foi dominada por uma perspectiva eurocêntrica que excluiu as vozes e as perspectivas de pessoas negras. Lima e Silva (2020), por exemplo, apontam para o silenciamento sistemático das vozes negras e das mulheres negras, tanto na produção de conhecimento quanto na participação em eventos acadêmicos importantes. Ao destacar a importância de incluir as epistemologias negras e ao desafiar a exclusão e invisibilidade das mulheres negras nas discussões acadêmicas, sugerem uma crítica contundente à hegemonia eurocêntrica que tem permeado a academia por um longo período de tempo.

Isso resultou em uma produção acadêmica que não só ignorou a experiência de pessoas negras, mas também perpetuou a opressão e o racismo estrutural. Hoje, no entanto, a importância de produções acadêmicas que contenham referências majoritariamente negras é cada vez mais reconhecida.

Importante destacar neste ponto que essas produções são importantes por várias razões. Em primeiro lugar, demonstram que autores e autoras negros e negras vem, historicamente levantando as suas vozes e assumindo seus protagonismos independentemente das imposições de um modelo de produção acadêmica. A passagem do silêncio para a fala representa um desafio transformador para os

⁵ A Autora bell hooks sempre manifestou o seu interesse de que a grafia do seu nome ocorresse sempre em letras minúsculas, enquanto posicionamento político de negativa ao ego presente entre os intelectuais da academia. Seu objetivo era de que o foco fosse sempre em suas palavras, na mensagem que tinha a passar e não ao seu nome. Assim, em respeito ao posicionamento na autora, as normas acadêmicas e ortográficas serão subvertidas neste trabalho de forma que sempre que citado, o nome da autora estará em letras minúsculas. Justificativa disponível em: <https://diretorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks#:~:text=bell%20hooks%2C%20assim%20mesmo%2C%20em,e%20n%C3%A3o%20em%20su a%20pessoa>. Acesso em 29/02/2024.

oprimidos, colonizados e explorados, assim como para aqueles que se unem na luta. Esse ato de falar, conhecido como "erguer a voz", é mais do que simplesmente proferir palavras; é uma afirmação poderosa de nossa transição de objetos passivos para sujeitos ativos. É uma jornada que cura, que abre caminho para uma nova vida e crescimento. Esta expressão vocal não é apenas um ato simbólico, mas uma manifestação concreta de nossa liberdade emergente, um símbolo do nosso poder de reivindicar nosso lugar como agentes ativos de mudança e progresso (bell hooks, 2019).

Além disso, a inclusão de referências majoritariamente negras na produção acadêmica é um importante passo para combater o racismo estrutural na academia e na sociedade em geral. Ao incluir perspectivas negras em todas as áreas do conhecimento, a academia se torna mais inclusiva e diversa, o que é fundamental para o avanço e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A inclusão de perspectivas negras em todas as áreas do conhecimento é uma das formas de combater o racismo estrutural na academia e na sociedade em geral, o que é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As cotas raciais são uma das políticas de ações afirmativas que têm permitido a inclusão de corpos negros na academia e, conseqüentemente, a inclusão de perspectivas negras na produção acadêmica (Lima, Felipe, 2021).

Dessa forma, ao permitir que corpos negros acessem o espaço universitário, as cotas raciais possibilitam que esses sujeitos passem a ser vistos pela academia como pensadores, criadores, teóricos e comunicadores de epistemologias não eurocentradas que já são na prática cotidiana, o que contribui para a diversificação da produção acadêmica e para a construção de uma academia mais inclusiva e diversa. Além disso, ao incluir perspectivas negras em todas as áreas do conhecimento, a academia se torna mais sensível às questões raciais e mais capaz de produzir conhecimento que contribua para a superação do racismo estrutural na sociedade em geral (Lima, Felipe, 2021).

A inclusão de referências majoritariamente negras na produção acadêmica desempenha um papel crucial na luta contra o epistemicídio, um conceito fundamental apresentado e desenvolvido por por Sueli Carneiro em sua tese de doutorado. O

epistemicídio refere-se à negação sistemática de acesso à educação de qualidade, à produção da inferiorização intelectual e à deslegitimação dos conhecimentos produzidos por intelectuais negros. Ao incorporar referências predominantemente negras, a produção acadêmica desafia diretamente esse processo de epistemicídio. Ela não apenas valida as contribuições intelectuais das comunidades negras, mas também desmantela estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Ao apresentar uma visão mais precisa e autêntica da experiência negra, essas produções acadêmicas destroem as representações errôneas perpetuadas pela narrativa dominante, proporcionando uma oportunidade para a verdadeira compreensão e apreciação das perspectivas negras (Carneiro, 2005).

Além disso, ao desafiar os estereótipos e preconceitos através da inclusão de referências negras, a produção acadêmica contribui para a desconstrução das hierarquias do conhecimento que historicamente marginalizaram os saberes das comunidades negras. Isso não apenas reivindica a validade desses conhecimentos, mas também subverte a ordem epistêmica estabelecida, promovendo uma pluralidade de vozes e experiências na academia. Esse processo de desafiar e reconfigurar as estruturas do conhecimento é essencial para combater o epistemicídio, pois reconhece e valoriza as diversas formas de sabedoria presentes nas comunidades negras, desfazendo assim as amarras que historicamente as mantiveram à margem (Carneiro, 2005).

Ademais, ao fornecer uma plataforma para autores negros e suas perspectivas, a produção acadêmica que incorpora referências majoritariamente negras não apenas amplia o alcance do conhecimento, mas também desafia ativamente a negação histórica das vozes negras. Ao fazer isso, não apenas interrompe o ciclo de silenciamento, mas também capacita as gerações futuras ao mostrar que suas histórias, pesquisas e contribuições são não apenas válidas, mas essenciais para a compreensão plena do mundo. Essa ação é, portanto, uma forma crucial de resistência contra o epistemicídio, transformando a academia em um espaço inclusivo, diversificado e genuinamente enriquecedor para todos (Carneiro, 2005).

Em resumo, a inclusão de referências majoritariamente negras na produção acadêmica é fundamental para promover a diversidade e a inclusão na academia e na sociedade em geral. Isso permite que vozes historicamente marginalizadas sejam

ouvidas e reconhecidas, e ajuda a construir uma sociedade mais justa e igualitária (Carneiro, 2005).

Lélia Gonzalez (2020) aponta como a construção social da identidade da mulher negra é marcada por estereótipos que as colocam em uma posição subalterna e inferiorizada na sociedade. Segundo a autora, a mulher negra é vista como hipersexualizada, submissa e incapaz de pensar por si mesma. Esses estereótipos perpetuam a desigualdade de gênero e raça, além de serem utilizados para justificar a violência contra as mulheres negras.

Por sua vez, Sueli Carneiro (1994) discute como o feminismo hegemônico, leia-se branco e europeu, não considera a experiência específica das mulheres negras. Segundo a autora, o feminismo deve levar em conta a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, de forma a dar visibilidade às múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras.

bell hooks (2018) aborda a necessidade de se compreender o feminismo como uma luta por igualdade para todas as mulheres, independentemente de raça ou classe social. A autora discute como o feminismo branco muitas vezes se esquece das experiências das mulheres negras e pobres, perpetuando a desigualdade.

Em contribuição a essa discussão, Angela Davis (2016) destaca como as mulheres negras são oprimidas tanto pela desigualdade de gênero quanto pela opressão racial. Segundo a autora, a luta contra o racismo e a luta contra o sexismo devem estar interligadas, de forma a combater a opressão em todas as suas formas.

Essas autoras apontam para a necessidade de se compreender a interseccionalidade entre raça e gênero como uma forma de compreender as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. A luta por igualdade deve considerar as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras, levando em conta suas experiências específicas e suas necessidades.

A compreensão das formas pelas quais raça e gênero estruturam e hierarquizam as relações na sociedade moderno colonial brasileira é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso levar em conta a interseccionalidade e a diversidade de experiências dos grupos marginalizados, de forma a combater a opressão em todas as suas formas.

Além disso, é fundamental que a academia leve em conta as práticas sociais de artistas negros e negras que, em múltiplas linguagens, militam e constroem suas artes, desenvolvendo discursos extremamente reflexivos, independentemente da academia. É importante reconhecer e valorizar essas práticas, evitando a colonização e apropriação indevida das mesmas.

A desconstrução das hierarquias de gênero e raça é um processo longo e complexo, que exige a participação ativa de toda a sociedade. É preciso questionar e confrontar as estruturas opressoras presentes na sociedade, de forma a construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos.

O racismo e o capitalismo são pilares fundamentais da sociedade brasileira. A partir do momento em que o Brasil foi colonizado pelos portugueses, a escravidão de povos africanos foi estabelecida como uma das principais formas de produção e exploração econômica do país. Essa estruturação da sociedade brasileira em torno da exploração e opressão da população negra foi reforçada por políticas públicas discriminatórias, que se perpetuam até os dias de hoje.

Autores e autoras negros e negras têm estudado e denunciado a relação entre racismo e capitalismo na sociedade brasileira. Em seu livro "O Que É Racismo Estrutural?", Silvio Almeida (2018) afirma que o racismo é uma estrutura que se encontra em todas as esferas da sociedade e é mantido pelas instituições e pelas relações de poder. Segundo Almeida, o racismo é uma ferramenta de manutenção do capitalismo, uma vez que divide e oprime a população negra, mantendo-a em uma posição de subalternidade e exploração.

Outra autora que aborda essa relação é Lélia Gonzalez (2020) ao pontuar que a estrutura racista e sexista da sociedade brasileira está enraizada na cultura e nas relações sociais, o que torna difícil a luta por uma transformação real. A autora argumenta que o capitalismo se beneficia da manutenção dessa estrutura, uma vez que a exploração da população negra é uma das bases da economia brasileira.

Gonzalez (2020) também aponta para a interligação entre racismo e capitalismo na sociedade brasileira. Segundo ela, o racismo se manifesta na cultura brasileira de diversas formas, desde a invisibilização da contribuição dos negros e negras para a construção do país, até a objetificação e hipersexualização do corpo negro. Além disso, a autora aponta para a importância de se pensar o racismo e o

sexismo de forma interseccional, ou seja, considerando as múltiplas formas de opressão que as mulheres negras sofrem, não apenas por sua raça, mas também por seu gênero e classe social.

Já Sueli Carneiro (1994) argumenta que o racismo e o capitalismo se retroalimentam, criando uma dinâmica de opressão que mantém os negros e negras em uma posição de subalternidade e exploração. Para Sueli (1994), é necessário que sejam criadas políticas públicas que levem em consideração a situação específica das mulheres negras, que são as mais vulneráveis às diversas formas de opressão presentes na sociedade brasileira. Isso implica em uma transformação profunda nas estruturas sociais e econômicas do país, que só pode ser alcançada através de uma luta política organizada e consciente.

Em resumo, as reflexões apresentadas por Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (1994) nos mostram que o racismo e o capitalismo são pilares fundamentais da sociedade brasileira, e que só poderão ser superados através de uma luta política organizada e consciente, que leve em consideração as particularidades das opressões sofridas por mulheres e homens negros e negras, e que busque transformar as estruturas sociais e econômicas que sustentam essas formas de opressão.

Também é importante destacar a influência do racismo e do capitalismo na construção da ideia de meritocracia, que sugere que o sucesso individual é resultado exclusivo do esforço e mérito pessoal. Essa narrativa ignora as desigualdades estruturais e históricas que colocam certos grupos em desvantagem desde o nascimento. Ainda, a meritocracia serve para justificar a manutenção do status quo e reforçar a ideia de que as pessoas que estão em posições de poder mereceram chegar lá por seu próprio mérito, enquanto as pessoas que ocupam as posições mais baixas na hierarquia social devem isso a sua falta de esforço e competência.

A compreensão do racismo e do capitalismo como pilares fundamentais da sociedade brasileira é fundamental para a luta contra a opressão e a desigualdade. É preciso compreender as formas interconectadas em que a opressão funciona para as mulheres negras e outras pessoas marginalizadas.

O filósofo e militante político negro, Achille Mbembe (2018) analisa a relação entre o racismo e o capitalismo a partir de uma perspectiva global. Para

Mbembe, o racismo é uma forma de violência estrutural que se encontra na base do capitalismo, uma vez que a exploração de populações inteiras é uma das condições necessárias para a acumulação de capital. Mbembe argumenta que, para superar essa estrutura, é necessário lutar por uma mudança radical na estrutura social e econômica do mundo.

O racismo e o capitalismo são duas forças interconectadas que perpetuam a exploração e a opressão da população negra no Brasil e no mundo. A luta contra essas estruturas deve ser feita a partir de uma perspectiva coletiva, que una todas as pessoas que sofrem com a exploração e a opressão, e deve ser pautada por uma análise crítica e aprofundada das relações de poder que sustentam essas estruturas Mbembe (2018).

Davis (2016) afirma que o racismo e o capitalismo estão intrinsecamente ligados e são pilares fundamentais da sociedade brasileira. O racismo é uma forma de opressão que tem suas raízes na escravidão, que foi uma instituição criada e mantida pelo capitalismo, e que persiste até hoje através de suas estruturas sociais e econômicas.

O capitalismo, por sua vez, se utiliza do racismo como uma forma de explorar a mão de obra negra, que é vista como inferior e, portanto, merecedora de salários mais baixos e piores condições de trabalho. Esse sistema de exploração se estende também às mulheres negras, que além de serem exploradas pelo capitalismo, ainda sofrem com a opressão de gênero e raça (Davis, 2016).

Nesse sentido, a luta contra o racismo e o capitalismo deve ser conjunta, que leve em consideração as particularidades das opressões sofridas por mulheres negras e homens negros, e que busque transformar as estruturas sociais e econômicas que sustentam essas formas de opressão. O que se busca nesta produção é inserir a sexualidade formando o recorte de homens negros não heterossexuais que se identifiquem enquanto bichas pretas, destacando como esses corpos também produzem conhecimento na internet a partir das suas subjetividades desestabilizadoras

É preciso uma análise crítica das estruturas sociais e históricas que moldam a nossa sociedade e reconhecer que a luta contra o racismo e o capitalismo

é uma luta coletiva, que envolve todas as pessoas que desejam uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 COLONIALISMO COMO UMA MARCA DE CAPITALISMO PARTICULAR

A Teoria Crítica dos Direitos Humanos parte da premissa de que os direitos humanos não são simplesmente universais e incontestáveis, mas são construções sociais que refletem relações de poder e interesses políticos. Essa abordagem critica a forma como os direitos humanos são utilizados seletivamente por Estados e instituições internacionais para legitimar a limitação de direitos a determinados grupos de pessoas, ignorando as causas estruturais das violações de direitos. Ao mesmo tempo, busca ampliar o escopo dos direitos humanos, incluindo questões como justiça social, econômica e ambiental (Pires, 2020).

Tiago Vinicius André Santos (2017) contribui para a nossa discussão com a compreensão das desigualdades raciais no contexto midiático e como essas desigualdades se relacionam com os direitos humanos e a justiça social. Seu trabalho destaca como a representação midiática pode ser influenciada por estereótipos e preconceitos raciais, afetando a percepção pública e os direitos à imagem e à identidade das pessoas negras. Essa análise adiciona uma perspectiva importante ao debate sobre direitos humanos, evidenciando como as estruturas de poder e as narrativas dominantes podem perpetuar injustiças e violações de direitos (SANTOS, 2017).

A contribuição de Thula Pires para o debate sobre direitos humanos é fundamental para uma compreensão mais ampla das interseções entre raça, gênero e classe social. A autora apresenta uma perspectiva decolonial que desafia as concepções eurocêntricas de direitos humanos e propõe uma abordagem mais inclusiva e contextualizada. Ao destacar a importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos e as experiências das comunidades afrodescendentes e indígenas, ela enfatiza a necessidade de uma análise crítica das estruturas de poder e das hierarquias raciais que moldam as sociedades contemporâneas (PIRES, 2020).

Além disso, Thula Pires (2017) também aborda a questão da renúncia a categorias e identidades pré-estabelecidas, argumentando que essa renúncia pode

ser uma estratégia de resistência e empoderamento para indivíduos e comunidades marginalizadas, destacando-se para essa pesquisa a realidade das bichas pretas. Sua reflexão sobre as limitações das categorias fixas e a importância de reconhecer a diversidade de experiências e identidades contribui para uma compreensão mais complexa das lutas por direitos humanos e justiça social. Ao desafiar as normas e os discursos dominantes, Pires (2017) oferece uma perspectiva inovadora e inspiradora para repensar as abordagens tradicionais aos direitos humanos.

Já a Teoria Crítica do Direito questiona as bases ideológicas e as práticas jurídicas que perpetuam desigualdades e injustiças. Ela analisa como o direito, longe de ser neutro e imparcial, muitas vezes serve aos interesses das elites dominantes, reforçando assim as hierarquias de poder existentes. Essa abordagem também examina as formas pelas quais o direito pode ser transformado para promover a justiça social e a emancipação (DAVIS, 2016).

A obra de Grossi (2007) proporciona uma análise crítica da relação entre a modernidade e o ordenamento jurídico. Ao explorar as transformações do período, as influências filosóficas e as mitologias jurídicas, somos incentivados a refletir sobre o direito e buscar um sistema mais adequado aos desafios atuais.

O constante exercício de reflexão e revisão dos fundamentos do ordenamento jurídico se faz necessário para construirmos uma sociedade mais justa e inclusiva. No mesmo sentido do que Thula Pires veio desenvolver anos depois, Grossi (2007) aponta que muitas das ideias e princípios considerados “verdade” são, na verdade, mitologias que influenciaram a prática jurídica ao longo do tempo. Essa crítica nos convida a repensar o papel do direito na sociedade contemporânea, buscando alternativas mais inclusivas e justas.

Desta forma, a relação entre o direito e o desenvolvimento do capitalismo é um dos principais aspectos a serem analisados quando se pretende compreender os pilares do direito tal qual conhecemos. A modernidade foi marcada pela ascensão do capitalismo como modo predominante de organização econômica. Esse novo sistema econômico demandava uma estrutura jurídica que pudesse regulamentar as relações de propriedade, contratos e transações comerciais. Assim, o ordenamento jurídico moderno desempenhou um papel fundamental na promoção e proteção dos

interesses do capitalismo, estabelecendo normas e instituições jurídicas que sustentavam a lógica do mercado (GROSSI, 2007).

O colonialismo é um fenômeno histórico que tem como base a dominação de um grupo sobre outro, impondo-lhe sua cultura e valores. O processo de colonização foi marcado por violência, exploração e desumanização dos povos colonizados. Essa forma de opressão é marcada pela exploração de recursos naturais, mão de obra e produção de bens primários, que são transferidos para os países colonizadores a fim de promover o desenvolvimento de suas economias. Nesse sentido, o colonialismo é considerado uma marca do capitalismo particular, pois o processo de acumulação de riqueza e poder se dá às custas da exploração e opressão de outros povos (Quijano, 2000; Maldonado-Torres, 2007).

O colonialismo pode ser entendido como um sistema político e econômico no qual uma potência estrangeira domina um país ou região e explora seus recursos naturais, mão de obra e mercado interno. Esse sistema começou a se consolidar no final do século XV, com as grandes navegações e a expansão territorial dos Estados europeus. A partir daí, o colonialismo se tornou uma marca registrada do capitalismo, já que permitia a obtenção de grandes lucros através da exploração de territórios distantes e da subjugação de populações nativas (Quijano, 2000; Maldonado-Torres, 2007).

A Decolonialidade, por sua vez, emerge do reconhecimento das histórias de colonização, escravização e exploração que moldaram as sociedades contemporâneas. Ela busca descolonizar o pensamento, os discursos e as práticas, desafiando as narrativas eurocêntricas e valorizando os conhecimentos e as experiências das culturas marginalizadas. Na perspectiva decolonial, é fundamental reconhecer e enfrentar as estruturas coloniais que ainda persistem, tanto nas relações globais quanto nas dinâmicas sociais e institucionais internas (FLAUZINA, 2006).

Aimé Césaire (2008) aborda com propriedade a questão do colonialismo ao questionar a ideia de que o colonialismo foi um projeto civilizatório que trouxe benefícios para as sociedades colonizadas, pontuando que ele foi marcado pela exploração, pelo racismo e pela violência. Ele também critica a ideia de que a Europa é a fonte da civilização e destaca a contribuição das culturas não-europeias para o desenvolvimento da humanidade.

Com uma análise histórica do processo de colonização, desde o início da expansão marítima europeia até o fim do século XIX pode-se perceber a violência, a exploração e a destruição cultural e ambiental perpetradas pelos colonizadores em nome do progresso e da civilização. Para Césaire (2008), o colonialismo é um crime contra a humanidade, que se perpetua mesmo após a independência política das nações colonizadas.

O colonialismo gerou profundas consequências para os povos colonizados, que foram submetidos a um processo de desumanização e expropriação de seus recursos culturais e materiais. Frantz Fanon (1968), em seu livro "Os Condenados da Terra", descreveu como o colonialismo criou uma "zona de não ser" para os povos colonizados, que foram privados de sua identidade e de sua capacidade de agência política. Lelia Gonzalez (2020), por sua vez, discutiu como o colonialismo se manifestou no Brasil através do racismo estrutural e da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras negros e indígenas durante toda a sua obra.

Achille Mbembe (2018) argumentou que o colonialismo não foi apenas um sistema de exploração econômica, mas também uma forma de produção de subjetividades raciais. Segundo Mbembe (2018), o colonialismo criou uma distinção entre o humano e o não-humano, em que os povos colonizados foram relegados à condição de objetos e recursos a serem explorados. Grada Kilomba (2019) discutiu como o colonialismo se manifestou nas práticas de escravização e exploração dos povos africanos, e como essas práticas continuam a afetar a psique dos negros até hoje.

Mbembe (2018), sustenta que o racismo é uma construção social que se alimenta do medo do outro. Segundo o autor, o racismo é uma forma de produção de subjetividades que cria uma distinção entre o humano e o não-humano, em que os povos colonizados são relegados à condição de objetos a serem explorados. Neste sentido, essa produção de subjetividades seria uma condição necessária para a acumulação de riqueza pelos capitalistas, que se beneficiam da exploração dos povos colonizados.

Grada Kilomba (2019) discute como o racismo está enraizado na história da escravidão e da colonização, e como essa história continua a afetar a psique das pessoas negras até hoje.

A pesquisadora Luciana Ballestrin (2013) argumenta que a América Latina ainda enfrenta os legados do colonialismo, que se manifestam em diversas áreas, desde as relações de poder até a cultura e a identidade.

Ballestrin (2013) pontua que, apesar de os países latino-americanos terem conquistado a independência política dos colonizadores europeus, a lógica colonial ainda permanece em muitas estruturas e práticas sociais. Ela destaca a importância do giro decolonial como um movimento teórico e político que busca descolonizar o pensamento e as práticas, a fim de superar as hierarquias de poder que ainda se manifestam na região.

A autora destaca que a América Latina foi construída a partir de uma lógica colonial, em que os povos originários foram subjugados e suas culturas foram subalternizadas em nome do projeto colonizador europeu. Essa lógica colonial se perpetuou mesmo após a independência dos países da região, uma vez que as elites locais mantiveram um modelo de poder que reproduzia as desigualdades e as hierarquias estabelecidas durante a colonização (Ballestrin, 2013).

O giro decolonial é uma abordagem teórica e prática que busca desafiar essa lógica colonial e construir novas formas de pensar e agir na América Latina. Essa abordagem implica em uma crítica radical ao eurocentrismo e a outros modelos de pensamento que têm sido dominantes na região, bem como na valorização das culturas e dos conhecimentos dos povos originários Ballestrin (2013).

No mesmo sentido, devemos nos atentar para a importância de uma perspectiva interseccional no giro decolonial, que leve em consideração as múltiplas dimensões da opressão e da exclusão na região, reconhecendo-se assim que as desigualdades não se dão apenas em relação à raça ou à etnia, mas também em relação ao gênero, à sexualidade, à classe social e a outras categorias sociais que se interseccionam de forma complexa (Ballestrin, 2013).

No contexto latino-americano, o giro decolonial tem sido cada vez mais presente, especialmente nas áreas das ciências sociais e humanas. A busca pela descolonização do pensamento e da prática tem se manifestado em diversas áreas, desde a educação até a política pública (Ballestrin, 2013).

Ballestrin (2013) ainda aponta para a necessidade de uma ruptura com a lógica colonial presente na América Latina, propondo uma abordagem teórica e prática que valorize as culturas e os conhecimentos dos povos originários, critique o eurocentrismo e promova uma perspectiva interseccional na luta contra as desigualdades e as exclusões na região.

Segundo Kilomba (2019), um dos aspectos mais marcantes da colonialidade é a persistência do racismo e da discriminação racial nas sociedades contemporâneas. A escravidão e o colonialismo foram responsáveis por construir hierarquias raciais que ainda hoje têm impacto na forma como as pessoas são tratadas e percebidas. Os relatos do livro mostram como o racismo se manifesta tanto de forma explícita, como em atos de violência e discriminação, quanto de forma mais sutil, como nos estereótipos e preconceitos presentes na cultura.

Outro aspecto importante da colonialidade é a exploração econômica dos países colonizados. A autora mostra como a escravidão e a plantação foram responsáveis por uma enorme acumulação de riqueza em mãos de poucos colonizadores, enquanto a grande maioria da população negra vivia em condições de extrema pobreza e exploração. Essa desigualdade econômica tem efeitos duradouros, como a concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, e a perpetuação da pobreza e da marginalização das comunidades negras. (Kilomba,2019).

Assim, a colonialidade também afeta a forma como as pessoas se veem e se relacionam com suas próprias identidades e culturas. A escravidão e o colonialismo foram responsáveis por apagar ou suprimir as culturas e línguas dos povos colonizados, impondo uma visão eurocêntrica de mundo. As comunidades negras têm, historicamente, lutado para recuperar suas culturas e histórias, e para afirmar sua identidade e dignidade. A luta contra a colonialidade passa, portanto, por uma valorização das culturas e histórias dos povos colonizados, e por uma ruptura com as hierarquias e valores impostos pelo colonialismo (Kilomba,2019).

O racismo e o capitalismo são duas forças que se entrelaçam profundamente na história da humanidade. Embora pareçam ser fenômenos distintos, eles se fortalecem mutuamente, criando uma teia de opressão e exploração que afeta especialmente as pessoas negras. Este tópico pretende explorar essa relação complexa, utilizando as contribuições de diversos autores e autoras negros e negras.

Frantz Fanon (2008) é um dos autores a melhor explorar as interações entre o racismo e o capitalismo ao argumentar que o racismo é uma construção social que tem sua raiz na exploração econômica dos povos colonizados. Segundo ele, a ideologia racista surge como uma justificativa para a opressão dos povos colonizados, que foram desumanizados e transformados em objetos de exploração. O racismo, portanto, é uma estratégia de legitimação da dominação colonial e, por extensão, do capitalismo.

Para o autor, o racismo é uma construção social que é perpetuada pelo sistema capitalista. O racismo é, portanto, não apenas uma questão moral ou cultural, mas uma questão econômica. O capitalismo, como sistema de produção e distribuição de bens e serviços, se beneficia da exploração de trabalhadores negros e da discriminação racial. O racismo serve como uma maneira de justificar a exploração e a exclusão de grupos sociais inteiros, mantendo a ordem econômica estabelecida (Fanon, 2008).

Fanon (2008) mostra como a alienação que os negros experimentam sob o racismo é semelhante à alienação que os trabalhadores experimentam sob o capitalismo. Ambos são vistos como objetos, em vez de sujeitos, do processo produtivo. Tanto o trabalhador quanto o negro são alienados de seu próprio trabalho, que é transformado em uma mercadoria que é vendida no mercado. Além disso, ambos são submetidos a condições de trabalho e de vida desumanas que negam sua humanidade.

Considerando a sua área de formação, a psiquiatria, Fanon (2008) analisa como a internalização do racismo pelos negros afeta sua autoestima e identidade cultural. A autoimagem do negro é constantemente minada pelo racismo, o que leva muitos a buscar a assimilação cultural e a renunciar à sua própria identidade. Isso se reflete em seu comportamento, sua linguagem, sua música e senso estético, que são muitas vezes cópias da cultura branca dominante. Fanon (2008) argumenta que a luta contra o racismo não pode ser separada da luta contra o capitalismo. Ambos são sistemas de dominação que se reforçam mutuamente e devem ser combatidos simultaneamente.

Na mesma seara, desenvolvendo sobre os pontos de encontro entre racismo e capitalismo, Davis (2016) argumenta que essas opressões estão

intrinsecamente ligadas, e que a exploração econômica dos negros é uma condição necessária para a acumulação de riqueza pelos capitalistas. Davis (2016) destaca que a escravidão foi uma das formas mais brutais de exploração capitalista, que transformou os negros em propriedade dos brancos e os forçou a trabalhar sem remuneração. A escravidão foi também uma forma de produção de um sistema de pensamento racista que serviu para justificar a dominação dos brancos sobre os negros.

Ainda no mesmo campo de discussão, mas trazendo o recorte de gênero, bell hooks (2013) pontua que o racismo e o capitalismo se beneficiam mutuamente da exploração das mulheres negras. hooks destaca que as mulheres negras são duplamente oprimidas, tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, e que são as principais vítimas do trabalho precário e da falta de acesso a recursos básicos como saúde e educação. hooks argumenta que o capitalismo se aproveita da opressão das mulheres negras para obter lucros ainda maiores, criando uma cadeia de exploração que afeta a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, Grosfoguel (2019) partem do pressuposto de que a lógica colonial presente na América Latina e em outras partes do mundo se baseia em um modelo eurocêntrico, que tem como ponto de partida a valorização das culturas e dos conhecimentos europeus em detrimento das culturas e dos conhecimentos dos povos originários e dos povos africanos e afrodescendentes. Essa lógica se perpetua até os dias de hoje, mesmo após o processo de independência dos países colonizados.

Nesse contexto, a abordagem decolonial surge como uma crítica radical ao eurocentrismo e uma busca por uma nova forma de pensar e agir que leve em consideração as experiências e os conhecimentos dos povos que foram subjugados e subalternizados pelo projeto colonizador. E é nesse contexto que os autores defendem a importância do pensamento afrodiaspórico como uma contribuição fundamental para a construção de uma abordagem decolonial (Bernardino-Costa, Maldonado-Torre, Grosfoguel, 2019).

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfogel (2019) destacam que o pensamento afrodiaspórico se refere aos conhecimentos, práticas e modos de vida desenvolvidos pelas comunidades afrodescendentes em todo o mundo, a partir das

experiências de opressão, exclusão e resistência que essas comunidades enfrentaram ao longo da história. Esse pensamento se caracteriza pela valorização da ancestralidade, da espiritualidade, da oralidade, da corporeidade e da musicalidade, entre outros aspectos.

O pensamento afrodiaspórico não se limita apenas à experiência dos povos africanos e afrodescendentes, mas também dialoga com outras experiências de luta contra a opressão e a exclusão, como a luta dos povos indígenas, das mulheres, dos LGBTQIA+ e de outras comunidades marginalizadas (Bernardino-Costa, Maldonado-Torre, Grosfoguel, 2019).

Propõe-se então uma reflexão crítica sobre a necessidade de valorizar o pensamento afrodiaspórico como uma contribuição fundamental para a construção de uma abordagem decolonial, que leve em consideração as experiências e os conhecimentos dos povos que foram subjugados e subalternizados pelo projeto colonizador. Essa valorização implica em uma crítica radical ao eurocentrismo e em uma busca por novas formas de pensar e agir que se baseiem na diversidade e na pluralidade cultural (Bernardino-Costa, Maldonado-Torre, Grosfoguel, 2019).

O colonialismo não é apenas uma relação de poder entre nações, mas também uma relação de hierarquia racial. O discurso dos colonizadores se baseia na ideia de superioridade racial e cultural dos europeus em relação aos povos colonizados, o que justifica a opressão e a exploração desses povos. O racismo é a ideologia que sustenta o colonialismo (Césaire, 2008).

Césaire (2008) propõe uma crítica radical ao modelo civilizatório europeu e defende a necessidade de uma revolução cultural que permita a emergência de outras formas de conhecimento e de vida ao destacar a contribuição dos povos colonizados para a humanidade e propor uma visão plural e não hierárquica das culturas. Para Césaire (2008), a luta contra o colonialismo e o racismo é também uma luta por uma nova forma de humanidade, que supere as divisões e as desigualdades impostas pelo sistema colonial.

A obra de Aimé Césaire (2008) é um ensaio fundamental para a compreensão das relações entre colonialismo, racismo e desigualdade no mundo contemporâneo. O texto denuncia a violência e a opressão perpetradas pelo sistema colonial e propõe uma visão plural e não hierárquica das culturas.

Em resumo, o colonialismo é um tema complexo e multifacetado, que envolve não apenas a política, mas também a cultura, a identidade e as relações sociais. Autores e autoras como Ballestrin (2013), Fanon (2008), Césaire (2008), Kilomba (2019), hooks (2013), Davis (2016) dentre diversos outros e outras, contribuem para a reflexão crítica sobre o legado colonial e a busca por alternativas decoloniais. Suas obras nos convidam a questionar as narrativas dominantes sobre a história e a cultura, e a pensar em novas formas de relacionamento entre os povos e culturas.

No entanto, ainda há muito a ser feito para superar as hierarquias de poder e as estruturas coloniais que ainda se manifestam na região. O legado colonial se faz presente em questões como a desigualdade social, o racismo, o sexismo e a violência contra povos indígenas e afrodescendentes.

Assim, a reflexão crítica sobre o colonialismo e a busca por alternativas decoloniais são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A questão do colonialismo nos convida a olhar para o passado de forma crítica e a construir um futuro mais inclusivo e diverso.

2.2 COLONIALIDADE EM CARÁTER POLÍTICO, EPISTEMOLÓGICO E ONTOLÓGICO

A colonialidade é um conceito importante na compreensão da história e das relações políticas, econômicas e culturais do mundo moderno. Em seu sentido mais amplo, a colonialidade se refere às práticas, estruturas e sistemas que surgiram a partir do colonialismo europeu e que persistem até hoje. Ela se manifesta em diversas esferas da vida, incluindo a política, a economia, a cultura e a epistemologia (Maldonado-Torres, 2007).

A colonização é uma das marcas mais cruéis e persistentes do capitalismo, que deixou profundas marcas políticas, epistemológicas e ontológicas na América Latina e em todo o mundo.

Na esfera política, a colonialidade pode ser vista na dominação exercida pelas potências coloniais europeias sobre as populações e territórios colonizados. Essa dominação se baseava em relações de poder desiguais, em que as metrópoles impunham suas vontades e interesses aos colonizados, muitas vezes utilizando a violência e a coerção. Essa dinâmica de dominação persistiu mesmo após o fim formal do colonialismo, por meio de formas de neocolonialismo e de relações de poder assimétricas entre países do Norte e do Sul global (Maldonado-Torres, 2007).

A colonialidade se refere, politicamente, à imposição de sistemas políticos, econômicos e sociais que beneficiam as potências coloniais e marginalizam as populações colonizadas. Isso inclui a imposição de fronteiras artificiais, a exploração de recursos naturais, a imposição de sistemas políticos autoritários e a criação de elites locais subservientes aos interesses coloniais (Maldonado-Torres, 2007).

A colonialidade pode ser entendida como uma forma de poder global que se originou a partir do colonialismo europeu, mas que se mantém presente mesmo após o fim formal do colonialismo. Ela se manifesta em diferentes esferas da vida, como política, economia, cultura e epistemologia, e se baseia em relações desiguais de poder entre as populações colonizadas e as potências coloniais (Mignolo, 2003).

O tema da colonialidade nos traz perspectivas importantes para entender as raízes históricas e estruturais do colonialismo e suas consequências para as sociedades contemporâneas.

A colonialidade do ser, do saber e do poder é uma teoria que busca entender a persistência das desigualdades sociais e raciais mesmo após o fim formal do colonialismo. Ela é baseada na ideia de que as relações coloniais não se limitam apenas a uma estrutura política ou econômica, mas também são reproduzidas em níveis ontológicos, epistemológicos e culturais. Vejamos então a definição destes tópicos supramencionados segundo o entendimento de Maldonado-Torres (2007).

A colonialidade do ser refere-se à imposição de uma visão do mundo e da identidade que é baseada em critérios europeus. Isso resulta na hierarquização das raças e culturas, com o europeu sendo colocado no topo da escala e as populações colonizadas sendo posicionadas como inferiores. A colonialidade do ser implica na criação de categorias rígidas e estigmatizadas de identidade, nas quais as pessoas

são classificadas com base em características raciais e culturais, perpetuando assim uma visão dualista do mundo Maldonado-Torres (2007).

Na dimensão do saber, Maldonado-Torres (2007) examina como o conhecimento é produzido e difundido de acordo com padrões eurocêntricos. Isso implica na marginalização e desvalorização dos conhecimentos indígenas, afrodescendentes e de outras culturas não europeias. O conhecimento produzido no contexto colonial é considerado superior, enquanto os saberes locais são muitas vezes ignorados ou subalternizados. A colonialidade do saber também se manifesta na educação, onde currículos e métodos de ensino são estruturados para promover a visão eurocêntrica do mundo, ignorando outras perspectivas e tradições de conhecimento.

Ao discorrer sobre colonialidade do poder, Maldonado-Torres (2007) analisa como as estruturas de poder colonial continuam a operar nas sociedades contemporâneas. Isso inclui não apenas as relações políticas, mas também as dinâmicas econômicas, sociais e culturais que perpetuam a exploração e a opressão das populações colonizadas. A colonialidade do poder se manifesta na exploração de recursos naturais, nas desigualdades econômicas, no autoritarismo político e na criação de elites locais que servem aos interesses coloniais, perpetuando assim relações de dominação e subalternização.

Aníbal Quijano (2000) analisa a relação entre a colonialidade e o capitalismo moderno. Segundo ele, a colonialidade é um dos pilares do sistema capitalista, uma vez que o colonialismo foi a base para a expansão do capitalismo global. Quijano (2000) argumenta que a colonialidade é uma forma de opressão que se dá por meio da imposição de uma hierarquia racial, que coloca as populações negras e indígenas em uma posição subordinada em relação aos colonizadores brancos.

O conceito de colonialidade do poder, conforme Quijano (2000), tem sido amplamente utilizado nos estudos pós-coloniais para analisar as relações de poder entre o Norte global e o Sul global ao argumentar que a colonialidade do poder é uma marca do capitalismo particular que se estabeleceu a partir da colonização europeia do mundo e que se mantém até os dias de hoje.

Quijano (2000) argumenta que o eurocentrismo não é apenas uma forma de racismo, mas também uma forma de epistemologia colonial que marginaliza outras formas de conhecimento e saberes locais. Isso significa que o eurocentrismo impõe uma visão de mundo que hierarquiza e classifica as pessoas e culturas de acordo com critérios europeus.

No seu entendimento, a América Latina é uma região que foi colonizada e que ainda sofre com a colonialidade do poder. A colonização europeia da América Latina teve um impacto profundo na região, afetando sua economia, política, cultura e conhecimento. A imposição de uma visão eurocêntrica do mundo e a marginalização das culturas e saberes locais tiveram um impacto profundo na região, levando a uma série de problemas sociais e econômicos (Quijano 2000).

Para Quijano (2000), a colonialidade do poder é uma característica essencial do capitalismo que emergiu com a colonização europeia do mundo. Ele argumenta que a colonialidade do poder não se restringe à exploração econômica dos recursos naturais e humanos, mas também envolve a dominação das relações sociais e culturais baseadas em raça, gênero e trabalho. A dominação, nesse contexto, é uma condição necessária para a exploração, configurando um sistema global que perpetua desigualdades e relações de poder desiguais.

Por sua vez, Wynter (2003), em seus ensaios sobre a colonialidade, discute a relação entre o conhecimento e o poder. Ela argumenta que o conhecimento foi historicamente usado para justificar a opressão e a exploração dos povos colonizados, e que é preciso repensar as categorias epistemológicas a fim de construir novas formas de conhecimento que não se baseiem na exclusão e na negação do outro.

Wynter (2003) pontua que as estruturas de poder coloniais ainda estão presentes na sociedade contemporânea. Ela analisa as estruturas de poder que moldaram a subjetividade das populações colonizadas, como a escravidão e o genocídio, e mostra como essas estruturas ainda têm um impacto na sociedade contemporânea.

Para Wynter (2003), a descolonização é um processo que envolve a reconstrução da subjetividade das populações colonizadas e a construção de uma nova ordem social. Isso envolve a desnaturalização das estruturas de poder coloniais e a valorização dos saberes e práticas das populações colonizadas.

Além disso, sua defesa da valorização dos saberes e práticas das populações colonizadas tem sido fundamental para a construção de uma nova ordem social baseada na diversidade e na igualdade.

A contribuição de Wynter (2003) para a teoria decolonial é amplamente reconhecida e tem sido fundamental para a compreensão dos processos de colonização e descolonização nas Américas. Seu trabalho também é relevante para a compreensão dos processos de formação da identidade racial e étnica.

Sua análise da subjetividade das populações colonizadas e da persistência das estruturas de poder coloniais na sociedade contemporânea tem sido essencial para a compreensão dos processos de opressão e marginalização. Sua defesa da valorização dos saberes e práticas das populações colonizadas tem sido fundamental para a construção de uma nova ordem social baseada na diversidade e na igualdade.

No diálogo entre Sylvia Wynter (2003), Aníbal Quijano (2000) e Nelson Maldonado-Torres (2007) sobre a colonialidade em caráter político, epistemológico e ontológico, emerge uma visão crítica compartilhada sobre as estruturas de poder que moldaram e continuam a moldar as sociedades contemporâneas. A descolonização do conhecimento e a crítica ao capitalismo são pontos centrais onde as ideias desses autores convergem.

Wynter (2003) examina a relação intrínseca entre o conhecimento e o poder, argumentando que o conhecimento foi historicamente utilizado para justificar a opressão das populações colonizadas. Ela destaca a importância de repensar as categorias epistemológicas, construindo novas formas de conhecimento que não se baseiem na exclusão e na negação do outro. Nesse sentido, ela se alinha com Maldonado-Torres (2007), que aborda a imposição de sistemas de conhecimento eurocêntricos que marginalizam saberes locais e reforçam a hegemonia do pensamento ocidental.

Quijano (2000) adiciona outra camada ao diálogo, ao ressaltar que a colonialidade é um dos pilares do sistema capitalista global. Ele argumenta que a exploração de recursos naturais e humanos das populações colonizadas é intrinsecamente ligada ao capitalismo, revelando a interconexão entre a dominação política, econômica e epistemológica. Nesse contexto, a crítica ao capitalismo feita

por Quijano (2000) encontra eco nas preocupações de Maldonado-Torres sobre a exploração desigual dos recursos naturais e humanos.

A contribuição de Wynter (2003) para o diálogo está na sua análise da colonialidade do ser, que moldou a subjetividade das populações colonizadas, impactando não apenas sua percepção de si mesmas, mas também perpetuando formas de discriminação, como racismo e sexismo. Maldonado-Torres também examina a colonialidade do poder sob uma perspectiva ontológica, destacando a hierarquia racial e cultural imposta que ainda persiste na sociedade contemporânea.

A valorização dos saberes e práticas das populações colonizadas emerge como um ponto crucial de convergência entre esses autores. Wynter (2003) e Maldonado-Torres (2007) enfatizam a necessidade de desnaturalizar as estruturas de poder coloniais, reconhecendo a diversidade cultural e as experiências das populações colonizadas. Quijano (2000) amplifica essa necessidade ao argumentar que a descolonização não pode ser apenas um processo político, mas deve envolver a reconstrução da subjetividade das populações colonizadas e a construção de uma nova ordem social baseada na igualdade.

Wynter (2003), Quijano (2000) e Maldonado-Torres (2007) convergem ao pontuar que a colonialidade em seus aspectos políticos, epistemológicos e ontológicos não é apenas um fenômeno histórico, mas uma realidade contemporânea que continua a moldar o mundo em que vivemos. A descolonização do conhecimento, a crítica ao capitalismo e a valorização das culturas locais são passos essenciais na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e diversa, onde as estruturas de poder coloniais sejam finalmente superadas.

Wynter (2003) destaca a necessidade de repensar as estruturas epistemológicas que sustentam a colonialidade do conhecimento. Ela argumenta que o conhecimento foi historicamente utilizado como ferramenta de poder para justificar a exploração colonial, perpetuando a visão eurocêntrica do mundo. Nesse sentido, sua análise se aproxima da perspectiva de Maldonado-Torres (2007), que aborda a imposição de sistemas educacionais que marginalizam as culturas locais e perpetuam a hegemonia do pensamento ocidental.

Quijano (2000), por sua vez, amplia o debate ao conectar a colonialidade à lógica do capitalismo global. Ele enfatiza que a exploração de recursos naturais e

humanos das populações colonizadas está intrinsecamente ligada à acumulação de capital, revelando a interseção entre a exploração econômica e as dinâmicas coloniais. Sua análise complementa as preocupações de Maldonado-Torres sobre a exploração contínua dos recursos dos países do Sul global pelos países do Norte global.

No âmbito ontológico, Wynter (2003) explora a "colonialidade do ser", destacando como a subjetividade das populações colonizadas foi moldada pelo discurso da superioridade branca, resultando em formas de discriminação persistente. Essa análise se assemelha à perspectiva de Maldonado-Torres sobre a hierarquia racial e cultural imposta que continua a influenciar as identidades das pessoas em todo o mundo.

A valorização dos saberes e práticas das populações colonizadas emerge como uma preocupação central em todas as abordagens. Wynter (2003) e Maldonado-Torres (2007) enfatizam a necessidade de desnaturalizar as estruturas de poder coloniais, reconhecendo a diversidade cultural e as experiências das populações colonizadas. Quijano (2000) expande essa necessidade ao argumentar que a descolonização deve envolver não apenas uma mudança nas estruturas políticas e econômicas, mas também uma transformação profunda na maneira como percebemos e valorizamos as diferentes culturas e identidades.

A descolonização do conhecimento, a crítica ao capitalismo e a valorização das culturas locais surgem como pilares fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde as estruturas de poder coloniais sejam finalmente desmanteladas. Somente por meio desse esforço conjunto é possível criar um mundo verdadeiramente diverso e inclusivo.

Nesse contexto de diálogo entre os autores, torna-se evidente que a colonialidade, em suas múltiplas facetas políticas, epistemológicas e ontológicas, não é apenas um fenômeno histórico, mas uma realidade contemporânea profundamente enraizada. A persistência dessas estruturas coloniais ressalta a importância urgente de desafiar as narrativas hegemônicas e redefinir o paradigma sob o qual compreendemos o mundo.

Wynter (2003) enfatiza a necessidade de reconstruir a subjetividade das populações colonizadas, que foram historicamente moldadas por uma visão

eurocêntrica que as coloca como inferiores. Para ela, a descolonização do ser é um processo complexo que implica na desconstrução dessas narrativas impostas e na reafirmação das identidades culturais e étnicas. Essa perspectiva se alinha com as preocupações de Maldonado-Torres (2007) sobre a hierarquização racial e cultural, mostrando como a colonialidade continua a impactar as percepções de identidade e autoestima das pessoas em todo o mundo.

Por sua vez, Quijano (2000) adiciona uma camada crucial ao argumentar que a colonialidade está intrinsecamente ligada ao capitalismo global. Ele destaca como a exploração dos recursos naturais e humanos das populações colonizadas é uma extensão direta da busca incessante por lucro e acumulação de capital. Assim, a descolonização do poder não pode ser dissociada da crítica ao capitalismo, revelando a necessidade de repensar não apenas as estruturas políticas e sociais, mas também os fundamentos econômicos que perpetuam a exploração.

A valorização dos saberes locais e a diversidade de conhecimentos emergem como um ponto comum entre os autores. Maldonado-Torres (2007) destaca a imposição de um sistema educacional que marginaliza as culturas e saberes locais, enquanto Quijano (2000) ressalta a necessidade de desnaturalizar as estruturas de poder coloniais para reconhecer e valorizar as diferentes culturas. Wynter (2003) aprofunda essa discussão ao argumentar que a descolonização deve envolver a construção de novas formas de conhecimento, baseadas na inclusão e no respeito pela diversidade cultural.

Em última análise, o diálogo entre Wynter (2003), Quijano (2000) e Maldonado-Torres (2007) oferece um panorama abrangente sobre a colonialidade em suas dimensões políticas, epistemológicas e ontológicas. Enquanto cada autor traz perspectivas distintas, suas análises convergem na necessidade imperativa de descolonizar não apenas as estruturas políticas e econômicas, mas também as mentes e as percepções que sustentam essas estruturas. Somente através de uma descolonização profunda e interconectada é possível aspirar a um futuro verdadeiramente equitativo e diverso para todas as culturas e povos do mundo.

No âmbito político, os três autores convergem na análise das relações de poder desiguais que se estabeleceram durante o processo colonial. Quijano (2000) destaca que a colonialidade do poder é intrínseca ao capitalismo global, enfatizando

como as estruturas políticas e econômicas mantêm as populações colonizadas em uma posição subalterna. Maldonado-Torres (2007) expande essa discussão ao abordar a imposição de sistemas políticos autoritários e a criação de elites locais subservientes aos interesses coloniais. Wynter (2003) complementa ao ressaltar que a colonialidade do poder não apenas oprime as populações colonizadas, mas também marginaliza grupos dentro das próprias sociedades colonizadoras, perpetuando discriminações raciais e sociais.

No campo epistemológico, os três autores destacam a imposição de um conhecimento eurocêntrico que marginaliza outras formas de saberes. Maldonado-Torres (2007) explora como a colonialidade do saber se manifesta na imposição de um sistema educacional que desvaloriza conhecimentos locais, enquanto Quijano (2000) argumenta que o eurocentrismo é utilizado para justificar a exploração das populações colonizadas. Wynter (2003) aprofunda essa análise ao examinar como o conhecimento ocidental foi historicamente usado para justificar a opressão e a exploração dos povos colonizados, enfocando na necessidade de repensar as categorias epistemológicas existentes para construir novas formas de conhecimento inclusivas.

Na esfera ontológica, os três autores convergem na crítica à hierarquização cultural imposta pela colonialidade. Maldonado-Torres (2007) aborda a imposição de uma visão dualista do mundo que separa o humano do não-humano, enquanto Quijano (2000) enfatiza a eurocentricidade que marginaliza outras formas de conhecimento e saberes locais. Wynter (2003) complementa essa análise ao discutir a subjetividade das populações colonizadas, argumentando que a colonialidade do ser moldou a percepção de inferioridade, afetando a autoestima e a autoimagem dessas populações.

Nesse diálogo, as divergências também emergem. Enquanto Maldonado-Torres (2007) destaca a necessidade de descolonizar todas as esferas da vida, incluindo o ser, o saber e o poder, Quijano (2000) concentra-se principalmente na dimensão do poder, vinculando a colonialidade ao capitalismo global. Wynter (2003), por sua vez, enfoca a reconstrução da subjetividade das populações colonizadas e a construção de uma nova ordem social baseada na diversidade e igualdade.

No confronto entre Maldonado-Torres (2007), Quijano (2000) e Wynter (2003) revela-se a complexidade da colonialidade em suas dimensões políticas, epistemológicas e ontológicas. Enquanto compartilham preocupações comuns sobre a opressão e exploração resultantes do colonialismo, cada autor oferece insights valiosos sobre como desafiar e superar essas estruturas coloniais. A interseção de suas análises cria um terreno fértil para a reflexão crítica e a ação transformadora, destacando a necessidade urgente de descolonizar não apenas as instituições, mas também as mentes e as percepções que perpetuam a colonialidade em todas as suas formas.

Nelson Maldonado-Torres (2007) apresenta uma análise crítica da noção de colonialidade e propõe uma abordagem alternativa para compreender os processos coloniais na América Latina. Este texto tem sido amplamente reconhecido como uma das principais contribuições para a teoria decolonial.

Maldonado-Torres (2007), explora a dimensão ontológica da colonialidade, ou seja, a forma como a colonização afeta a construção da identidade e da subjetividade dos colonizados. Ele argumenta que a colonialidade afeta não apenas as relações sociais e políticas, mas também a forma como os indivíduos se percebem e se constroem como sujeitos.

Maldonado-Torres (2007) argumenta que a colonialidade não é apenas um fenômeno político ou econômico, mas também envolve a construção da subjetividade dos povos colonizados. Ele propõe o conceito de "colonialidade do ser" para descrever a forma como a colonização afeta a ontologia dos povos colonizados. A ontologia colonial se refere à forma como os povos colonizados são percebidos e tratados pelos colonizadores, e como essa percepção influencia sua autoimagem e autoestima.

O autor argumenta que a ontologia colonial é baseada em uma concepção particular do ser humano, que é eurocêntrica e não leva em conta a diversidade cultural e as experiências dos povos colonizados. Essa concepção é usada para justificar a dominação colonial e perpetuar as estruturas de poder coloniais na sociedade contemporânea (Maldonado-Torres, 2007).

Maldonado-Torres (2007), propõe uma abordagem alternativa para a compreensão dos processos coloniais, que envolve a valorização dos saberes e práticas das populações colonizadas e a desnaturalização das estruturas de poder

coloniais. Isso requer uma transformação radical da ontologia colonial e uma redefinição da relação entre os povos colonizados e os colonizadores.

A libertação, para Maldonado-Torres (2007), é o processo de superação da colonialidade do ser e do saber, e a construção de uma nova ontologia e epistemologia baseada na diversidade e na igualdade. Isso envolve uma transformação radical da relação entre os povos colonizados

María Lugones (2008) nos presenteou com a sua obra "Colonialidad y Género", trazendo uma importante contribuição para a reflexão crítica sobre a relação entre colonialidade, gênero e violência estrutural. A autora propõe uma análise profunda sobre as dinâmicas que envolvem a opressão e a resistência das mulheres nas sociedades colonizadas e colonizadoras, sobretudo na América Latina.

A obra parte do pressuposto de que a colonialidade é uma forma de dominação global que tem impacto sobre diversas dimensões da vida social, como a economia, a política, a cultura e o gênero (Lugones, 2008).

A autora argumenta que a colonialidade do gênero se manifesta de diversas formas, desde a exploração econômica do trabalho das mulheres até a violência sexual, passando pela medicalização da reprodução feminina e a construção de estereótipos raciais e de gênero (Lugones, 2008).

Lugones (2008) aponta que as mulheres nas sociedades colonizadas têm sido submetidas a um processo de dupla exploração e opressão, tanto pela dominação colonial como pela opressão de gênero. As mulheres indígenas, negras e mestiças são as mais vulneráveis, já que são submetidas a uma hierarquia que as coloca em uma posição inferiorizada em relação aos homens, aos brancos e aos colonizadores.

A autora também aborda a questão da violência sexual como uma prática estrutural e cotidiana que atinge as mulheres em contextos coloniais e pós-coloniais. Ela destaca que a violência sexual é utilizada como uma arma de guerra, uma forma de subjugar as mulheres e desestabilizar as comunidades colonizadas (Lugones, 2008).

Outro aspecto relevante abordado por Lugones (2008) é a questão da medicalização da reprodução feminina. A autora mostra como a imposição de políticas

de controle da natalidade e de esterilização forçada tem sido utilizada como uma forma de controle demográfico e de manutenção da dominação colonial.

Lugones propõe que a luta contra a colonialidade do gênero deve ser uma luta global e interseccional, que reconheça as diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam em diferentes contextos sociais e culturais. Ela argumenta que é preciso reconhecer a complexidade e a interconexão dos sistemas de opressão, e construir alianças entre os movimentos de mulheres e de pessoas subalternas para enfrentar os desafios da luta contra a colonialidade do gênero.

A obra Maria Lugones (2008) é um texto essencial para quem deseja compreender as dinâmicas de opressão e resistência das mulheres nas sociedades coloniais e pós-coloniais. A autora realiza uma reflexão aprofundada sobre as diversas formas em que a colonialidade de gênero se manifesta em distintas dimensões da vida social. Ela propõe uma luta global e interseccional para enfrentar a violência estrutural e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Lugones analisa como as mulheres negras, indígenas e mestiças têm sido subalternizadas e marginalizadas, e como a colonialidade do gênero trabalha em conjunto com a colonialidade do poder e do conhecimento.

A interseção entre capitalismo e colonialismo tem sido objeto de estudos e debates em diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia, a história, entre outras. Essas duas formas de opressão têm em comum a busca por dominação, exploração e exclusão de grupos considerados inferiores e subalternos. Nesse sentido, a interseção entre elas acaba intensificando as suas formas de opressão, resultando em uma sociedade mais desigual e injusta.

O capitalismo, em sua essência, busca a acumulação de riquezas e a maximização dos lucros. Para alcançar esses objetivos, ele se baseia na exploração da mão de obra, na desigualdade social e na concentração de poder e recursos nas mãos de poucos. Essas características do sistema capitalista acabam por favorecer os grupos mais privilegiados da sociedade, em detrimento dos mais pobres e marginalizados.

Já o colonialismo, por sua vez, consiste na dominação de um país ou povo por outro, com o objetivo de explorar seus recursos e impor seus valores culturais e políticos. Durante séculos, países europeus colonizaram outras regiões do mundo,

impondo seus costumes, língua e religião aos povos colonizados. Essa forma de dominação gerou profundas desigualdades econômicas, políticas e culturais, que ainda podem ser observadas nos dias atuais.

A interseção entre o capitalismo e o colonialismo se dá de diversas formas. Uma delas é a exploração dos recursos naturais e humanos dos países colonizados para benefício dos países colonizadores. Na época colonial, os europeus se apropriavam dos recursos naturais das colônias, como minérios e madeira, e exploravam a mão de obra dos povos colonizados, muitas vezes em condições de escravidão. Hoje em dia, essa exploração continua em países periféricos, que muitas vezes são alvos de multinacionais que buscam explorar seus recursos naturais e mão de obra barata.

Outra forma de interseção entre capitalismo e colonialismo é a imposição de valores culturais e políticos dos países colonizadores aos povos colonizados. Durante a colonização, os europeus impuseram suas línguas, religiões e costumes aos povos colonizados, o que gerou profundas transformações culturais e políticas. Essa imposição cultural continua sendo uma realidade em muitos países, onde as culturas locais são subjugadas em nome da globalização e do mercado.

Além disso, a interseção entre capitalismo e colonialismo gera desigualdades sociais, já que os grupos mais privilegiados têm maior acesso aos recursos e oportunidades do sistema capitalista. Por outro lado, os grupos subalternos, muitas vezes compostos por negros e negras, indígenas e populações tradicionais, são excluídos do mercado e das oportunidades de ascensão social.

Em termos simples, o capitalismo é um sistema econômico que busca a acumulação de riqueza através da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. O colonialismo, por sua vez, é um sistema político e econômico em que uma potência estrangeira domina e explora um país e seus habitantes.

Esses dois sistemas se entrelaçam de diversas maneiras, mas uma das principais formas é através da extração de recursos naturais. O colonialismo muitas vezes envolve a exploração de recursos naturais de um território dominado, que são usados para a produção de bens que são comercializados no mercado global. O capitalismo, por sua vez, busca maximizar o lucro a partir da extração de recursos naturais e da venda de bens produzidos a baixo custo.

Essa lógica econômica tem impactos significativos na vida das pessoas. Por exemplo, muitas vezes as comunidades indígenas e negras são desapropriadas de suas terras e recursos naturais em nome do progresso econômico. Eles são empurrados para margens sociais, onde enfrentam dificuldades para garantir o acesso a recursos básicos, como água, alimentos e medicamentos. Isso resulta em uma grande desigualdade social e econômica, e uma distribuição desigual dos benefícios do desenvolvimento econômico.

Além disso, o capitalismo e o colonialismo se sustentam mutuamente através da exploração da força de trabalho. Na busca de mão de obra barata, muitas vezes o capitalismo explora pessoas que estão em situação vulnerável. Por exemplo, migrantes que procuram trabalho em outro país podem ser explorados e submetidos a condições precárias de trabalho. As mulheres, em particular, são vulneráveis à exploração no mercado de trabalho global, muitas vezes em empregos precários, de baixo salário e sem proteção social.

O impacto desses sistemas na sociedade é devastador. Eles resultam em desigualdade social e econômica, violações dos direitos humanos e degradação ambiental. Eles reforçam estereótipos e preconceitos em relação a grupos étnicos e raciais marginalizados. Eles perpetuam a exclusão social, política e econômica de muitas comunidades, impedindo-as de alcançar seu pleno potencial.

Para mudar isso, é necessário um compromisso com uma economia justa e equitativa, que coloque as pessoas em primeiro lugar. Isso significa repensar a forma como produzimos e consumimos bens e serviços, de modo a garantir a proteção dos recursos naturais e a inclusão social e econômica de todas as comunidades. Também significa reconhecer e valorizar a diversidade cultural e a história dos povos indígenas e negros, e promover a igualdade de oportunidades para todos.

2.2 PERSPECTIVAS EM UM CONTEXTO DECOLONIAL: PORQUE PENSAM QUE SOMOS MONSTROS?

Conforme desenvolvido no tópico anterior, o conceito de decolonialidade vem ganhando cada vez mais espaço na academia e em discussões políticas contemporâneas. A perspectiva decolonial propõe a descolonização das estruturas

políticas, econômicas, sociais e culturais que foram impostas durante séculos pelos colonizadores, a fim de construir sociedades mais justas e equitativas.

No entanto, mesmo com o crescente interesse na decolonialidade, ainda existe uma lacuna significativa na compreensão da história e dos efeitos do colonialismo em diferentes culturas e povos. Esse desconhecimento pode levar a uma visão estereotipada e preconceituosa dos povos colonizados, alimentando a ideia de que esses povos são "monstros".

Neste tópico, vamos explorar a relação entre a perspectiva decolonial e a ideia de que os povos colonizados são "monstros" abordando as origens históricas dessa concepção e como ela se manifesta em diferentes contextos contemporâneos, considerando para tanto a perspectiva decolonial e como ela pode contribuir para a desconstrução dessa visão estereotipada.

A ideia de que os povos colonizados são "monstros" tem raízes profundas na história do colonialismo. Durante o processo de colonização, os povos colonizadores enxergavam os povos colonizados como inferiores e primitivos. Essa visão de inferioridade foi justificada por meio de argumentos pseudocientíficos, como a teoria da evolução, que afirmava que os povos brancos eram mais evoluídos que os povos negros e indígenas.

Essa visão de inferioridade dos povos colonizados foi reforçada por meio da mídia e da cultura popular. Nos livros, nos jornais e nos filmes, os povos colonizados eram retratados como seres exóticos e estranhos, com características físicas e culturais que os diferenciavam dos colonizadores. Essa representação estereotipada dos povos colonizados como "monstros" contribuiu para a desumanização desses povos, tornando mais fácil justificar a exploração e a opressão que eles sofreram durante séculos.

Apesar do fim oficial do colonialismo em muitos países, a ideia de que os povos colonizados são "monstros" ainda persiste na cultura popular e na mídia. Em muitos filmes, livros e programas de televisão, os povos colonizados são retratados como selvagens e bárbaros, perpetuando estereótipos e preconceitos que foram criados durante o processo de colonização.

Essa visão estereotipada também se manifesta em discursos políticos e na mídia, especialmente em contextos de conflito armado ou de imigração. Os povos colonizados são frequentemente retratados como ameaças à segurança nacional ou como criminosos, reforçando a ideia de que esses povos são diferentes e perigosos.

A perspectiva decolonial propõe a desconstrução dessas visões estereotipadas e preconceituosas dos povos colonizados. Para isso, é necessário reconhecer a história do colonialismo e dos efeitos que ele teve sobre as culturas e sociedades colonizadas. É necessário também reconhecer que as diferenças culturais e físicas entre os povos não são motivo para a hierarquização de valores ou para a desumanização dos povos.

A perspectiva decolonial também defende a valorização das culturas e das tradições dos povos colonizados, reconhecendo a riqueza e a diversidade dessas culturas. Isso implica na promoção da pluralidade cultural e na desconstrução da ideia de que uma única cultura ou sociedade é superior a outras.

Além disso, a perspectiva decolonial defende a necessidade de reparações e de justiça para os povos colonizados. Isso implica em reconhecer os danos causados pelo colonialismo e em buscar medidas para reparar esses danos, como a restituição de terras e de bens culturais, e a promoção de políticas públicas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades para os povos colonizados.

A perspectiva decolonial propõe a desconstrução dessas visões estereotipadas e preconceituosas dos povos colonizados, reconhecendo a riqueza e a diversidade dessas culturas e promovendo a pluralidade cultural. Além disso, a perspectiva decolonial defende a necessidade de reparações e de justiça para os povos colonizados, reconhecendo os danos causados pelo colonialismo e buscando medidas para reparar esses danos.

Desde a chegada dos colonizadores europeus nas Américas, África e Ásia, os povos subalternos foram submetidos a diversas formas de opressão, exploração e violência. No entanto, esses povos nunca se submeteram passivamente a essa condição. Ao contrário, resistiram e resistem até hoje, utilizando mecanismos diversos para fazer frente às estruturas opressivas que lhes foram impostas.

Uma das formas de resistência encontradas pelos povos subalternos foi a criação de identidades coletivas e o fortalecimento de suas culturas. Essa resistência cultural foi descrita por Lélia Gonzales (1984) como a criação do "pretugues", uma identidade que reúne traços da cultura africana e da cultura portuguesa, como forma de resistir à dominação europeia e reivindicar uma identidade própria.

Gonzalez (1984) discute as formas de opressão e exclusão que foram impostas às mulheres e às populações negras no Brasil, e propõe o termo "pretuguês" como uma forma de denunciar as formas de colonização e exploração que foram institucionalizadas pela cultura brasileira.

O termo "pretuguês" denuncia as formas de racismo e discriminação institucionalizadas pela colonização portuguesa no Brasil, que oprimiu populações negras e indígenas, além de outras exclusões sociais. Utilizando o termo "pretuguês", Gonzalez destaca a imposição de uma língua e cultura estrangeiras sobre as populações colonizadas, forçadas a abandonar suas próprias tradições e línguas nativas. Assim, o termo também se refere à imposição do português como língua oficial do Brasil, ignorando as línguas nativas e os dialetos africanos trazidos pelos escravos (Gonzalez, 1984).

Além disso, o conceito de "pretuguês" evidencia a exploração econômica e cultural imposta aos povos africanos e afrodescendentes. A colonização portuguesa promoveu a escravidão, a expropriação de terras e recursos naturais, a destruição de culturas nativas e a supressão de conhecimentos tradicionais dos povos colonizados. Com o uso do termo "pretuguês", Gonzalez visa destacar essas formas de opressão e exclusão, promovendo a valorização e o respeito pelas culturas e tradições dos povos africanos e afrodescendentes.

Para Gonzalez (1984), é essencial que os povos subalternos se apropriem da língua portuguesa, transformando-a em um instrumento de resistência e luta contra a opressão e a exclusão. Assim, o conceito de "pretuguês" proposto por Lélia Gonzalez expõe as formas de colonização e opressão impostas às populações africanas e afrodescendentes no Brasil, buscando promover a valorização e o respeito pelas culturas e tradições desses povos.

Maria Aparecida da Silva Bento (2002), por sua vez, destaca a importância de questionar o pacto narcísico da branquitude, ou seja, a ideia de que a brancura é

a norma e que outras culturas e identidades são inferiores. Questionar esse pacto é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas.

Segundo Bento (2002), o pacto narcísico da branquitude é um acordo tácito entre os indivíduos brancos para manter sua posição de privilégio e superioridade em relação aos não brancos. Esse pacto é baseado em uma série de práticas e valores, como a negação da existência do racismo, a exaltação da "branquitude" como padrão de beleza, inteligência e sucesso, e a atribuição de características negativas aos negros e outras minorias étnicas.

Para Bento (2002), o pacto narcísico da branquitude é um mecanismo de defesa psicológica dos indivíduos brancos, que permite que eles se mantenham alheios às desigualdades raciais e às violências cometidas contra os não brancos. Essa defesa se baseia na construção de uma imagem idealizada do branco como superior, belo, inteligente e bem-sucedido, e na exclusão dos não brancos desse ideal.

No entanto, Bento (2002) afirma que o pacto narcísico da branquitude não é um fenômeno apenas individual, mas também estrutural, que se manifesta nas instituições e nas relações sociais. Para ela, é necessário desafiar e romper com esse pacto, por meio da conscientização e da transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam o racismo.

Em resumo, o pacto narcísico da branquitude é um conceito utilizado por Cida Bento (2002) para descrever as práticas e valores que sustentam o racismo e a manutenção da hegemonia branca na sociedade brasileira, e que se manifestam tanto no nível individual quanto no estrutural. Esse conceito é fundamental para a compreensão das dinâmicas raciais no Brasil e para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Gomes (2017) enfatiza a necessidade de um olhar crítico sobre o papel da educação na reprodução das desigualdades sociais e raciais, e propõe a criação de um movimento negro educador, que seja capaz de transformar essa realidade por meio da construção de saberes críticos e emancipatórios.

A autora apresenta diversos exemplos de práticas pedagógicas que valorizam a história e a cultura afro-brasileira, e que são fundamentais para a

formação de uma educação antirracista. Além disso, aborda a importância da formação de professores negros e negras, que possam ser referências positivas para as crianças e jovens negros e negras em um contexto em que a maioria dos profissionais da educação é branca (Gomes, 2017).

Um exemplo concreto de resistência dos povos subalternos foi a luta pela implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras, descrita por Fernanda da Silva Lima e Delton Aparecido Felipe (2021). Essa luta envolveu mobilizações sociais, debates políticos e jurídicos, e culminou na aprovação de uma lei que garante a reserva de vagas para estudantes negros e indígenas nas universidades públicas. Essa medida tem sido fundamental para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades no acesso à educação superior.

Os autores abordam a importância das políticas de cotas raciais para a promoção da inclusão e diversidade no ensino superior, e apresentam dados que comprovam os avanços e desafios da implementação dessas políticas nas universidades brasileiras (Lima, Felipe, 2021).

Além disso, a obra destaca a necessidade de um olhar crítico sobre os currículos universitários, que muitas vezes não contemplam a história e cultura afro-brasileira, perpetuando a invisibilidade e discriminação racial no ambiente acadêmico. Os autores defendem a necessidade de um currículo mais plural e diverso, que contemple a perspectiva da população negra e suas contribuições para a sociedade brasileira (Lima, Felipe, 2021).

Lima e Felipe (2021) trazem exemplos de experiências de resistência e luta protagonizadas por estudantes negros e negras nas universidades, que se insurgem contra o racismo institucional e lutam por uma educação mais justa e igualitária.

Em suma, os povos subalternos têm resistido de diversas formas à opressão e à exploração que lhes foram impostas pela colonialidade. Essa resistência envolve a criação de identidades coletivas, a organização política e social, a luta por direitos e pela valorização da cultura e da história dos povos subalternos. Essas formas de resistência são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas. Além disso, é importante destacar que a luta contra a colonialidade é

uma luta contínua, que deve ser realizada de forma conjunta por todos aqueles que se opõem à opressão e à exploração.

Vale lembrar que a resistência dos povos subalternos não se limitou ao passado. Pelo contrário, ela continua até hoje, em diferentes contextos e em diferentes formas. A luta contra o racismo, a discriminação e a exclusão social, por exemplo, é uma luta que ainda está em curso, tanto no Brasil como em outros países.

Nesse sentido, é importante destacar a importância da solidariedade e da união entre os diferentes grupos que lutam contra a opressão e a exploração. A construção de alianças entre os movimentos negros, indígenas, feministas, LGBT e outros grupos marginalizados é fundamental para fortalecer a luta contra o racismo, o capitalismo e a colonialidade enquanto estruturantes da sociedade brasileira e para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, é importante destacar que a luta contra a colonialidade não se restringe apenas aos povos subalternos. Ela é uma luta que diz respeito a todos aqueles que desejam uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas. Essa é uma luta que requer reflexão, diálogo e ação, e que deve ser realizada de forma conjunta por todos aqueles que desejam construir um mundo melhor.

Ao reconhecer a história do colonialismo e promover a pluralidade cultural e a justiça para os povos colonizados, é possível construir sociedades mais justas e equitativas, que valorizem e respeitem a diversidade cultural e os direitos humanos.

Além disso, a perspectiva decolonial também defende a necessidade de desconstruir a ideia de que as diferenças culturais e físicas entre os povos são motivo para a hierarquização de valores ou para a desumanização dos povos. É preciso entender que cada cultura tem sua própria lógica e valores, e que não há uma cultura que seja superior ou inferior a outra.

Em suma, a perspectiva decolonial propõe uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao colonialismo e suas consequências na cultura e sociedade dos povos colonizados. Ela busca promover a desconstrução de visões estereotipadas e preconceituosas dos povos colonizados, valorizar suas culturas e tradições, promover a justiça e as reparações necessárias, e construir sociedades

mais justas e equitativas, baseadas na valorização da diversidade cultural e no respeito aos direitos humanos.

3 VOU TE CONTAR A LENDA DA BICHA ESQUISITA, NÃO SEI SE VOCÊ ACREDITA, ELA NÃO É FEIA (NEM BONITA)⁶

*Ela sempre desejou ter uma vida tão promissora
 Desobedeceu seu pai, sua mãe, o estado, a professora
 Ela jogou tudo pro alto
 Deu a cara pra bater
 Pois pra ser livre e feliz tem que ralar o cu, se fuder
 De boba ela só tem a cara e o jeito de andar
 Mas sabe que pra ter sucesso não basta apenas estudar
 Estudar, estudar, estudar sem parar
 Tão esperta essa bixona, não basta apenas estudar
 (Linn da Quebrada)*

O título deste capítulo faz referência direta à música A Lenda, da talentosa cantora Linn da Quebrada, que transcende as fronteiras convencionais da sociedade. Ao mergulharmos nos versos da música, encontramos uma conexão profunda com o capítulo em construção, especialmente no tópico "Raça, Gênero e Sexualidade". Linn, ao afirmar "Ela sempre desejou ter uma vida tão promissora", introduz uma jornada de desafios e resistência, ecoando as experiências das comunidades marginalizadas que buscam uma existência plena em meio a expectativas sociais restritivas. A música, ao se referir à protagonista como uma "bicha esquisita" que "não é feia (nem bonita)", estabelece desde o início a complexidade da identidade, desafiando padrões tradicionais de beleza e normalidade, uma abertura significativa para a discussão sobre raça, gênero e sexualidade.

Ao explorar a seção "Raça, Gênero e Sexualidade", os versos "Ela sempre desejou ter uma vida tão promissora / Desobedeceu seu pai, sua mãe, o estado, a professora" destacam a resistência contra as normas sociais opressivas. A história da bicha esquisita se torna um testemunho de desafios enfrentados por indivíduos que

⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k4DpkHftQJg&ab_channel=LinndaQuebrada, acesso em 28/11/2023

buscam autenticidade, confrontando estruturas que muitas vezes limitam a expressão plena de sua identidade.

No contexto da "Interseccionalidade entre Gênero e Sexualidades Dissidentes", a música ressoa com afirmações como "Eu fui expulsa da igreja (ela foi desassociada) / Porque uma podre maçã deixa as outras contaminada". Esses trechos ilustram vividamente as interseções de gênero, sexualidade e religião, sugerindo uma exploração mais aprofundada sobre como as experiências da bicha esquisita refletem desafios únicos enfrentados por aqueles que não se conformam com as normas estabelecidas, bem como o tratamento que lhes é dispensado.

"Símbolos e Expectativas Impostas sobre a Bicha Preta" emergem no discurso de Linn da Quebrada, que desafia estereótipos. Aqui, a música se torna uma expressão de resistência contra a objetificação e a marginalização, instigando uma reflexão profunda sobre as expectativas impostas à masculinidade negra.

Ao incorporar esses trechos marcantes de "A Lenda", o capítulo ganha vida, promovendo uma análise crítica e reflexiva sobre as complexidades das experiências da bicha esquisita. A música de Linn da Quebrada não apenas complementa, mas também enriquece a produção do capítulo, fornecendo uma trilha sonora ressonante para as questões cruciais exploradas.

A presente pesquisa requer a análise de uma complexa rede de relações que transcende as fronteiras conceituais convencionais. Faz-se necessário, em primeiro plano, olhar para a experiência singular das bichas pretas, destacando suas lutas por reconhecimento, inclusão e resistência em uma sociedade marcada por desigualdades históricas e estruturas opressivas, ao mesmo tempo em que se amplia esta análise ao explorar as dinâmicas de poder que permeiam as interseções de raça, gênero e sexualidade. Dentro deste contexto, as mídias sociais emergem como plataformas essenciais para a articulação de vozes marginalizadas, proporcionando espaços de visibilidade e expressão para comunidades que frequentemente são silenciadas ou estigmatizadas.

Sabemos que as discussões sobre direitos humanos, saberes outros e decolonialidade ganham vida através das narrativas compartilhadas nas mídias sociais. Assim, por meio das plataformas digitais é que as bichas pretas têm a oportunidade não apenas de reivindicar suas identidades e demandas, mas também

de desafiar narrativas dominantes e construir movimentos de resistência que transcendam as barreiras físicas e institucionais.

A análise conjunta dos temas supramencionados revela não apenas as complexidades das experiências individuais, mas também a urgência de uma abordagem interseccional e decolonial na busca por justiça social e igualdade para todos os grupos marginalizados.

A interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade, discutida de forma densa e perspicaz, delinea um cenário de desafios, resistências e construções identitárias únicas. Nesse contexto, a transição para a análise do papel do feminismo negro e da teoria queer oferece uma continuidade natural, ampliando o debate sobre as narrativas das minorias e a desconstrução das normas sociais.

Ao investigar as intersecções de raça, gênero e sexualidade nas vidas das bichas pretas no Brasil, surge um tema central: a urgente necessidade de uma abordagem inclusiva e diversificada. Esse entendimento pavimenta o caminho para a transição natural ao próximo tópico. Ao aprofundar-se nas complexidades identitárias e nas dinâmicas de poder, fica claro que é fundamental considerar tanto as lutas históricas quanto as contemporâneas das minorias. Além disso, é crucial examinar as teorias e movimentos que fornecem uma perspectiva crítica e transformadora, permitindo uma compreensão e um questionamento eficaz das normas sociais vigentes.

3.2 INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES

bell hooks (2019) revela a crítica contundente ao movimento feminista hegemônico, destacando que historicamente emergiu para atender às demandas de mulheres brancas, muitas das quais buscavam entrar no mercado de trabalho enquanto mulheres negras já desempenhavam trabalhos domésticos em suas casas. Hooks (2019) argumenta que as mulheres negras foram colocadas à margem dessas lutas, enfrentando uma dupla opressão devido ao seu gênero e raça.

A interseccionalidade entre gênero e sexualidades dissidentes surge como uma ferramenta indispensável para desvelar as intrincadas dinâmicas sociais que permeiam os corpos das bichas pretas. Segundo a jurista Kimberlé Crenshaw, uma

das pioneiras e principais divulgadoras do termo, a interseccionalidade propõe uma abordagem que vai além das análises simplificadas de categorias isoladas, reconhecendo que as formas de opressão muitas vezes se entrelaçam, gerando complexidades nas experiências individuais. Esta perspectiva crítica destaca que raça, classe e gênero não são entidades isoladas, mas sistemas interligados que demandam uma compreensão holística para abordar as desigualdades subjacentes (Pereira, 2021).

Crenshaw, ao cunhar o termo em 1989 (importante destacar neste ponto que outras mulheres negras já apontavam para a necessidade de pensar raça, gênero e classe de forma indissociada), trouxe à tona a necessidade de superar a abordagem dicotômica que tratava raça e gênero como experiências mutuamente exclusivas. Seu argumento fundamentava-se na ideia de que as análises centradas apenas em um aspecto resultavam no apagamento teórico das mulheres negras, deixando de considerar a complexidade de suas vivências. Nas palavras da autora, gênero, raça, classe e outros eixos de opressão não são categorias distintas, mas sistemas entrecruzados que dinamicamente geram desigualdades e posições relativas entre diferentes grupos sociais (Pereira, 2021).

Devemos reconhecer a importância de aplicar a interseccionalidade de maneira organizada. Pereira (2021) destaca três abordagens: A "complexidade anticategórica", que questiona a construção e definição de fronteiras entre categorias; A "complexidade intracategórica", que reconhece relações estáveis e duráveis dentro das categorias, evitando generalizações homogeneizantes; e a "complexidade intercategórica", que utiliza categorias analíticas de forma estratégica, focando nas relações de desigualdade entre grupos sociais.

Entender a interseccionalidade como uma ferramenta metodológica é crucial para aplicá-la de maneira efetiva. O conceito não apenas destaca a sobreposição de opressões, mas também propõe abordagens específicas para desconstruir categorias, reconhecer relações duráveis e estratégicas, e documentar as complexas dinâmicas de desigualdade (Pereira, 2021). No contexto das bichas pretas, essa abordagem se revela essencial para uma análise mais completa das interseções entre gênero, raça e sexualidade, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências desses corpos que desafiam normas preconcebidas.

Outra obra imprescindível quando falamos sobre o estudo da interseccionalidade é o livro das autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020). As autoras trabalham o conceito de interseccionalidade enquanto uma ferramenta analítica crucial em diversos contextos acadêmicos, políticos e sociais. Nas palavras de acadêmicas e acadêmicos, militantes, profissionais e ativistas, a interseccionalidade é adotada para compreender as complexas relações de poder que permeiam sociedades marcadas pela diversidade. Ao considerar categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, a interseccionalidade busca desvendar as inter-relações que moldam as experiências humanas.

Ao analisarmos a história das ativistas negras estadunidenses nas décadas de 1960 e 1970, percebemos como a falta de uma abordagem interseccional nos movimentos sociais resultava na marginalização das questões específicas das mulheres negras (Collins, Bilge, 2020).

A interseccionalidade, como ferramenta analítica, revela-se essencial para compreender as complexas dinâmicas de poder que afetam a vida cotidiana da bicha preta. O reconhecimento de que as categorias de raça, gênero e sexualidade não são entidades isoladas, mas inter-relacionadas, permite uma análise mais aprofundada das múltiplas formas de opressão e discriminação que a bicha preta enfrenta.

Faculdades e universidades, ao buscarem tornar seus ambientes mais inclusivos, enfrentam desafios significativos ao lidar com as divisões sociais decorrentes das relações de poder de classe, raça, gênero, orientação sexual, entre outras (Collins, Bilge, 2020). A interseccionalidade, nesse contexto, emerge como uma ferramenta analítica útil para desenvolver estratégias que considerem a diversidade de experiências trazidas pelos estudantes, incluindo aqueles que se identificam como bichas pretas. A compreensão interseccional permite uma abordagem mais holística e eficaz para promover a equidade nos campi.

Na seara do debate sobre gênero e sexualidade, a interseccionalidade ganha destaque ao reconhecer que as experiências individuais são moldadas por uma multiplicidade de fatores. Essa abordagem se torna fundamental ao discutir as vivências das chamadas "sexualidades dissidentes", destacando, em particular, a figura da bicha preta (Collins, Bilge, 2020).

O pensamento interseccional, debatido sob o prisma das diferenças e desigualdades, emerge como um espaço reflexivo profícuo para compreender as complexas interações que permeiam as estruturas sociais, especialmente em relação a grupos subalternizados. Este enfoque possibilita a análise das diferentes fontes estruturais que geram disparidades, e como essas diferenças se entrelaçam em contextos diversos, moldando as experiências cotidianas conforme as posições sociais e vivências singulares dos sujeitos. No âmbito feminista, diversas expressões, como o feminismo negro, chicano, radical, marxista, decolonial e transfeminismo, destacam a importância da interseccionalidade ao focar a inter-relação entre gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais (Silva, Silva, Rodríguez, 2020).

O feminismo negro, notadamente a partir da década de 1970 nos Estados Unidos, influenciou as reflexões de gênero no Brasil, desafiando a visão universalizante das experiências femininas. Ao questionar a posição privilegiada das mulheres brancas, esse movimento trouxe à tona uma abordagem mais articulada de gênero, raça e classe. Inicialmente focando na denúncia do racismo brasileiro, o feminismo negro alertou para a necessidade de abandonar visões monolíticas das mulheres em prol de agendas políticas mais eficazes. Esse movimento destaca a importância da interseccionalidade ao evidenciar como as construções de feminilidades e masculinidades negras são marcadas pelo racismo, lesbo/homo/transfobia e diferenças de classe, geração e região (Silva, Silva, Rodríguez, 2020).

A interseccionalidade, concebida como uma metodologia multifacetada, parte da consciência das discriminações sobrepostas e simultâneas. Essa abordagem complexa e transdisciplinar se torna fundamental na educação, fornecendo insights para compreender as relações moldadas nos espaços educativos. Importante destacar como pesquisas exploram a presença da interseccionalidade na educação básica e superior, abordando implicações nas práticas pedagógicas.

O estudo analítico de entrevistas com 14 mulheres negras, conforme destacado por Pereira (2021), oferece insights valiosos sobre como estética, sexualidade e moralidade sexual são elementos articuladores nas dinâmicas que envolvem simultaneamente gênero e raça. Esses fatores criam estereótipos que muitas vezes perpetuam a feminização de terras conquistadas, a emasculação de

homens não brancos e a masculinização de mulheres não brancas. Essas representações simplistas evidenciam a complexidade das interseções que moldam as experiências das bichas pretas, sublinhando a importância de uma análise interseccional para desconstruir estereótipos e compreender a riqueza das narrativas individuais (Pereira, 2021).

A crítica apresentada por Pereira (2021) também destaca que, apesar da aplicação do conceito de interseccionalidade nas produções científicas brasileiras, ainda falta uma metodologia prática e direcionada para orientar sua implementação. Isso ressalta a necessidade urgente de desenvolver abordagens metodológicas que possam guiar pesquisadores e ativistas na aplicação efetiva da interseccionalidade, especialmente quando se trata de contextos complexos, como as vivências das bichas pretas.

A interseccionalidade entre gênero e sexualidades dissidentes surge como uma bússola teórica e metodológica essencial para compreender os mecanismos sociais que perpassam os corpos das bichas pretas. A bicha preta, enquanto parte integrante das comunidades negras e LGBTQ+, demanda uma análise interseccional para abordar as múltiplas formas de discriminação que enfrenta. Essa perspectiva reconhece que as lutas não são isoladas, mas interconectadas, e que a interseccionalidade é vital para uma compreensão abrangente das experiências das bichas pretas (Collins, Bilge, 2020).

Essa abordagem crítica não apenas reconhece a sobreposição de opressões, mas também oferece diretrizes específicas para analisar, desconstruir e documentar as complexas interações entre gênero, raça e sexualidade. Ao aplicar a interseccionalidade de maneira organizada, como proposto por Pereira (2021), podemos ir além de uma compreensão superficial, proporcionando uma análise aprofundada que respeita a diversidade e singularidade das experiências das bichas pretas.

O pensamento interseccional entre gênero e sexualidade emerge como uma temática central nas reflexões de Ochy Curiel (2020), que, ao compartilhar suas experiências no âmbito do feminismo, suscita uma análise crítica pós-colonial sobre as práticas políticas do feminismo antirracista. Curiel (2020) instiga a suspeita em relação aos paradigmas acadêmicos, apontando para suas bases sustentadas em

visões masculinas, classistas, racistas e sexistas. Embora tendências como os estudos subalternos e pós-coloniais tenham oferecido espaço para vozes silenciadas, a autora levanta questionamentos sobre a verdadeira descentralização do sujeito nesses contextos.

A crítica pós-colonial, embora tenha profundamente analisado o colonialismo a partir das chamadas "posições subalternas", Curiel (2020) destaca uma lacuna significativa na abordagem de categorias como sexo e sexualidade, tanto em pensadores como Fanon e Césaire quanto nos contemporâneos latino-americanos. A autora aponta para a necessidade de uma análise mais aprofundada dessas dimensões, especialmente considerando as experiências e perspectivas das mulheres racializadas, afrodescendentes e indígenas.

A contribuição fundamental do feminismo afrodescendente e indígena para uma nova visão da colonialidade é destacada, evidenciando como mulheres desses grupos têm enriquecido a perspectiva teórica e política a partir de sua subalternidade e experiência situada. O Black Feminism nos Estados Unidos é mencionado como uma proposta radical que inter-relacionou categorias como sexo, "raça", classe e sexualidade, inaugurando o que agora é conhecido como feminismo terceiro-mundista ou pós-colonial Curiel (2020).

Ao resgatar a história do feminismo negro, Curiel (2020) aponta para seu papel fundamental em completar as teorias feministas e do racismo, evidenciando como o racismo, sexismo e classismo afetam as mulheres de maneira interseccional. Destaca-se a complexidade da identidade mestiça na América Latina e nos Estados Unidos, representando resistência nos contextos norte-americanos, enquanto na América Latina, muitas vezes, corresponde a uma ideologia racista na construção do Estado Nação.

A autora sublinha as denúncias das feministas afrodescendentes em relação à segregação racial, à violência contra as mulheres, à estereotipação nos meios de comunicação e à divisão racial e sexual do trabalho. Destaca-se também a relação entre racismo, sexismo e heterossexualidade como sistema normativo e obrigatório, especialmente na América Latina (Curiel, 2020).

Há que se compreender, portanto, a emergência do feminismo indígena, que questiona as relações patriarcais, racistas e sexistas nas sociedades latino-

americanas. O feminismo indígena desafia usos e costumes das próprias comunidades, reivindicando autodeterminação como mulheres e povos. O conceito de "patriarcado de baixa intensidade" é introduzido, contextualizando o papel do feminismo indígena na crítica aos sistemas opressivos (Curiel, 2020).

Curiel (2020) instiga a reflexão sobre a descolonização, argumentando que implica compreender as complexas relações e subordinações impostas aos considerados "outros". O Black Feminism, o feminismo chicano e o feminismo afro e indígena são identificados como propostas enriquecedoras que desafiam a colonialidade do poder e do saber, contribuindo não apenas para o feminismo, mas para as ciências sociais como um todo. Reconhecer e valorizar essas propostas é fundamental para alcançar uma verdadeira descolonização.

A interseccionalidade, ao ser aplicada à discussão sobre gênero e sexualidade, destaca a necessidade de colocar a figura da bicha preta no centro das análises. Ela fornece uma lente crítica para compreender as inter-relações complexas entre raça, classe, gênero e orientação sexual, reconhecendo a multiplicidade de identidades que compõem a experiência das sexualidades dissidentes. Ao incorporar a interseccionalidade, torna-se possível desenvolver estratégias mais eficazes para combater a discriminação sistêmica e promover a justiça social para a bicha preta e outras comunidades marginalizadas.

No contexto brasileiro, a disseminação do conceito de interseccionalidade ganha destaque através da contribuição significativa de Carla Akotirene (2020). Em sua obra, Akotirene descreve a interseccionalidade como uma "ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica" e uma "oferenda analítica preparada pelas feministas negras".

Akotirene (2020), ao apresentar a interseccionalidade como uma "ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica" e uma "oferenda analítica preparada pelas feministas negras," insere-a no contexto brasileiro como uma resposta específica às complexas interseções presentes na sociedade.

A perspectiva apresentada por Akotirene (2020) destaca a natureza intrinsecamente brasileira dessa ferramenta analítica, revelando-a como uma resposta específica às complexas interseções de raça, classe, gênero, orientação sexual e outras formas de opressão presentes na sociedade brasileira. A

interseccionalidade, nas palavras de Akotirene, é uma abordagem teórica e metodológica que busca entender a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, reconhecendo as articulações que colocam as mulheres negras em uma posição mais exposta e vulnerável às trânsitos dessas estruturas.

Akotirene (2020) destaca a importância da interseccionalidade como uma ferramenta que inicialmente emergiu para reivindicar as pautas do debate racial no movimento feminista branco e as pautas de gênero no movimento antirracista. No entanto, ela observa que, ao se popularizar no meio acadêmico, a interseccionalidade pode acabar perdendo sua centralidade na pauta racial. Essa observação ressalta uma limitação do conceito em relação à planificação das formas de opressão, indicando a necessidade de retomar a centralidade da raça no debate conjugado de opressões.

A discussão proposta por Akotirene (2020) ganha relevância ao aplicarmos a interseccionalidade ao contexto das bichas pretas. A análise vai além da dualidade de ser negro e/ou gay, enfocando-se nas complexas situações que se imbricam na vivência desses corpos, tornando-os exponencialmente mais vulneráveis às opressões sistêmicas.

A interseccionalidade, originalmente concebida para analisar as vivências de mulheres negras, revela-se uma ferramenta fundamental para compreender as experiências das bichas pretas, considerando não apenas a interseção de raça e gênero, mas também outras dimensões identitárias, como classe, orientação sexual e capacidade. Ao reconhecer as múltiplas formas de opressão que esses corpos enfrentam, a interseccionalidade nos desafia a desenvolver estratégias mais inclusivas e eficazes para promover a justiça social e a igualdade para todos.

A interseccionalidade, ao destacar a complexidade das experiências individuais e coletivas, também desafia os discursos e práticas que tentam reduzir a diversidade humana a categorias simplificadas (Silva, Silva, Rodríguez, 2020). Isso é especialmente relevante no contexto educacional, onde políticas e práticas frequentemente refletem uma compreensão limitada e binária das identidades de gênero, raça e sexualidade.

No entanto, a implementação efetiva da interseccionalidade na educação requer um compromisso com a justiça social e a equidade (Pereira, 2021; Curiel, 2020). Isso significa ir além do reconhecimento superficial das diferenças e desigualdades e trabalhar ativamente para desafiar as estruturas de poder e privilégio que perpetuam a marginalização e a exclusão.

No entanto, para que a interseccionalidade seja efetivamente integrada enquanto instrumento de mudança social, é necessário um compromisso coletivo com a nossa forma de ver e entender o mundo, bem como as opressões se relacionam e entrelaçam em diversos corpos sem que sejam mutuamente excludentes. Isso requer não apenas mudanças nas políticas e estruturas educacionais, mas também uma mudança cultural mais ampla que desafia as normas e valores dominantes (Curiel, 2020).

Por fim, é fundamental reconhecer que a interseccionalidade não é apenas uma teoria acadêmica, mas sim uma ferramenta poderosa para a ação social e política (Hooks, 2019; Pereira, 2021). Ao entender e aplicar os princípios da interseccionalidade em nossas vidas e práticas, podemos contribuir para a criação de um mundo mais justo e inclusivo para todos.

3.1 RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE

A análise crítica das relações de gênero e raça, destacada por autoras como Carneiro (2003) e hooks (1995), evidencia a complexidade das experiências das mulheres negras, que historicamente enfrentam discriminações entrelaçadas. Essas discriminações se manifestam não apenas em estereótipos, mas também na marginalização sistêmica que permeia suas vidas (Rios, Lima, 2020). A interseção entre gênero, raça e sexualidade compõe um cenário complexo no qual as mulheres negras enfrentam desafios únicos, confrontando a estigmatização de seus corpos e a imposição de impossibilidades de futuro. Essa realidade demanda uma reflexão crítica que reconheça as particularidades das vivências das mulheres negras para romper com padrões preconcebidos (Rios, Lima, 2020).

O feminismo negro e o mulherismo surgem como movimentos essenciais na luta contra as violências que afetam as pessoas negras, oferecendo uma análise

aprofundada que questiona as dicotomias simplistas do feminismo tradicional. A compreensão da diferença entre mulheridade e feminilidade para as mulheres negras, como discutido por Simone de Beauvoir, sugere a partir de uma ressignificação da identidade por meio da qual a mulher negra não nasce preta, mas se torna negra, destacando a construção social e cultural da negritude (Rios, Lima, 2020).

Esses movimentos também se estendem para além das experiências das mulheres negras, abarcando outras identidades marginalizadas, como as bichas pretas, que enfrentam desafios semelhantes devido à interseção complexa de gênero, raça e orientação sexual.

Esses movimentos oferecem uma lente crítica para analisar as interseções entre gênero, raça e orientação sexual, destacando as formas únicas de marginalização e resistência enfrentadas por esses indivíduos. Através do feminismo negro, as experiências das bichas pretas são trazidas à luz, desafiando narrativas dominantes e contribuindo para a construção de uma visão mais inclusiva e justa da sociedade brasileira contemporânea (Silva, 2017).

Além disso, é essencial reconhecer a complexidade das identidades das bichas pretas, que muitas vezes são marginalizadas tanto dentro das comunidades LGBTQIA+ quanto dentro dos movimentos de pessoas negras. A invisibilidade e o apagamento das experiências das bichas pretas destacam a necessidade de uma abordagem mais ampla e inclusiva para enfrentar as múltiplas formas de opressão que enfrentam. Em outras palavras, para fins de ilustração, o fim do racismo isoladamente ou das violências LGBTfóbicas também e maneira isolada, daria conta de pôr fim às mazelas que recaem sobre a bicha preta.

A análise das experiências das bichas pretas sob uma perspectiva interseccional permite uma compreensão mais profunda das estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a violência sistêmica. Isso inclui não apenas a violência física, mas também a violência simbólica e institucional que reforça estigmas e limita as oportunidades de participação plena na sociedade. Portanto, ao reconhecer e enfrentar essas dinâmicas, o feminismo negro e os movimentos dissidentes contribuem para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero ou orientação sexual (Silva, 2017).

A homogeneidade, que muitas vezes ignora a diferença, emerge como um obstáculo para a compreensão efetiva das complexas relações sociais existentes. Essa reflexão destaca a necessidade de reconhecimento das particularidades das mulheres negras para romper com padrões preconcebidos (Rios, Lima, 2020).

Ao fazer um paralelo com a experiência da bicha preta, percebemos uma convergência de desafios. Assim como as mulheres negras, as bichas pretas enfrentam estereótipos e discriminações que derivam não apenas de sua orientação sexual, mas também de sua raça (Rios, Lima, 2020). A interseccionalidade entre a identidade de gênero e a raça se manifesta de maneira complexa, criando um espaço em que as bichas pretas resistem a categorizações simplistas.

A interseccionalidade das experiências das bichas pretas, ao abordar questões de gênero, revela um cenário complexo e multifacetado que ecoa as lutas enfrentadas pelas mulheres negras. Ao contextualizar o papel do feminismo negro, observamos que esse aporte se torna essencial não apenas para compreender, mas também para transformar a realidade das bichas pretas no Brasil (Silva, 2017).

Além disso, ao observarmos a interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade, é crucial entender como a marginalização persistente de corpos negros e dissidentes molda as experiências das bichas pretas. Assim como a heterossexualidade foi institucionalizada como norma, a masculinidade branca também foi historicamente privilegiada como a norma de gênero dominante, resultando na marginalização e subjugação de corpos e identidades que fogem desse padrão (CURIEL, 2018). Nesse sentido, as bichas pretas enfrentam desafios que transcendem a orientação sexual, confrontando estigmas associados à masculinidade normativa e às expectativas sociais sobre o que significa ser um homem negro.

No contexto do movimento LGBTQIA+, o evento emblemático de Stonewall em 1969 se destaca como um ponto crucial de resistência, representando uma virada na luta contra a opressão enfrentada pela comunidade. Esse marco, embora frequentemente celebrado como o início da militância LGBTQIA+, não deve ser visto como o primeiro ato de resistência. Conflitos semelhantes, como a revolta da Compton's Cafeteria em São Francisco em 1966, já demonstravam um desafio à discriminação e à violência policial (Quinalha, 2019). Stonewall, no entanto, ressoa como um evento singular, influenciado pelo ambiente cosmopolita de Nova York e

pelas lutas sociais das décadas anteriores, culminando na afirmação de uma identidade coletiva gay e na rejeição de abordagens assimilacionistas (Quinalha, 2019).

A compreensão da sexualidade e da identidade de gênero das bichas pretas, profundamente enraizada na interseção de raça, gênero e sexualidade demonstra que o estigma associado à masculinidade normativa impõe limites à expressão livre da identidade de gênero desses indivíduos, restringindo suas possibilidades de existência plena. A heterossexualidade compulsória, como argumenta Curiel (2018), funciona como um regime político que subjuga as mulheres, impondo normas sociais e contratos como o casamento, que perpetuam a exploração e a apropriação dos corpos femininos. É fundamental analisar a sexualidade dentro desse contexto, desnaturalizando as dinâmicas de poder que moldam as experiências sexuais e de gênero (CURIEL, 2018).

Portanto, ao traçarmos paralelos entre os movimentos feministas, LGBTQIA+ e as experiências das bichas pretas, levando-se em conta também o seu histórico de lutas, é essencial reconhecer a necessidade de uma abordagem interseccional que priorize as vivências daqueles historicamente marginalizados. Autores como Carneiro (2003) e Bento (2005), que desafiaram normas dominantes e contribuíram para uma compreensão mais ampla das interseções entre gênero e raça, oferecem bases teóricas importantes para a análise crítica das experiências das bichas pretas.

A experiência das bichas pretas é profundamente influenciada pela construção social que reserva para esses corpos um lugar de inexistência intelectual, acadêmica e política, como observado por Fanon (2008). A frase "não basta ser preto, tinha que ser viado" encapsula essa percepção enraizada na sociedade de que ser negro é indesejável, assim como ser gay, e interseccionar essas identidades é imperdoável. Esse "não lugar" de existência, como descrito por Fanon (2008), cria uma realidade onde as bichas pretas enfrentam constantemente o desafio de reconciliar sua identidade com as expectativas sociais e as narrativas dominantes que tentam negar sua humanidade e dignidade (Fanon, 2008). Para efeitos desta pesquisa, estabelecemos que o "não lugar" refere-se à colonialidade, de forma que as bichas pretas ocupam um "entre lugar" eis que estão no campo da decolonialidade, sempre na subversividade.

A análise das experiências das bichas pretas também nos leva a questionar as noções tradicionais de masculinidade e feminilidade. Enquanto a masculinidade branca é historicamente privilegiada como a norma de gênero dominante, corpos e identidades que fogem desse padrão são frequentemente marginalizados e subjugados (CURIEL, 2018). No entanto, as bichas pretas desafiam ativamente essas normas ao reivindicarem sua identidade e expressão de gênero de maneiras que transcendem os estereótipos tradicionais. Elas recusam-se a serem definidas por uma narrativa que tenta enquadrá-las em categorias limitadas, buscando uma liberdade de expressão que desafia as expectativas sociais e culturais (Oliveira, 2017).

Ao reivindicarem sua voz dentro desses movimentos, as bichas pretas não apenas desafiam as estruturas de poder que as marginalizam, mas também contribuem, assim como a mulher preta em seus feminismos, para uma compreensão mais completa e inclusiva das lutas por justiça social e igualdade.

Para que se alcance a condição de sujeito e de cidadania (Santos, 2007) é necessário ter qualidade de membro na sociedade e acessar serviços e direitos numa cidadania que precisa ser conquistada. Partindo dessa máxima, questiona-se também qual o papel de cidadania ocupado por estes corpos pretos e homossexuais.

A análise aponta para a interseccionalidade, evidenciando que a bicha preta ocupa um espaço incerto. Enquanto desafia as normas de gênero por meio de uma performatividade que transcende a heteronormatividade, sua identidade não se resolve apenas pela raça. Essa ambiguidade é agravada pela construção social do termo "negro", que muitas vezes reforça normas cis heteronormatizadas, semelhante à palavra "homossexual". Assim, a bicha preta enfrenta uma dualidade na qual sua existência desafia categorias pré-estabelecidas, e a sociedade, por sua vez, lhe impõe narrativas limitadoras.

Ao explorar a resistência da bicha, é essencial considerar o contexto acadêmico, onde obras como a de Frantz Fanon (2008) são notáveis, porém apresentam lacunas significativas. Embora Fanon tenha contribuído para a compreensão das dinâmicas raciais, sua obra "Pele Negra, Máscaras Brancas" é criticada por adotar uma abordagem unicamente heteronormativa. A ausência de menção a outras maneiras de ser e estar no mundo, especialmente aqueles que permeiam as experiências da bicha, destaca as limitações na análise acadêmica, que

muitas vezes exclui narrativas não conformes às normas estabelecidas. Esses vazios na discussão acadêmica evidenciam a necessidade urgente de ampliar as lentes de análise para abranger as experiências multifacetadas da bicha preta.

Ao considerar o papel da psicanálise e das práticas terapêuticas em contextos que envolvem a interseção entre raça, gênero e sexualidade, podemos nos perguntar como essas disciplinas podem se adaptar para atender às necessidades específicas das bichas pretas. A abordagem proposta pelo autor Preciado (2022), que defende uma clínica radicalmente política na psicanálise, sugere a necessidade de uma sensibilidade cultural e um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais que moldam essas experiências. Essa adaptação pode incluir a incorporação de perspectivas interseccionais e uma abordagem crítica às normas patriarcais e coloniais que perpetuam a marginalização das comunidades LGBTQIA+ negras (Preciado, 2022; Oliveira, 2017).

Além disso, ao adentrarmos na esfera das políticas públicas, é fundamental considerar como as experiências das bichas pretas e de outras comunidades marginalizadas podem ser abordadas de forma mais abrangente e inclusiva.

Destaca-se, assim, a importância de políticas que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais que afetam essas populações, incluindo o acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Essas políticas devem ser informadas por uma compreensão interseccional entre raça, gênero e sexualidade, a fim de garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos (Oliveira, 2017).

A discussão sobre a construção da identidade da bicha preta também nos leva a considerar o papel das instituições religiosas e espirituais nesse processo. Muitas vezes, a religião é utilizada como uma ferramenta de opressão e marginalização, reforçando estereótipos e normas de gênero e sexualidade que excluem as bichas pretas e outras comunidades LGBTQIA+. No entanto, também existem movimentos religiosos progressistas que buscam promover a inclusão e a aceitação de todas as identidades, oferecendo um espaço de acolhimento e apoio para aqueles que foram marginalizados pelas instituições religiosas tradicionais (Oliveira, 2017).

Por outro lado, ao considerarmos a importância da representatividade nas esferas política, cultural e midiática, podemos observar como as narrativas das bichas pretas têm sido historicamente silenciadas e marginalizadas. Oliveira (2017) destaca a necessidade de ampliar as vozes e perspectivas das comunidades LGBTQIA+ negras, criando espaços de visibilidade e reconhecimento para suas experiências únicas e diversificadas. Isso inclui o apoio a artistas, escritores e ativistas que estão lutando por uma representação mais precisa e inclusiva das identidades das bichas pretas e de outras comunidades marginalizadas (Oliveira, 2017).

Assim, ao explorarmos a complexidade das experiências das bichas pretas na interseção de raça, gênero e sexualidade, é essencial reconhecer a necessidade de abordagens holísticas e interseccionais que considerem as múltiplas dimensões da identidade humana. A integração de perspectivas teóricas e práticas que valorizam a diversidade e promovem a igualdade é fundamental para criar um ambiente mais inclusivo e equitativo para todos os indivíduos, independentemente de sua raça, gênero ou orientação sexual (Preciado, 2022; Oliveira, 2017).

Outro ponto relevante para a compreensão das experiências das bichas pretas é a análise das dinâmicas familiares e comunitárias. A Dra. Megg Rayara (2017) destaca como essas estruturas podem desempenhar um papel significativo na formação da identidade e no bem-estar das pessoas LGBTQIA+, incluindo as bichas pretas. Muitas vezes, esses indivíduos enfrentam rejeição e ostracismo dentro de suas próprias famílias e comunidades, o que pode ter sérias repercussões em sua saúde mental e emocional. Portanto, é crucial promover a aceitação e o apoio dentro desses contextos, garantindo que todos tenham um ambiente seguro e acolhedor para expressar sua verdadeira identidade (Oliveira, 2017).

Além disso, é importante reconhecer o papel das políticas de segurança pública na vida das bichas pretas e de outras pessoas LGBTQIA+. A violência policial e a criminalização da homossexualidade e da transgeneridade são questões urgentes que afetam essas comunidades de forma desproporcional. Oliveira (2017) destaca a necessidade de reformas nas instituições policiais e judiciais para garantir a proteção e os direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso inclui o treinamento de agentes da lei para lidar de forma sensível e respeitosa com as questões LGBTQIA+ e o combate à impunidade em casos de violência e discriminação (Oliveira, 2017).

É fundamental reconhecer o papel da educação na promoção da igualdade e da inclusão ressaltando a importância de currículos escolares que abordem questões de gênero, sexualidade e raça de forma inclusiva e respeitosa. Isso inclui a formação de professores para lidar com a diversidade de identidades e experiências dos alunos, bem como a implementação de políticas antidiscriminatórias nas escolas. Ao fornecer uma educação que valorize a diversidade e promova o respeito mútuo, podemos criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todas as crianças e jovens, incluindo as bichas pretas (Oliveira, 2017).

Dessa forma, ao considerarmos a interseção complexa entre raça, gênero e sexualidade na vida das bichas pretas, é crucial adotar uma abordagem holística e interdisciplinar que leve em conta as múltiplas dimensões da identidade humana. A integração de políticas, práticas e programas que promovam a igualdade e a inclusão é essencial para criar um mundo mais justo e equitativo para todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero ou orientação sexual (Preciado, 2022; Oliveira, 2017).

Por fim, o que se buscou, neste tópico, foi mergulhar profundamente nas complexas interseções que moldam as experiências das bichas pretas na sociedade brasileira contemporânea. Este contexto intrincado exige uma análise crítica, ancorada em referenciais teóricos que exploram as dinâmicas de poder imbricadas em questões de raça, gênero e sexualidade. O tópico se prestou a proporcionar uma análise aprofundada da singularidade das experiências das mulheres negras, fornecendo uma base sólida para estender esse entendimento às vivências das bichas pretas.

Nesse contexto, a análise da construção identitária da mulher negra serve como um ponto de partida essencial para compreender as experiências das bichas pretas. A convergência de desafios enfrentados por esses grupos minoritários se desenha vividamente à medida que são desvendadas as complexas teias de discriminação, estigma e resistência presentes nas interações sociais.

Ao reconhecer a importância do feminismo negro como um arcabouço teórico, o tópico evidencia sua aplicação crucial na compreensão das experiências das bichas pretas. Este tópico, portanto, não apenas examina as nuances da identidade das bichas pretas, mas também destaca a necessidade premente de uma

abordagem decolonial para entender a construção de saberes outros e a luta por direitos humanos em uma sociedade complexa e em constante evolução.

3.3 SÍMBOLOS E EXPECTATIVAS IMPOSTAS SOBRE A BICHA PRETA

A construção social das identidades é um processo complexo que se desenrola em meio a interseções de raça, gênero e sexualidade, moldando as experiências individuais e coletivas de diferentes grupos sociais (Melo, 2016). No contexto específico da bicha preta, essa dinâmica se torna ainda mais intrincada, uma vez que ela está inserida em múltiplas camadas de marginalização e estigmatização.

A sociedade impõe expectativas específicas sobre como o homem negro deve se comportar, vestir e falar, limitando sua expressão individual e reforçando padrões normativos que não reconhecem a diversidade dentro da comunidade negra (Melo, 2016). O termo "bicha" é carregado de estigma e marginalização, utilizado como uma forma pejorativa para se referir a indivíduos do gênero masculino com sexualidade dissidente, especialmente aqueles que desafiam as normas de gênero ao se apresentarem de forma afeminada (Oliveira, 2017).

Essa categoria desafia não apenas as normas heteronormativas, mas também as estruturas racializadas que moldam as experiências dos indivíduos negros. A interseccionalidade revela a complexidade do espaço ocupado pela bicha preta, confrontada com expectativas que muitas vezes exigem uma resposta, e o silêncio diante dessas imposições é interpretado como uma forma de resistência ativa (Oliveira, 2017).

A marginalização das bichas pretas se manifesta em várias formas de violência e exclusão, incluindo a negação de espaços seguros e inclusivos para expressão de sua sexualidade e identidade de gênero. Os espaços LGBTQIA+ muitas vezes reproduzem dinâmicas de exclusão baseadas em normas de gênero e raciais, perpetuando estereótipos e hierarquias que colocam as bichas pretas em uma posição de marginalização dentro de sua própria comunidade (Oliveira, 2017).

Isso destaca a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva dentro dos movimentos de direitos LGBTQIA+. A resistência das bichas pretas contra a opressão e o estigma está enraizada em uma história de luta e resiliência,

semelhante às mulheres negras, que encontram força na solidariedade e na comunidade para desafiar ativamente as normas e os sistemas de poder (Oliveira, 2017).

Essa resistência é uma afirmação poderosa da existência e da humanidade das bichas pretas, desafiando as estruturas opressivas que buscam negar sua identidade e sua voz. A diferenciação entre "gay" e "bicha" ressalta a resistência da bicha em afirmar uma existência que desafia tanto o padrão heteronormativo quanto a assimilação proposta por algumas comunidades LGBTQIA+ (Oliveira, 2017).

A jornada da bicha preta simboliza a complexidade da interseccionalidade, onde sua identidade não pode ser reduzida a uma única faceta, desafiando categorizações simplistas e reivindicando um espaço incerto e poderoso (Oliveira, 2017). Guacira Lopes Louro introduz a teoria queer no contexto brasileiro, desafiando as expectativas sociais sobre o corpo, especialmente no que diz respeito às bichas pretas (Louro, 2022).

Sua abordagem oferece uma contribuição única para a compreensão das identidades queer e para a desconstrução das normas sociais que moldam o corpo negro na sociedade brasileira (Louro, 2022). A imagem da bicha preta é moldada por estereótipos e expectativas sociais que operam em um contexto marcado pela interseção de raça, gênero e sexualidade (Oliveira, 2020).

Enquanto a categoria "negro" muitas vezes é associada a estereótipos prejudiciais e homogêneos, o termo "homossexual" tende a ser referenciado a partir da perspectiva cis heteronormativa do homem branco (Oliveira, 2020). Isso evidencia como as expectativas em relação à bicha preta são moldadas por normas dominantes que marginalizam essas identidades.

A pressão exercida sobre as masculinidades ditas marginais, marcadas pelo afeminamento, coloca em xeque até mesmo sua condição de negro, destacando a complexidade das interseções entre raça, gênero e sexualidade (Oliveira, 2020). A existência da bicha preta desafia não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo, remontando às raízes do regime escravista (Oliveira, 2020).

O conceito de entre lugar evocado pela figura da bicha preta lança luz sobre as contradições e desafios enfrentados por aqueles que habitam as margens das

normas de gênero e sexualidade (Oliveira, 2017). A bicha preta desafia não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo, revelando as profundas raízes da resistência e da luta pela afirmação identitária (Oliveira, 2020).

A obra de Guacira Lopes Louro oferece uma abordagem crítica e inclusiva das identidades queer e das normas sociais que moldam o corpo negro na sociedade brasileira. Sua contribuição para a compreensão das interseções de raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta é fundamental para uma análise mais abrangente e emancipadora das vivências desses sujeitos (Louro, 2022).

A representação da bicha preta na sociedade brasileira é muitas vezes permeada por uma visão homogeneizada e estigmatizada da masculinidade negra, que tende a reforçar noções de inferioridade e desumanização. Essa construção social da identidade negra como sinônimo de pobreza, aversão ao trabalho e criminalidade contribui para a marginalização e estigmatização das bichas pretas, que enfrentam uma dupla marginalização com base em raça e sexualidade dissidente (Oliveira, 2020).

A linguagem desempenha um papel fundamental na construção e perpetuação dessas representações sociais, servindo como um meio através do qual normas de gênero e sexualidade são reforçadas e internalizadas pela sociedade. A categorização da bicha preta como "diferente" ou "anormal" está enraizada em discursos que buscam enquadrar e estigmatizar identidades dissidentes, reforçando a hierarquia social e a exclusão daqueles que não se encaixam nas normas dominantes (Oliveira, 2017).

A resistência da bicha preta contra as expectativas sociais impostas sobre sua identidade é evidente em sua busca por espaços de afirmação e expressão, onde sua humanidade e dignidade são reconhecidas e valorizadas. Esses espaços representam locais de resistência e empoderamento, onde as bichas pretas podem desafiar ativamente as normas opressivas e reivindicar sua existência plena (Oliveira, 2017).

A marginalização das bichas pretas nos espaços LGBTQIA+ reflete as hierarquias e estereótipos internalizados dentro da própria comunidade, destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva que reconheça e valorize as experiências de todos os membros, especialmente aqueles que enfrentam

múltiplas formas de opressão (Oliveira, 2017). A teoria queer oferece uma lente crítica valiosa para desafiar as expectativas sociais em torno da bicha preta, desestabilizando as normas de gênero e sexualidade que perpetuam sua marginalização e estigmatização (Louro, 2022). Ao questionar os pressupostos binários e heteronormativos que moldam a compreensão da identidade, a teoria queer possibilita uma análise mais profunda das interseções entre raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta (Melo, 2016).

A construção de símbolos e expectativas em torno da masculinidade negra reflete uma história de dominação e exploração que remonta ao período colonial, quando corpos negros eram subjugados e desumanizados em nome do lucro e do poder (Oliveira, 2020). Essa história de violência e opressão continua a informar as representações sociais da masculinidade negra na contemporaneidade, contribuindo para a marginalização e estigmatização das bichas pretas.

A emergência da figura da bicha preta como uma força de resistência e subversão desafia não apenas as normas de gênero e sexualidade, mas também as estruturas de poder que buscam perpetuar a opressão e a marginalização (Oliveira, 2017). Sua existência é uma afirmação poderosa da diversidade e da humanidade, questionando as narrativas hegemônicas que buscam negar sua identidade e sua voz.

Em última análise, a luta pela emancipação e igualdade das bichas pretas é inseparável da luta mais ampla por justiça social e igualdade (Oliveira, 2017). Ao desafiar as normas e expectativas sociais, esses sujeitos estão engajados em uma luta pela transformação radical das estruturas sociais que perpetuam a opressão e a exclusão, promovendo uma visão mais inclusiva e igualitária da sociedade.

A análise crítica das narrativas sociais revela como a construção da identidade da bicha preta é moldada por normas e expectativas que perpetuam a marginalização e a exclusão (Melo, 2016). Essas narrativas, enraizadas em discursos de poder, reforçam estereótipos prejudiciais e limitam a expressão individual da bicha preta, impondo-lhe uma série de restrições baseadas em normas eurocêtricas de gênero e sexualidade.

A interseccionalidade da raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta ressalta a complexidade das formas de opressão e discriminação que ela enfrenta (Oliveira, 2017). A sobreposição desses sistemas de poder cria um contexto

no qual a identidade da bicha preta é constantemente constrangida e marginalizada, submetida a múltiplas formas de violência simbólica e estrutural.

A representação da bicha preta na sociedade brasileira, sendo permeada por estereótipos e preconceitos que contribuem para sua desumanização e exclusão gera uma representação homogeneizada da masculinidade negra como sinônimo de criminalidade e aversão ao trabalho reforça noções de inferioridade e subalternidade, marginalizando as bichas pretas em relação às normas dominantes de gênero e sexualidade (Oliveira, 2020).

A resistência da bicha preta contra as expectativas sociais impostas sobre sua identidade é evidente em sua busca por espaços de afirmação e expressão, onde sua humanidade e dignidade são reconhecidas e valorizadas (Oliveira, 2017). Esses espaços representam locais de resistência e empoderamento, onde as bichas pretas podem desafiar ativamente as normas opressivas e reivindicar sua existência plena (Louro, 2022).

A marginalização das bichas pretas nos espaços LGBTQIA+ reflete as hierarquias e estereótipos internalizados dentro da própria comunidade, destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva que reconheça e valorize as experiências de todos os membros, especialmente aqueles que enfrentam múltiplas formas de opressão (Oliveira, 2017). A teoria queer oferece uma lente crítica valiosa para desafiar as expectativas sociais em torno da bicha preta, desestabilizando as normas de gênero e sexualidade que perpetuam sua marginalização e estigmatização (Louro, 2022).

Ao questionar os pressupostos binários e heteronormativos que moldam a compreensão da identidade, a teoria queer possibilita uma análise mais profunda das interseções entre raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta (Louro, 2020). Sua contribuição para a compreensão das interseções de raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta é fundamental para uma análise mais abrangente e emancipadora das vivências desses sujeitos (Louro, 2022).

Diante de todo o arcabouço teórico e das análises profundas sobre a experiência da bicha preta na sociedade, torna-se evidente a importância de reconhecermos sua existência como algo fundamentalmente disruptivo e questionador. A bicha preta, ao desafiar as normas de gênero, raça e sexualidade,

não apenas revela as falhas e contradições dos sistemas sociais estabelecidos, mas também nos confronta com a urgente necessidade de uma transformação radical. Sua presença desafia a narrativa dominante que busca homogeneizar e marginalizar certas identidades, destacando a complexidade e diversidade da experiência humana.

Nesse sentido, é crucial reconhecermos a bicha preta como uma voz indispensável na luta por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Sua resistência ativa e sua busca por espaços de afirmação e expressão não só inspiram, mas também nos convocam a agir em prol de medidas concretas de melhoria social. Precisamos nos debruçar sobre a consciência do tratamento desigual dispensado pela sociedade a determinados corpos e experiências, e assumir a responsabilidade coletiva de criar um ambiente onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, raça ou orientação sexual, possam viver com dignidade e plenitude.

Portanto, é fundamental que não apenas reconheçamos a importância da existência da bicha preta, mas também nos comprometamos com ações tangíveis que promovam uma verdadeira igualdade. Isso envolve não apenas políticas públicas inclusivas e a implementação de leis antidiscriminatórias, mas também uma mudança cultural profunda que desafie os preconceitos arraigados e promova o respeito pela diversidade. Somente ao reconhecermos e valorizarmos a existência da bicha preta como parte integrante da tapeçaria humana é que poderemos verdadeiramente avançar em direção a uma sociedade mais justa e acolhedora para todos.

4 UM VÍRUS QUE CONTAMINA SUAS IDEIAS, EU VOO LONGE, ALTO EU VOU MAS EU VOLTO

*Há muitos que latem por poucos quilates
 Dizendo que lutam, que lucram, que lacram
 Usando coletes à prova de balas
 Dizem que são belos, são caros
 Têm carros, têm casas, têm casos sem cores
 Têm máscaras caras, mais caras que quando caem
 Não quebram, não cobrem
 Refletem a face, disfarçam a foice
 Despertam a fêmea, a fome, a fama
 De comida, de comédia
 Dizendo que gostam, que gastam, que amam
 Mas que sentem muito
 Que gostam, que gastam, que amam
 Mas que sentem muito
 (Linn da Quebrada)*

A canção "Quem Sou Eu" interpretada por Linn da Quebrada ressoa como um hino de resistência e celebração da identidade para aqueles que vivem à margem da sociedade, enfrentando as estruturas de poder opressivas que influenciam suas realidades. Suas letras profundas convidam à reflexão sobre questões como gênero, raça, classe e sexualidade, temas fundamentais no cerne desta pesquisa.

Neste capítulo, investigamos o conhecimento produzido pelas bichas pretas, explorando como estas emergem como contranarrativas poderosas num mundo que procura silenciá-las. Tal como “*Eva, obra das trevas*” as bichas pretas desafiam as estruturas patriarcais e coloniais que procuram moldar e limitar a sua existência.

Linn da Quebrada se declara como uma travesti preta, mas passou um processo de adolescência em que foi socializada como uma bicha preta antes da sua

transição de gênero, de forma que pontua sobre as experiências de bichas pretas em diversas das suas canções, como por exemplo Bixa Preta⁷ cuja letra nos aponta:

Bicha estranha louca, preta, da favela
 Quando ela tá passando
 Todos riem da cara dela mas, se liga macho
 Presta muita atenção
 Senta e observa a tua destruição
 Que eu sou uma bicha, louca, preta, favelada
 Quicando eu vou passar e ninguém
 Mais vai dar risada
 Se tu for esperto, pode logo perceber
 Que eu já não tô pra brincadeira
 Eu vou botar é pra foder

Portanto, assim como a nova Eva proclamada na música "Quem Soul Eu", Linn da Quebrada destaca como travestis e bichas pretas se apresentam como figuras desafiadoras e poderosas, que se recusam a se deixar definir pelos padrões impostos pela sociedade.

Nossa pele preta é retratada como um manto de coragem, que impulsiona o movimento e enche de orgulho a viadagem, desafiando as noções tradicionais de beleza e valor e contribuindo com o desmantelamento dos sistemas de opressão e a recuperação de espaços de poder e narrativas enquanto protagonistas de nossas próprias histórias.

A análise dos vídeos do canal Muro Pequeno, protagonizado por Murilo Araújo, será uma ferramenta crucial neste capítulo. Murilo Araújo, a partir da sua subjetividade desestabilizadora, ecoa as vozes das bichas pretas, desafiando as normas sociais e culturais impostas a eles. Sua produção de conteúdo no YouTube não apenas comunica, mas também educa e capacita, fornecendo uma plataforma para discussões e debates que muitas vezes são marginalizados ou ignorados em espaços mais tradicionais.

Através das lentes das teorias raciais e decoloniais, examinaremos como a mídia digital se torna um espaço de resistência e empoderamento para as bichas pretas, amplificando suas vozes e experiências. Ao mesmo tempo, exploraremos como essa produção de conhecimento fora dos moldes acadêmicos desafia as

⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VyrQPjG0bbY&ab_channel=LinndaQuebrada, acesso em 28/02/2023.

hierarquias epistêmicas predominantes, destacando a importância de reconhecer e valorizar múltiplas formas de saber e expressão.

No âmago deste capítulo, a produção de saberes outros pelas bichas pretas emerge como uma forma de resistência epistêmica, desafiando os discursos dominantes que marginalizam suas identidades e experiências. Ao reivindicarem seus espaços nas mídias sociais, essas vozes não apenas se tornam visíveis, mas também reconfiguram as narrativas sobre o que significa ser uma pessoa negra e LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo. Através de suas histórias, vivências e conhecimentos, as bichas pretas desestabilizam as estruturas de poder que perpetuam o racismo, a homofobia e a transfobia, abrindo caminho para uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade humana.

A mídia digital, como plataforma de expressão e mobilização, desempenha um papel fundamental na amplificação dessas vozes marginalizadas. Os vídeos do canal Muro Pequeno são um exemplo poderoso de como a internet se tornou um espaço de resistência cultural e política para as comunidades negras e LGBTQIA+. Através de suas narrativas pessoais e análises críticas, Murilo Araújo e outros criadores de conteúdo desafiam as normas estabelecidas, promovendo uma cultura de inclusão e empoderamento ao menos àqueles que possuem acesso à internet.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a produção de conhecimento pelas bichas pretas vai além da mera transmissão de informações; ela é profundamente enraizada em suas subjetividades e experiências de vida. A subjetividade desestabilizadora, como conceito cunhado por Nilma Lino Gomes (2017), revela como essas vozes desafiam os sistemas de opressão não apenas através de suas palavras, mas também através de suas identidades e presenças no mundo. É essa subjetividade que confere autenticidade e poder às suas narrativas, tornando-as inegavelmente legítimas e significativas.

As subjetividades desestabilizadoras, conforme delineadas por Gomes (2017), emergem como pilares fundamentais na luta contra as estruturas de opressão e discriminação. Essas subjetividades representam uma ruptura com os padrões estabelecidos, desafiando a conformidade frente ao racismo e outras formas de opressão. No contexto do canal Muro Pequeno, liderado por Murilo Araújo, uma bicha preta à frente da plataforma, a importância das subjetividades desestabilizadoras se

torna evidente. Murilo Araújo não apenas desafia as normas sociais e culturais impostas a ele como uma pessoa negra e LGBTQIA+, mas também promove uma nova teoria e prática que contesta a conformidade diante das opressões.

A obra de Murilo Araújo no canal Muro Pequeno exemplifica como as subjetividades desestabilizadoras contribuem para a produção e articulação de saberes emancipatórios. Através de seus vídeos, Murilo desafia as narrativas hegemônicas, oferecendo uma perspectiva única e poderosa sobre questões relacionadas à raça, sexualidade, gênero, classe e muitas outras. Sua presença e voz no espaço digital não apenas ampliam as discussões e debates sobre esses temas, mas também fornecem uma plataforma para que outras vozes marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas.

Portanto, ao analisar o canal Muro Pequeno à luz das subjetividades desestabilizadoras, é evidente que Murilo Araújo não apenas desafia as estruturas de poder e opressão, mas também contribui para a construção de políticas radicais de igualdade racial. Sua presença na mídia digital não só proporciona uma plataforma para a resistência e a autoafirmação das bichas pretas, mas também impulsiona uma mudança cultural e social mais ampla, inspirando outros a se unirem à luta por um mundo mais justo e inclusivo, a exemplo do autor desta pesquisa que se sentiu tão inquieto ao acompanharmos vídeos do Murilo a ponto de desenvolver a sua dissertação com base nos vídeos assistidos.

Ao analisar a produção de conteúdo das bichas pretas, é fundamental considerar não apenas o que é dito, mas também quem está falando e por que isso importa. A diversidade de perspectivas e experiências presentes nas mídias sociais desafia a ideia de um conhecimento monolítico e universal, destacando a importância de valorizar e celebrar a multiplicidade de vozes que contribuem para a construção de um mundo mais justo e igualitário. A música "Quem Soul Eu" e as reflexões apresentadas neste capítulo convergem para uma conclusão clara: as bichas pretas não apenas existem, mas resistem, criam e transformam, desafiando as estruturas de poder e reivindicando seu lugar na narrativa da história (Oliveira, 2020).

Quem Soul Eu ressoa como um lembrete poderoso de que a luta pela justiça social e pela igualdade de direitos é uma jornada contínua. Assim como a nova Eva, as bichas pretas estão constantemente quebrando barreiras, desafiando

convenções e se reinventando. Elas são lendas vivas, maldições que assombram os opressores, feitiços que transformam o *status quo* e canções que ecoam pela eternidade. Longe, alto elas voam, mas sempre retornam, renovadas e resilientes, prontas para continuar sua luta por um mundo mais justo e inclusivo.

4.1 PRODUÇÃO DE SABERES OUTROS PELAS BICHAS PRETAS: UM PERCURSO METODOLÓGICO

A presente dissertação destina-se a explorar as nuances dos saberes produzidos pelas bichas pretas em um contexto contemporâneo, empregando uma abordagem metodológica que busca descolonizar o pensamento e promover uma reflexão crítica sobre as narrativas dominantes. Dentro deste escopo, o principal ponto de análise recai sobre o canal "Muro Pequeno" no YouTube, uma plataforma digital que se tornou um espaço de expressão e produção de conhecimento para indivíduos pertencentes a comunidades marginalizadas.

A escolha deliberada deste canal como objeto de estudo é motivada por sua notável influência na disseminação de saberes outros, caracterizados por perspectivas que desafiam as normas hegemônicas de gênero, raça e sexualidade, bem como pela subjetividade de seu interlocutor, uma bicha preta, nordestina, com bagagem de movimento negro e acadêmica, comprometido com a democratização do debate das questões raciais e sociais.

Através da análise dos vídeos postados neste canal, busca-se compreender como as bichas pretas estão reconfigurando discursos e práticas, subvertendo estereótipos e reivindicando espaços de visibilidade e legitimidade dentro da esfera pública digital.

É essencial destacar que a opção pela mídia digital, especificamente o formato de vídeo no YouTube, não é arbitrária, mas sim uma resposta à crescente importância e influência das plataformas de mídia social na configuração da esfera pública contemporânea. A ubiquidade da internet e a acessibilidade das redes sociais democratizaram o acesso à produção e circulação de conhecimento, permitindo que vozes marginalizadas alcancem audiências globais e desafiem narrativas dominantes (Santos, 2017).

Neste contexto, a quantidade de vídeos postados no canal Muro Pequeno (203 vídeos ao longo de 8 anos) é um aspecto relevante a ser considerado, pois reflete a constância e a consistência da mensagem a ser passada pelo criador de conteúdo. A análise de um corpus específico de vídeos permite uma compreensão mais abrangente das temáticas abordadas, dos discursos mobilizados e das estratégias retóricas empregadas. No entanto, é importante destacar que, este espaço não comporta a análise de todos os vídeos do canal, pelo que se optou pela análise de 6 vídeos com explícita ligação ao tema em comento, sem prejuízo de mencionar outros vídeos em momentos que façam sentido com o que se discute.

A importância da mídia digital na atualidade vai além de sua mera utilidade como ferramenta de comunicação (Santos, 2017); ela representa um espaço de resistência e emancipação para comunidades historicamente marginalizadas. Portanto, a escolha de abordar o canal Muro Pequeno como um locus de produção de saberes outros pelas bichas pretas não apenas responde à necessidade de ampliar a representatividade e diversidade de vozes na esfera pública, mas também contribui para a construção de um corpo teórico e metodológico que reconheça e valorize as epistemologias subalternas.

Levando em consideração todos os assuntos mencionados acima, concluímos que o método de abordagem mais apropriado é o indutivo, que, segundo Gil, "parte do particular e atinge o geral". Dessa forma, é possível construir generalizações a partir de observações específicas, permitindo uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados (MARKONI, LAKATOS, 2017).

A escolha da abordagem dedutiva é fundamentada na necessidade de organizar o processo investigativo de forma coerente e sistemática, permitindo uma análise estruturada dos saberes produzidos pelas bichas pretas no contexto digital. Ao partir de princípios teóricos mais abrangentes sobre decolonialidade, gênero, raça e sexualidade, é possível estabelecer um arcabouço conceitual que orienta a interpretação dos dados empíricos obtidos a partir da observação dos vídeos disponíveis no canal Muro Pequeno.

É importante ressaltar que a abordagem dedutiva não apenas oferece uma estrutura lógica para a pesquisa, mas também possibilita uma análise crítica das relações entre os saberes produzidos pelas bichas pretas e as dinâmicas sociais mais

amplas. Ao descer do geral ao particular, é possível identificar padrões, contradições e lacunas nos discursos presentes nos vídeos, o que contribui para uma compreensão mais profunda das estratégias de resistência e subversão empregadas por essas comunidades marginalizadas.

Portanto, iremos começar com a premissa geral de que as pessoas negras são frequentemente marginalizadas e sub-representadas nas mídias sociais e, em seguida, examinar o conteúdo do canal Muro Pequeno observando como as bichas pretas são representadas e como elas expressam suas lutas sociais neste ambiente virtual.

Ao observarmos atentamente o canal Muro Pequeno como uma plataforma digital de expressão, torna-se evidente que este espaço representa muito mais do que simplesmente um local para compartilhar conteúdo. Na verdade, emerge como um epicentro para a manifestação da diversidade e das lutas enfrentadas pelos indivíduos pretos, especialmente pelas bichas pretas. Essa observação nos conduz a uma conclusão poderosa: As bichas pretas, através de sua presença e atuação nas mídias sociais, oferecem valiosas lições sobre a importância da representatividade e do empoderamento da comunidade negra na esfera midiática contemporânea.

Ao se debruçar sobre os conteúdos produzidos e compartilhados nesse espaço virtual, é possível discernir uma multiplicidade de narrativas e experiências que refletem a complexidade da vivência negra. Desde relatos pessoais até análises críticas sobre questões sociais, culturais e políticas, Murilo utiliza esse canal como uma ferramenta poderosa para dar voz às suas realidades, desafiando estereótipos e reivindicando sua presença legítima nos espaços de mídia.

Nesse sentido, o canal Muro Pequeno assume um papel pedagógico crucial, fornecendo insights valiosos sobre a importância da representatividade como um meio de combater a invisibilidade e o apagamento histórico enfrentados pela comunidade negra. Ao se tornar protagonista de suas próprias narrativas e ao compartilhar suas vivências de forma aberta e autêntica, Murilo Araújo oferece um contraponto poderoso às narrativas dominantes que perpetuam estereótipos e marginalizam nossas identidades.

Além disso, a presença e a atuação das bichas pretas nas mídias sociais também destacam a necessidade urgente de um empoderamento coletivo da

comunidade negra na esfera midiática. Ao se apropriarem desses espaços digitais para reivindicar sua voz e sua visibilidade, elas desafiam os sistemas de opressão que historicamente nos excluíram e subjugarão. Nesse sentido, a presença e a atuação das bichas pretas nas mídias sociais não apenas promovem a representatividade individual, mas também contribuem para a construção de uma narrativa coletiva de resistência e afirmação da identidade negra.

Portanto, ao reconhecer e valorizar o papel das bichas pretas nas mídias sociais como agentes de mudança e de ensinamentos sobre representatividade e empoderamento, podemos não apenas ampliar nossa compreensão sobre as dinâmicas de poder e de exclusão na esfera midiática, mas também encontrar inspiração e orientação para promover uma transformação significativa em direção a uma sociedade mais inclusiva e justa (Oliveira, 2017).

Dessa forma, a abordagem dedutiva nos permite revelar uma epistemologia decolonial a partir da perspectiva negra, permitindo que possamos compreender e enfrentar melhor as opressões que afetam as bichas pretas.

A etapa do método de procedimento é essencial dentro do processo de investigação, pois é nesse momento que se busca uma abordagem mais concreta e específica para analisar fenômenos que possam ser considerados menos abstratos. Conforme indicam Marconi e Lakatos (2003), essa fase visa a elucidar de maneira mais restrita aspectos que podem estar presentes nos fenômenos estudados. No contexto deste trabalho, a opção metodológica recai sobre o método monográfico, fundamentado na premissa de que o estudo aprofundado de um caso pode fornecer insights representativos não apenas desse caso específico, mas também de outros casos semelhantes ou mesmo de uma categoria mais ampla de fenômenos (Gil, 2008).

A escolha pelo método monográfico se justifica pela necessidade de uma análise detalhada e aprofundada dos saberes produzidos no canal Muro Pequeno, conforme supramencionado. Ao concentrar esforços em um conjunto restrito de vídeos, é possível explorar em profundidade as dinâmicas, os discursos e as práticas presentes nesse contexto específico, sem perder de vista a relevância e as implicações mais amplas desses fenômenos para a compreensão da realidade social.

Nesse sentido, a abordagem monográfica permite não apenas uma análise minuciosa dos elementos em jogo, mas também a identificação de padrões, contradições e singularidades que podem fornecer insights significativos para o campo de estudos em questão. Ao mergulhar profundamente em um conjunto específico, é possível captar nuances e complexidades que poderiam passar despercebidas em uma análise mais ampla e generalizada.

Além disso, o método monográfico oferece a oportunidade de estabelecer uma conexão mais próxima e empática com os sujeitos e as comunidades envolvidas na produção dos saberes em questão. Ao dedicar tempo e esforço para compreender suas experiências, perspectivas e aspirações, é possível construir uma análise mais contextualizada e sensível às realidades vivenciadas por esses grupos marginalizados.

Portanto, ao adotar o método monográfico como abordagem metodológica para esta pesquisa, busca-se não apenas uma compreensão mais profunda e abrangente dos saberes produzidos no canal Muro Pequeno, mas também uma aproximação mais humanizada e comprometida com as vozes e as experiências desses sujeitos (bichas pretas).

Ao investigar o tema proposto, a escolha pelo método monográfico se mostra adequada, já que este método é indicado para estudos que visam analisar um objeto de forma aprofundada, considerando todos os aspectos relacionados ao tema em questão.

Dessa forma, a pesquisa poderá contribuir para a construção de epistemologias decoloniais, que buscam descolonizar o conhecimento e as formas de pensar eurocêntricas e brancas, valorizando as perspectivas e saberes produzidos a partir de subjetividades desestabilizadoras. Com base nas informações coletadas, será possível traçar estratégias para fortalecer a luta social do movimento negro e ampliar a representatividade das bichas pretas nas mídias sociais, combatendo a discriminação e o racismo estrutural presentes na sociedade brasileira.

No desenvolvimento da pesquisa serão utilizadas as técnicas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste em uma investigação que parte de material já elaborado, como livros e artigos científicos (GIL, 2008). In casu, vídeos postados no canal Muro Pequeno.

Prodanov e Freitas (2013) complementam que além desses materiais, a pesquisa bibliográfica pode ser elaborada a partir de outras fontes, como monografias, dissertações e teses. Nesse sentido, serão utilizadas essas fontes para embasar a pesquisa em questão.

As principais bases de dados utilizadas para a pesquisa serão o Google Acadêmico e a SciELO, que são reconhecidas como importantes ferramentas para o acesso a artigos e publicações científicas em diferentes áreas do conhecimento.

Por sua vez, a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica, mas difere quanto à natureza das fontes utilizadas. Na pesquisa documental, são utilizados materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). Dessa forma, a pesquisa documental é uma técnica que possibilita o acesso a documentos de primeira e segunda mão.

Em que pese os manuais de metodologia não especifiquem uma técnica de pesquisa específica para a utilização de um canal de YouTube em uma dissertação de mestrado, é recomendável que seja utilizada a técnica de pesquisa de "fontes eletrônicas" para referenciar o canal de YouTube, seguindo as normas da ABNT NBR 10520:2023.

As mídias sociais desempenharam um papel significativo na mobilização e organização de movimentos sociais e ativismos nos últimos anos. As pessoas agora têm acesso a plataformas como o Facebook, Twitter, Instagram e TikTok, que permitem que elas se conectem e se comuniquem com outras pessoas que compartilham os mesmos interesses e preocupações.

Um exemplo notável disso foi o Movimento Black Lives⁸ Matter, que começou como um hashtag (#BlackLivesMatter) nas redes sociais após a morte de Trayvon Martin, em 2012, e rapidamente se transformou em um movimento social global que luta contra a violência policial e o racismo sistêmico.

As mídias sociais também foram usadas para mobilizar e apoiar protestos em todo o mundo, incluindo a Primavera Árabe em 2011⁹ e os protestos do Occupy

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/20/como-tres-mulheres-criaram-o-movimento-global-black-lives-matter-a-partir-de-uma-hashtag.ghtml>, acesso em 28/02/2024.

⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>, acesso em 28/02/2024

Wall Street em 2011¹⁰. As pessoas podem compartilhar informações, fotos e vídeos instantaneamente, permitindo que um movimento cresça rapidamente e ganhe visibilidade.

No entanto, as mídias sociais também apresentam desafios para os movimentos sociais e ativismos, incluindo a possibilidade de censura por parte das plataformas, a disseminação de informações falsas e a dificuldade de garantir a privacidade e a segurança dos ativistas online (Santos, 2017).

Em suma, as mídias sociais representam uma forma poderosa de ativismo e mobilização social, mas é importante reconhecer seus limites e desafios para garantir que essas plataformas sejam usadas de forma eficaz e responsável.

A mídia social escolhida para esta pesquisa é o Canal Muro Pequeno, presente no YouTube desde 2016, comandado por Murilo Araújo, uma bicha preta e nordestina, como costuma se apresentar. O canal aborda diversos temas dentre os quais importa destacar aqui racismo, machismo, representatividade e empoderamento da população negra, de forma clara e direta.

Gomes (2017), apresenta uma conceituação ampla do movimento negro, que não se restringe apenas a questões de raça, mas também abrange gênero, classe social e outras formas de opressão. A autora destaca a importância do movimento negro na construção de uma sociedade mais igualitária e justa, que valorize a diversidade e combata o racismo em todas as suas formas.

No que se refere ao viés jurídico, a obra Gomes (2017) ressalta a importância da luta do movimento negro pela igualdade perante a lei e pela garantia dos seus direitos. A autora destaca a necessidade de uma reflexão crítica sobre o sistema jurídico brasileiro, que historicamente tem sido marcado por discriminação e exclusão.

Com uma linguagem acessível, o canal Muro Pequeno tem entre os seus objetivos a conscientização das pessoas sobre diversas questões sociais no Brasil, dentre as quais iremos dar maior enfoque a raça e gênero nesta pesquisa, e promover a reflexão e a mudança de comportamento. Em um dos vídeos postados no canal em

¹⁰ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625_impacto_occupy_gm, acesso em 28/02/2024

06 de abril de 2016, intitulado “MURO PEQUENO RESPONDE #1¹¹” a primeira pergunta, enviada pelo seguidor Victor foi a seguinte: “*Murilo, o que te motivou a criar um canal aqui no Youtube? e qual é o principal objetivo do Muro pequeno?*” Ao que Murilo respondeu entre os minutos 1:09 e 2:12:

Então o que me fez criar um canal no YouTube, como eu disse lá no primeiro vídeo, é que eu tenho um pouquinho de dificuldade de guardar as minhas ideias só para mim, mas não foi só por isso. Uma outra razão é que eu tô muito articulado com movimentos sociais e com academia com pesquisa sobre gênero, sexualidade na universidade e eu sentia e ainda sinto que muitos debates e muitos conceitos que a gente pensava e discutia dentro desses espaços ficavam muito presos dentro desses espaços e aí como consequência disso a gente vê na internet todo dia um monte de treta um monte de debate que ninguém se entende simplesmente porque as pessoas não estão falando a mesma linguagem. Então eu criei o canal com objetivo de trazer algumas dessas discussões tentando fazer esse esforço de trazer debate da academia e da militância aqui pro YouTube de forma leve didática de modo que as pessoas consigam entender o que que uma pessoa quer dizer quando ela menciona lugar de fala ou quando ela diz que uma opressão é estrutural ou quando ela fala de interseccionalidade por exemplo esses termos do militantes que não vão servir de nada se as pessoas não entenderem o que que significam. Então a ideia é mais ou menos essa, eu espero muito que esteja dando certo

A trajetória de Murilo exemplifica a manifestação da subjetividade desestabilizadora, uma vez que sua experiência pessoal, marcada pelo ativismo no movimento negro e pela imersão na academia, o impulsionou a questionar os paradigmas estabelecidos e buscar novos caminhos para a divulgação de conhecimento.

Essa subjetividade se revela na forma como ele utiliza suas inquietudes e vivências como ponto de partida para sua produção de conteúdo, desafiando as estruturas tradicionais de disseminação do saber. Ao optar pelo YouTube como plataforma, Murilo reconhece a importância da acessibilidade e da linguagem acessível na democratização do debate, distanciando-se da linguagem hermética e dos termos acadêmicos complexos que muitas vezes excluem aqueles que não têm um alto nível de formação acadêmica. Assim, sua abordagem busca não apenas informar, mas também desmistificar conceitos e tornar o conhecimento mais acessível e relevante para um público mais amplo.

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IEpQOZmaY7k&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024.

Por meio de sua jornada, Murilo demonstra como a subjetividade pode ser um agente de transformação e ruptura com as normas preestabelecidas, desafiando a hegemonia do conhecimento acadêmico e ampliando os horizontes do debate público. Sua escolha consciente de adotar uma linguagem mais acessível e sua preocupação em alcançar um público diversificado refletem um compromisso com a democratização do conhecimento e a promoção de uma participação mais ampla e inclusiva no discurso intelectual.

Ao transcender as fronteiras entre academia e ativismo, Murilo abre espaço para uma discussão mais aberta e plural, na qual diferentes perspectivas e experiências são valorizadas e incorporadas ao processo de produção e disseminação do saber. Assim, sua abordagem não apenas desafia as estruturas existentes, mas também abre caminho para uma maior diversidade e pluralidade no campo do conhecimento.

No contexto contemporâneo, onde as plataformas digitais desempenham um papel central na circulação de informações e na construção de narrativas, a atuação de Murilo no YouTube exemplifica o potencial da subjetividade desestabilizadora para desafiar e transformar as estruturas dominantes de poder e conhecimento. Sua abordagem, que combina a reflexão crítica com a comunicação acessível, destaca a importância de se repensar os modos de produção e disseminação do conhecimento, bem como os espaços onde esses processos ocorrem.

Ao utilizar sua própria experiência e perspectiva como ponto de partida para sua produção de conteúdo, Murilo não apenas desafia as hierarquias existentes, mas também promove uma maior democratização e diversificação do debate intelectual. Assim, sua atuação no YouTube não é apenas uma expressão individual de subjetividade, mas também um convite para repensar as relações entre conhecimento, poder e participação pública em uma era digital.

Portanto, Murilo Araújo traz informações e dados relevantes sobre o racismo estrutural, além de trazer a perspectiva de negros em diversas áreas como educação, cultura, saúde e outros

O canal Muro Pequeno foi criado em 2015 com se seguinte descrição: *“Oieeeee, seja bem viado ao Muro Pequeno! Eu sou o Murilo, uma bicha negra cristã*

e militante, fazendo uns vídeos aqui pra falar de sonhos, desafios e aleatoriedades, problematizando a vida, espalhando amor e viadagens por aí”, tendo o primeiro vídeo postado em 15 de outubro de 2015 com o título “Acho que é um teaser, mas não tenho certeza” e desde então o canal conta com 203 vídeos, além de diversos quadros dentre os quais destaca-se a série Potências Negras em que Murilo entrevistou 30 personalidades negras em novembro de 2019 como as cantoras Luedji Luna e MC Carol, o coletivo PERIFACON, a drag queen Aretha Sadick, as políticas Anielle Franco e Érica Malunguinho e o ator Lázaro Ramos.

Em que pese não seja objeto de estudo nesta pesquisa, considero importante mencionar com destaque especial a série Potências Negras que foi um marco significativo na cena do YouTube e na representação de vozes negras em diversas esferas da sociedade. Ao dedicar um mês inteiro para entrevistar personalidades negras de diferentes áreas, Murilo demonstrou um compromisso notável com a promoção da diversidade e da inclusão. Vejamos como Murilo define o projeto entre os minutos 0:34 e 1:41 do vídeo intitulado “POTÊNCIAS NEGRAS | Teaser¹²”:

Durante todo o mês de novembro a gente vai ter vídeo de domingo a domingo aqui no canal e o mais maravilhoso é que não é só a minha carinha bonita que vocês vão ver por aqui, esses vídeos serão uma série de entrevistas com 30 convidados maravilhosos, 30 pessoas negras vindas de contextos diversos que vão chegar aqui para a gente trocar uma ideia gostosa e falar sobre os trabalhos extremamente potentes que essas pessoas estão fazendo. A ideia do projeto é somar e até ampliar um pouco as discussões no mês de novembro, o mês da consciência negra, falando das nossas identidades, dos nossos trabalhos e dos nossos projetos a partir de uma perspectiva mais plural fugindo dos muitos estereótipos que ainda se espalham a respeito da nossa população. A ideia é mostrar um pouquinho da extrema pluralidade que a gente tem, estabelecendo conversas com pessoas que são sim negras, que sabem disso, que se apropriam disso mas que também são muitas outras coisas. Gente ligada aos campos do teatro, da dança da TV, do cinema, da música, da religião, da tecnologia, da moda, gente de muitos contextos que estão fazendo muita coisa bacana e que com certeza vão ter conversas maravilhosas com a gente aqui. Eu estou muito feliz e muito orgulhoso de apresentar esse projeto e eu queria convidar vocês para embarcarem com a gente nessa jornada.

A série Potências Negras representa um marco significativo na promoção da diversidade e inclusão no cenário do YouTube, além de contribuir para a ampliação

¹² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TGRaAvRBng4&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024

das discussões sobre questões raciais ao entrevistar 30 personalidades negras de diferentes áreas, como música, política, arte e entretenimento.

Murilo demonstrou um compromisso notável com a representação e visibilidade de vozes negras, proporcionando um espaço para que esses indivíduos compartilhem suas experiências, trabalhos e perspectivas. A iniciativa não apenas destaca a pluralidade dentro da comunidade negra, mas também desafia estereótipos ao mostrar a diversidade de talentos e realizações presentes neste grupo.

Ao estabelecer um diálogo com pessoas negras de diversos contextos, a série Potências Negras busca promover uma reflexão mais abrangente sobre identidade, representatividade e projetos empreendidos pela comunidade negra. Murilo demonstra um compromisso em trazer para o YouTube debates e conceitos que muitas vezes são discutidos apenas em espaços acadêmicos e militantes.

A série Potências Negras, portanto, não apenas destaca a importância da representatividade negra, mas também se alinha aos objetivos mais amplos do canal de Murilo Araújo, que é proporcionar um espaço de diálogo e aprendizado sobre questões de gênero, sexualidade e raça. Ao trazer essas discussões para um formato acessível e atrativo, Murilo busca criar pontes entre a academia, os movimentos sociais e o público em geral, contribuindo para uma maior compreensão e engajamento com temas que são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O uso do YouTube como plataforma para esta série foi especialmente significativo, pois permitiu que as vozes das personalidades negras entrevistadas alcançassem um público amplo e diversificado. Como uma pessoa negra e membro ativo do movimento negro, Murilo utilizou sua bagagem social e acadêmica para criar um espaço de diálogo e mobilização social. Ao fazer isso, ele não apenas desafiou as normas e narrativas dominantes, mas também reafirmou o poder das mídias sociais como ferramentas para a mudança e a representação inclusiva. A série Potências Negras, portanto, não foi apenas uma série de entrevistas, mas uma declaração poderosa sobre a importância da representação e do ativismo em todas as formas de mídia.

Dito isso, essa pesquisa consiste em analisar os vídeos em que Murilo aborda questões específicas que envolvam a interseção entre raça, gênero e

sexualidade, se colocando enquanto uma bicha preta. Assim, surgem alguns vídeos dentro da proposta supramencionada tais como 1) “sobre afeminadas e padrões de gênero”, 2) “o aniversário do menino gay e a sexualização da infância”, 3) “gay, negro, cristão”, 4) “mas ninguém gosta do gay padrão???” , 5) “não é questão de gosto” e 6) “lidando com as feridas do preterimento”.

Os vídeos postados acima foram postados ao longo dos anos (posto que não são um quadro específico), sem prejuízo da menção de outros vídeos quando pertinente.

Assim, a presente pesquisa analisará diversos vídeos em que o dono do canal relata experiências pessoais com foco nas implicações de ser uma bicha preta buscando identificar a interseção de temas como os direitos humanos numa perspectiva crítica, decolonialidade, saberes outros e demais conceitos subversivos ligados ao tema principal da pesquisa.

Nesse caso, destacaremos informações sobre o título dos vídeos utilizados, a data de publicação e o endereço eletrônico completo dos vídeos, incorporando informações sobre a utilização do canal, a forma como foi incorporado à pesquisa e os critérios de seleção dos vídeos.

Os vídeos indicados acima contam apenas com o Murilo relatando experiências pessoais que são comuns à maioria das bichas pretas, sem a participação de outros convidados.

O método de análise consistirá na divisão dos vídeos supramencionados em três categorias de análise quais sejam: a) bichas pretas e interseccionalidade (vídeos 1 e 2); b) saberes outros, representação e empoderamento (vídeos 3 e 4) e c) direitos humanos, lutas sociais e antirracismo (vídeos 5 e 6);

Verificaremos se as expressões (ou correlatas) aparecem, quantas vezes aparecem e em que contexto sem apresentam. Ao assistir aos vídeos selecionados de forma atenta e sistemática buscaremos identificar padrões, temas recorrentes, discursos, narrativas, estratégias retóricas, linguagem utilizada, entre outros elementos relevantes para a pesquisa.

Os resultados obtidos a partir da análise dos vídeos relacionados ao tema de pesquisa devem ser analisados. Essa análise deve ser realizada de forma a relacionar os resultados às questões de pesquisa e aos objetivos do estudo.

Ao discutir as implicações dos achados, é importante que se identifiquem possíveis lacunas ou contradições presentes nos vídeos analisados. Deve-se estabelecer conexões entre os resultados encontrados e a literatura existente, buscando embasar os argumentos com as evidências coletadas. Nesse sentido, é fundamental contribuir para a construção de novos conhecimentos no campo dos direitos humanos, com ênfase nas vivências das bichas pretas e na descolonização dos saberes presentes nas mídias sociais.

A análise dos vídeos deve permitir uma compreensão aprofundada dos discursos e práticas que emergem nas mídias sociais relacionadas ao tema de pesquisa. É importante considerar as vozes e perspectivas das bichas pretas, bem como os saberes produzidos por essas comunidades marginalizadas, visando uma reflexão crítica sobre os direitos humanos e as relações de poder presentes na sociedade.

Dessa forma, ao relacionar os resultados da análise dos vídeos com as questões de pesquisa e objetivos do estudo, busca-se promover uma visão decolonial que desafia narrativas dominantes e contribui para a valorização dos saberes outros e para a luta por direitos igualitários e inclusivos para as bichas pretas.

Em suma, a utilização das técnicas bibliográfica, etnográfica virtual e documental permitirão que sejam levantados elementos para responder à pergunta norteadora da pesquisa e, assim, construir epistemologias decoloniais a partir da subjetividade desestabilizadora no estudo de caso do canal Muro Pequeno do YouTube.

4.2 MÍDIA DIGITAL COMO UMA FERRAMENTA CAPAZ DE POTENCIALIZAR DISCUSSÕES E DEBATES

Conforme especificado no tópico anterior, a pesquisa proposta adota uma abordagem metódica e interdisciplinar, focada na análise minuciosa de uma seleção

específica de vídeos apresentados por Murilo Araújo, onde questões pertinentes à interseção entre raça, gênero e sexualidade são abordadas, com o autor se posicionando como uma bicha preta.

A pesquisa, portanto, empreende uma investigação profunda e contextualizada, visando desvelar e compreender os diversos matizes dessas interseccionalidades nos discursos e narrativas apresentados nos vídeos selecionados.

A estrutura metodológica delineada, que divide os vídeos em três categorias distintas de análise, oferece uma perspectiva abrangente e sistematizada para a investigação, permitindo uma exploração aprofundada de cada temática específica abordada por Murilo Araújo em sua produção audiovisual.

A categorização dos vídeos em três domínios de análise distintos - a saber, bichas pretas e interseccionalidade, saberes outros, representação e empoderamento e direitos humanos, lutas sociais e antirracismo - oferece uma estrutura conceitual sólida e articulada para a pesquisa. Ao segmentar os vídeos de acordo com essas categorias, a pesquisa busca identificar padrões, temas recorrentes e estratégias retóricas empregadas por Murilo Araújo para abordar e problematizar as complexas inter-relações entre raça, gênero e sexualidade, bem como seu impacto nas experiências e vivências das pessoas negras e LGBTQIA+.

Por meio de uma análise detalhada e sistemática dos vídeos selecionados, a pesquisa visa não apenas mapear e descrever os discursos e narrativas apresentados por Murilo Araújo, mas também compreender de que forma tais discursos contribuem para a construção de conhecimento, representações e práticas de empoderamento no contexto das comunidades negras e LGBTQIA+. Ao adotar uma postura crítica e reflexiva, a pesquisa busca problematizar concepções e discursos hegemônicos, ampliando o entendimento sobre as interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade e seu papel na produção de subjetividades e identidades sociais.

A pesquisa se propõe a analisar não apenas o conteúdo explícito dos vídeos, mas também aspectos mais sutis, como a linguagem utilizada, as estratégias de comunicação empregadas e as representações simbólicas presentes nas narrativas de Murilo Araújo. Nesse sentido, busca-se compreender não apenas o que

é dito nos vídeos, mas também como é dito e de que maneira esses discursos são recebidos, interpretados e resignificados pelos espectadores, destacando assim o papel central da comunicação e da mediação discursiva na construção e reprodução de significados e valores sociais.

A pesquisa proposta adota uma abordagem metódica e interdisciplinar para a análise dos vídeos apresentados por Murilo Araújo, destacando as interseccionalidades entre raça, gênero e sexualidade. A estrutura metodológica delineada oferece uma perspectiva abrangente para a investigação, segmentando os vídeos em três categorias distintas de análise. A partir de agora, a pesquisa seguirá com a análise dessas categorias específicas, a saber, Bichas Pretas e Interseccionalidade, Direitos Humanos, Lutas Sociais e Antirracismo, e Saberes Outros, Representação e Empoderamento. Cada categoria será explorada minuciosamente, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos discursos e narrativas apresentados por Murilo Araújo e seu impacto na construção de conhecimento e empoderamento nas comunidades negras e LGBTQIA+.

A análise detalhada e sistemática dos vídeos selecionados não se limitará ao conteúdo explícito, mas também considerará aspectos mais sutis, como linguagem, estratégias de comunicação e representações simbólicas. Ao problematizar concepções hegemônicas e ampliar o entendimento sobre as interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade, a pesquisa busca contribuir para uma reflexão crítica sobre as complexas dinâmicas sociais.

Assim, os próximos passos da pesquisa envolverão uma análise aprofundada dos vídeos selecionados dentro das categorias delineadas, visando uma compreensão mais holística e contextualizada das narrativas de Murilo Araújo.

4.2.1 Bichas pretas e interseccionalidade

No vídeo "Sobre Afeminadas e Padrões de Gênero"¹³ publicado em 06 de agosto de 2016, atualmente com 28 mil visualizações e 175 comentários, Murilo Araújo aborda de forma franca e reflexiva as questões relacionadas à identidade de

¹³ Disponível

em: https://www.youtube.com/watch?v=8hMXyzHr6B0&t=19s&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024

gênero, especificamente no contexto das pessoas afeminadas, com uma abordagem interseccional que incorpora também sua identidade racial. Murilo discute as percepções sociais em torno da afeminação masculina, desafiando a narrativa simplista que glamoriza ou desvaloriza as experiências das bichas pretas. Ele analisa criticamente as expectativas de masculinidade impostas pela sociedade, destacando como esses padrões de gênero afetam de maneira diferenciada pessoas de diferentes identidades raciais e sexuais. Murilo também compartilha suas próprias reflexões e experiências pessoais, destacando a importância de reconhecer e confrontar os estereótipos prejudiciais e promover uma solidariedade genuína dentro da comunidade LGBTQIA+.

A expressão "bichas pretas" aparece uma vez no texto transcrito, evidenciando a centralidade desse termo na abordagem do tema. O termo "interseccionalidade", embora não seja mencionado explicitamente, está intrinsicamente relacionado à discussão apresentada, pois se refere à interação e sobreposição de diferentes sistemas de opressão e discriminação.

Murilo Araújo, enquanto interlocutor do vídeo, compartilha suas reflexões pessoais e experiências vividas, estabelecendo uma conexão íntima com o discurso apresentado. Ele narra situações de sua própria vida, como o medo de sofrer violência e discriminação por sua identidade como uma bicha preta, destacando a proximidade entre suas experiências e as realidades enfrentadas por outros indivíduos que compartilham essas interseccionalidades.

Ao abordar a suposta "glamourização" das "bichas afeminadas", Murilo problematiza essa narrativa simplista e superficial, destacando a necessidade de uma análise mais cuidadosa e contextualizada das experiências vividas por esses indivíduos. Ele ressalta que, embora alguns aspectos de sua identidade possam ser valorizados ou glamorizados pela sociedade, isso não significa que eles estejam livres de opressão ou discriminação.

O discurso de Murilo evidencia uma preocupação genuína com a representação e o empoderamento das bichas pretas, bem como uma sensibilidade para as complexidades e nuances de suas experiências. Ele reconhece a diversidade de vivências dentro dessa comunidade e a necessidade de solidariedade e apoio mútuo para enfrentar as múltiplas formas de opressão e marginalização.

A narrativa de Murilo também destaca a importância de uma abordagem interseccional na análise das questões de gênero, raça e sexualidade, reconhecendo que esses sistemas de opressão estão intrinsecamente interligados e influenciam as experiências individuais de maneiras únicas e complexas. Ele enfatiza a necessidade de considerar não apenas a identidade de gênero ou orientação sexual de uma pessoa, mas também sua raça, classe social e outras características que moldam sua posição na sociedade.

Ao compartilhar suas próprias vivências e reflexões, Murilo Araújo contribui para uma maior conscientização sobre as questões enfrentadas pelas bichas pretas e outras pessoas marginalizadas, incentivando uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e privilégio que perpetuam a discriminação e a desigualdade. Seu discurso ressoa com autenticidade e empatia, proporcionando uma voz poderosa para aqueles que muitas vezes são silenciados ou invisibilizados na sociedade.

A abordagem de Murilo Araújo sobre as experiências das bichas pretas também destaca a importância de reconhecer e confrontar os estereótipos e expectativas prejudiciais impostas pela sociedade. Ele critica a visão simplista que glamoriza ou reduz a identidade desses indivíduos a caricaturas de feminilidade, ignorando as nuances e diversidade de suas experiências. Essa crítica é fundamental para desafiar narrativas dominantes e promover uma representação mais autêntica e inclusiva das identidades LGBTQIA+.

Além disso, Murilo enfatiza a necessidade de solidariedade e apoio mútuo dentro da comunidade LGBTQIA+, reconhecendo que as lutas por igualdade e justiça são interligadas e não podem ser enfrentadas isoladamente. Ele destaca a importância de ampliar o diálogo e criar espaços seguros e inclusivos para que as vozes das bichas pretas e outras pessoas marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas.

Ao longo do vídeo, Murilo utiliza uma linguagem acessível e franca para dialogar com seu público, aproximando-se de questões complexas de maneira clara e direta. Essa abordagem comunicativa facilita a compreensão e o engajamento do espectador, incentivando reflexões profundas e críticas sobre as questões abordadas.

A sensibilidade de Murilo para com as interseccionalidades também se reflete em sua análise das dinâmicas de poder e privilégio presentes na sociedade.

Ele reconhece que suas próprias experiências de opressão e discriminação são moldadas por uma série de fatores, incluindo sua identidade racial, de gênero e orientação sexual, e destaca a necessidade de abordar essas questões de forma holística e abrangente.

Além disso, Murilo desafia ativamente os discursos e narrativas que perpetuam a marginalização e a invisibilidade das bichas pretas, assumindo uma postura de advocacia e resistência em relação às estruturas de poder dominantes. Sua voz assertiva e comprometida ressoa como um chamado à ação, instando seus espectadores a se envolverem ativamente na luta por justiça e igualdade.

O vídeo "O Aniversário do Menino Gay e a Sexualização da Infância"¹⁴, postado no canal em 30 de novembro de 2017, aborda uma discussão complexa sobre a sexualização precoce de crianças, especialmente quando se trata da orientação sexual e identidade de gênero. Murilo analisa criticamente a polêmica em torno de um vídeo viral que mostrava um menino de 12 anos comemorando seu aniversário com um bolo da Pablo Vittar e abraçado com seu namorado. Vejamos como caso é retratado no vídeo (minutos 0:16-1:06):

Então, nos últimos dias começou a circular, por aí, pela internet, e viralizou muito, um vídeo de um garoto de 12 ou 13 anos de idade, que estava no aniversário dele, comemorando o aniversário dele, com um bolo enorme com uma foto da Pablo Vittar. E ele com um brinco na orelha, abraçado com o seu namorado, que devia ter mais ou menos a mesma idade, uns 14/15 anos, beijando esse namorado e cantando parabéns, ali com todos os seus amigos. No final do vídeo, de modo especial, que foi, particularmente chocante para algumas pessoas, todos os presentes, inclusive o próprio aniversariante, cantam aquela versão meio obscena do parabéns pra você. Aquela coisa de é rola não sei aonde, não sei o quê...Cês devem conhecer aí a versão que eu estou falando, ou cês devem, em sua maioria, ter visto o vídeo e saber do que eu tô falando também. E esse vídeo rodou a internet inteira e foi centro de uma quantidade enorme de discussões, trazendo à tona, mais uma vez, o tema polêmico da "sexualização da infância".

O vídeo acumula 59.535 visualizações e 567 comentários até o momento. Sua abordagem perspicaz e provocativa levanta questões importantes sobre a maneira como a sociedade lida com a sexualidade na infância, incentivando os espectadores a repensarem suas próprias perspectivas e preconceitos.

¹⁴ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=SHLFPT0tVkg&t=100s&ab_channel=MuroPequeno, aceso em 28/02/2024

Araújo explora como a sociedade lida com a sexualidade na infância, destacando a hipocrisia em torno do tema e a necessidade de um debate mais honesto e inclusivo. Em sua análise, a primeira observação de Murilo é ponderar quanto aos pontos que entende problemático no caso (minutos 1:11 – 2:19):

Eu achei a situação do vídeo realmente complicada em alguns aspectos, e o que mais me deixou um pouco incomodado, um pouco desconcertado, foi realmente aquela coisa do parabéns pra você super erotizado dentro daquele contexto ali. Queira ou não, são quase duas crianças, dois pré adolescentes ali, eu acho que tem que ter cuidado aí na maneira como se expõe pessoas dessa idade a esse tipo de situação, a esse tipo de discurso, a esse tipo de música, a esse tipo de conteúdo. "Ah, Murilo! Mas, hoje em dia, as crianças já estão vendo esse tipo de coisa cada vez mais cedo." "Desde muito novinho, todo mundo já sabe muita safadeza por aí, então é normal que esse menino saiba desse tipo de coisa." Eu entendo que isso tá acontecendo, mas é exatamente aí que eu acho que tem a questão problemática, que deveria estar sendo o centro do nosso debate. O fato de que a gente não tem lidado de forma adequada, com essa exposição de crianças e de adolescentes a esse tipo de discurso mais erotizado, e aí, nesse aspecto aí, eu acho que a gente tem elementos para conversar realmente sobre essa coisa da sexualização da infância. Acontece que, apesar desse debate ser um debate importante, necessário, que a gente precisa realmente fazer, ele não tem sido feito da melhor forma, e ele tem sido muito distorcido, em favor de uma discussão que acaba não sendo realmente sobre a sexualização das crianças. É uma discussão que acaba sendo, quase que exclusivamente, sobre a questão da homossexualidade.

Seguindo com a discussão, Araújo desafia a noção de que crianças não têm maturidade para entender sua orientação sexual e destaca a necessidade de criar um ambiente seguro e acolhedor para que todos possam explorar sua identidade de forma saudável e sem discriminação.

Murilo aborda a controvérsia em torno como a discussão se concentra na sexualidade, desviando-se do problema mais amplo da sexualização das crianças pela sociedade. Ele destaca como a festa com tema de Pablo Vittar foi enfatizada na mídia, levando a um discurso alarmista sobre a influência negativa dos homossexuais nas crianças, ressaltando a distorção do debate, apontando que a preocupação aparente com a proteção das crianças muitas vezes encobre um discurso discriminatório contra a comunidade LGBT, em vez de abordar questões mais profundas sobre a sexualização precoce.

Murilo também questiona duas ideias comuns: a crença na possibilidade de manipular a sexualidade de alguém e a suposição de que aos 12 anos uma pessoa não tem maturidade para determinar sua orientação sexual. Ele destaca a importância de repensar esses conceitos arraigados no senso comum, sugerindo uma reflexão

sobre a complexidade da identidade e da sexualidade humana, especialmente em uma idade tão jovem.

Vejamos o que ele pontua sobre sexualidade em si, que é de suma importância para esta pesquisa (minutos 4:34 – 7:22):

A primeira coisa, galera, é que a sexualidade da gente não é uma parada manipulável. O nosso desejo, a nossa orientação sexual, a nossa sexualidade é uma questão muito nossa, muito íntima, que não se altera ou se molda de acordo com influências, com modas ou com imposições. Eu acho que é muito fácil de a gente entender isso, porque basta a gente pensar que, se isso fosse verdade, todo mundo seria heterossexual. Todo mundo cresce com uma sociedade dizendo que ser heterossexual é bom, que ser heterossexual é como você vai conseguir ser feliz, é como você vai ter a família dos sonhos... Todas as referências que a gente tem na nossa família, nos livros didáticos, nas novelas, na publicidade... Todas essas referências são modelos baseados na heterossexualidade. E, ainda assim, existem pessoas que crescem e se descobrem LGBT, independentemente de toda essa pressão social, de toda essa construção social que tá ao redor da gente. Eu mesmo fui uma dessas pessoas. Eu nunca tive pessoas LGBT que fossem influentes na minha vida, que estivessem ao meu redor, que fossem um modelo em que eu pudesse inspirar como uma coisa boa; Os meus pais me educaram pra ser heterossexual; E eu já contei esse caso aqui uma vez, mas vale mencionar de novo, que já teve um caso na minha aula de religião, que a professora foi ensinar pra gente como "andar como homem", que a gente não podia andar rebolando demais, porque era coisa de viado. Existia uma pressão ali, um conteúdo pedagógico voltado pra gente ser "homem de verdade", o que significava não ser homossexual. Então, se teve alguma tentativa de manipulação da minha sexualidade, se teve alguma tentativa de influenciar a minha sexualidade em toda a minha vida, foi uma influência heterossexual; Foi uma manipulação para que eu fosse heterossexual; E essa manipulação falhou miseravelmente. Eu estou aqui, lindo, pleno, feliz e gay! Simplesmente não existe condição, nem possibilidade de que influências externas moldem a nossa sexualidade. A gente simplesmente têm uma orientação sexual, que, em algum momento da nossa vida, a gente reconhece que tem. E aí, isso nos leva a segunda questão problemática. É que, em relação ao caso desse menino do vídeo, algumas pessoas estão dizendo que aos 12/13 anos, ele ainda não tem maturidade suficiente para saber qual é a orientação sexual dele, para saber qual é a sexualidade dele. E aí, mais uma vez, vale a pena a gente inverter um pouco a realidade, e entender isso a partir de um olhar para a heterossexualidade. Porque eu tenho plena consciência que a absoluta maioria das pessoas heterossexuais, aos 12 anos de idade, já sabiam que eram heterossexuais. Você, pessoa heterossexual cisgênera que me assiste, desde quando você sabe que você é heterossexual? Você certamente vai me responder que sabe disso, sei lá, desde sempre. E eu gostaria de te dizer que, para pessoas gays, lésbicas ou bissexuais, funciona mais ou menos da mesma maneira. As pessoas têm dificuldade de entender isso porque elas entendem que ser gay é uma coisa que a gente escolhe, e portanto a gente só poderia fazer essa escolha, no momento da nossa vida em que a gente tem maturidade para tomar essa decisão.

Murilo Araújo, em sua intervenção, desvela uma importante reflexão sobre a inerente e individual natureza da sexualidade, contrapondo a ideia de que esta seja maleável ou influenciada por fatores externos. Ao compartilhar sua própria trajetória

peçoal, marcada por uma tentativa de imposição heteronormativa desde a infância, Murilo destaca a falácia da ideia de que a orientação sexual pode ser manipulada. Sua vivência como uma bicha preta demonstra vividamente como a sociedade muitas vezes tenta forçar uma normatividade heterossexual sobre indivíduos LGBTQIA+, mesmo quando não há modelos positivos ou influências diretas na sua formação identitária.

Nesse sentido, a abordagem de Murilo Araújo ressalta a importância da subjetividade desestabilizadora, onde sua própria experiência e vivência como uma bicha preta são usadas como ferramentas de desconstrução de estereótipos e normas sociais. Ao expor as pressões heteronormativas sofridas ao longo de sua vida, Murilo não apenas desafia a concepção de uma sexualidade moldada por influências externas, mas também questiona a maturidade atribuída à compreensão da orientação sexual, destacando que a maioria das pessoas, independentemente da orientação, já tem consciência de sua heterossexualidade desde uma idade precoce.

Além disso, a análise interseccional trazida por Murilo amplifica o debate ao conectar a experiência da bicha preta não apenas à questão da sexualidade, mas também às interseções com raça, gênero e classe. Sua voz se torna um instrumento poderoso para dismantelar noções simplistas e discriminatórias sobre identidade e sexualidade, mostrando como a opressão sistêmica se manifesta de maneira interligada e multifacetada na vida das pessoas negras LGBTQIA+.

Dessa forma, o discurso de Murilo não só desafia as noções tradicionais de identidade e sexualidade, mas também revela as complexas dinâmicas de poder que operam na sociedade, destacando a importância de uma abordagem interseccional para compreender plenamente a experiência humana.

Conforme discutido nas análises de Melo (2016) e Oliveira (2017). Ao explorar a afeminação masculina e suas ramificações dentro do espectro da identidade racial, Murilo Araújo oferece insights profundos sobre as dinâmicas sociais que moldam as experiências individuais e coletivas dos grupos marginalizados. As reflexões de Araújo ecoam as preocupações levantadas por Melo (2016) sobre as expectativas impostas à masculinidade negra, que limitam a expressão individual e reforçam padrões normativos que negligenciam a diversidade dentro da comunidade negra. Além disso, a discussão sobre o uso do termo bicha como uma forma pejorativa

para se referir àqueles que desafiam as normas de gênero, especialmente quando se apresentam de forma afeminada, ressoa com as análises de Oliveira (2017) sobre a estigmatização enfrentada pela bicha preta.

A partir da análise dos vídeos mencionados acima, torna-se evidente como a marginalização das bichas pretas, sobretudo as bichas pretas, se manifesta em várias formas de violência e exclusão, incluindo a negação de espaços seguros e inclusivos para expressão de sua sexualidade e identidade de gênero, como destacado por Oliveira (2017). Essa exclusão não se limita apenas aos espaços heteronormativos, mas também é observada dentro dos próprios espaços LGBTQIA+, onde dinâmicas de exclusão baseadas em normas de gênero e raciais perpetuam estereótipos e hierarquias que colocam as bichas pretas em uma posição de marginalização (Oliveira, 2017).

Contudo, as reflexões de Murilo Araújo também oferecem uma mensagem de resistência e solidariedade dentro da comunidade LGBTQIA+, alinhando-se com as discussões de Oliveira (2017) sobre a importância de uma abordagem mais crítica e inclusiva. Ao compartilhar suas próprias reflexões e experiências pessoais, Araújo destaca a necessidade de reconhecer e confrontar os estereótipos prejudiciais, promovendo uma solidariedade genuína que desafia as expectativas sociais impostas sobre a identidade da bicha preta. Essa abordagem ressoa com as análises de Melo (2016) sobre a importância de uma visão mais inclusiva dentro dos movimentos de direitos LGBTQIA+, reconhecendo e valorizando as experiências de todos os membros da comunidade, especialmente aqueles que enfrentam múltiplas formas de opressão.

Ao examinar as normas de gênero e os estereótipos associados à afeminação masculina dentro da comunidade negra e LGBTQIA+, o vídeo traz à tona a importância de reconhecer como diferentes formas de opressão se entrelaçam, criando experiências complexas e multifacetadas (hooks, 2019; Pereira, 2021). A análise interseccional popularizada por Kimberlé Crenshaw destaca a necessidade de ir além das análises simplificadas das categorias isoladas, reconhecendo a sobreposição de raça, classe e gênero nas experiências individuais (Pereira, 2021).

A análise crítica dos vídeos "Sobre Afeminadas e Padrões de Gênero" e "O Aniversário do Menino Gay e a Sexualização da Infância" à luz dos conceitos de

interseccionalidade evidencia a importância de reconhecer as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas bichas pretas na sociedade contemporânea.

Ao aplicar a interseccionalidade é possível compreender as complexas inter-relações entre raça, classe, gênero e sexualidade que moldam as experiências individuais e coletivas desses sujeitos (Pereira, 2021). Isso desafia as narrativas dominantes que historicamente marginalizaram as mulheres negras, como discutido por hooks (2019), e destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente na análise das dinâmicas sociais.

A interseccionalidade revela não apenas a sobreposição de opressões, mas também oferece um caminho para dismantelar estereótipos e abordar as complexas dinâmicas de desigualdade enfrentadas pelas bichas pretas e outras comunidades marginalizadas. Como destacado por Pereira (2021), essa abordagem crítica é fundamental para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas e eficazes que promovam a justiça social e a equidade. Ao documentar as experiências interseccionais das bichas pretas, é possível criar uma base sólida para políticas e práticas que reconheçam e respondam às suas necessidades específicas, além de desafiar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão.

Os vídeos "Sobre Afeminadas e Padrões de Gênero" e "O Aniversário do Menino Gay e a Sexualização da Infância" oferecem exemplos concretos das interseções entre raça, gênero e sexualidade na vida das bichas pretas. Eles evidenciam como as expectativas de gênero e os estereótipos sexuais são intrinsecamente ligados à marginalização e à violência enfrentadas por esses sujeitos (desde o ambiente escolar conforme apresentado por Murilo em um dos vídeos) como discutido por Curiel (2020). Ao narrar suas próprias experiências e análises críticas, os vídeos não apenas informam, mas também desafiam o público a refletir sobre suas próprias concepções de identidade e poder.

Assim, Murilo apresenta um poderoso testemunho da resiliência, dignidade e humanidade das bichas pretas e outras pessoas marginalizadas. Sua abordagem compassiva e perspicaz oferece uma visão única sobre as complexidades das interseccionalidades e inspira uma reflexão profunda sobre as formas como podemos trabalhar juntos para criar um mundo mais inclusivo e equitativo para todos.

4.2.2 Saberes outros, Representação e Empoderamento

Em 30 de março de 2016, o vídeo "Mas Ninguém Gosta do Gay Padrão???"¹⁵ foi publicado no Canal Muro Pequeno, contando atualmente com 59.865 visualizações e 426 comentários. O vídeo oferece uma reflexão profunda sobre as dinâmicas internas da comunidade LGBTQIA+, destacando a necessidade de reconhecer as diferentes experiências de homofobia e promover a inclusão e representatividade para todas as pessoas LGBTQIA+. O interlocutor, argumenta que é fundamental desafiar as normas opressivas de beleza e comportamento dentro da comunidade, promovendo uma cultura de aceitação e valorização da diversidade. Ele enfatiza a importância do empoderamento e da solidariedade entre os membros da comunidade LGBTQIA+, destacando que a representatividade positiva é essencial para construir um movimento forte e inclusivo. Uma citação do vídeo a se destacar, presente entre os minutos 2:54 e 3:27, é a seguinte:

Mas então gente, ironias à parte vamos fazer um combinado importante aqui? Não vamos individualizar um problema que é social, o problema não é com os gays normativos em si mesmo, o problema é com um sistema que beneficia esses gays normativos ou eles serem normativas e aí um desdobramento desse problema é que existem gays normativos que se deixam beneficiar por esse sistema e acabam contribuindo para a reprodução de um sistema, um sistema que gera exclusão para muitas outras pessoas LGBT que não se encaixam nessa mesma norma

A citação acima ressalta a importância de não individualizar a responsabilidade pela exclusão na comunidade LGBTQIA+, enfatizando que o problema reside em um sistema social que beneficia os gays normativos. Isso está intrinsecamente ligado à questão da representação e do empoderamento, pois revela como as normas sociais perpetuam a exclusão de indivíduos que não se enquadram no padrão dominante. Essa reflexão ecoa a necessidade de reconhecer e valorizar os saberes outros, ou seja, as experiências e perspectivas diversas dentro da comunidade LGBTQIA+, para combater os sistemas de opressão que prejudicam alguns em detrimento de outros. Dessa forma, promover a representatividade e o

¹⁵ Disponível

em: https://www.youtube.com/watch?v=j5k3Hu2mXGU&t=94s&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024

empoderamento se torna essencial para desafiar e transformar as estruturas sociais que perpetuam a exclusão e a marginalização.

Ao examinar as experiências das bichas pretas e sua luta contra a discriminação e o estigma, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem decolonial para entender e enfrentar as complexas dinâmicas de exclusão na sociedade.

Nesse sentido, o feminismo negro emerge como um arcabouço teórico crucial para compreender as interseccionalidades presentes nas experiências das bichas pretas, revelando como a luta por representatividade e empoderamento está intrinsecamente ligada à resistência contra sistemas de opressão (Pereira, 2021). Portanto, ao reconhecer e valorizar os saberes outros das bichas pretas, é possível construir movimentos de resistência mais inclusivos e eficazes, que transcendam as barreiras físicas e institucionais e promovam uma sociedade mais justa e igualitária (Melo, 2016).

Portanto, o vídeo aborda uma série de questões profundas relacionadas ao movimento LGBTQIA+, oferecendo uma análise crítica das dinâmicas internas e das formas de opressão presentes dentro da comunidade. Murilo apresenta uma narrativa pessoal e reflexiva, destacando a importância do reconhecimento das diferentes experiências de homofobia e a necessidade de empoderamento e representatividade para todas as pessoas LGBTQIA+, independentemente de sua identidade ou orientação sexual.

Ao longo do vídeo, Murilo Araújo destaca a complexidade da homofobia, argumentando que ela não afeta todas as pessoas LGBTQIA+ da mesma maneira. Ele ressalta a importância de reconhecer as interseccionalidades entre diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e capacitismo, e como essas interseccionalidades moldam as experiências individuais de cada pessoa dentro da comunidade LGBTQIA+. Essa análise reflete uma abordagem baseada em saberes outros, que reconhece a diversidade de experiências e perspectivas dentro da comunidade LGBTQIA+.

O interlocutor também aborda a questão do empoderamento e da representatividade, argumentando que é fundamental que todas as pessoas LGBT se sintam representadas e valorizadas dentro do movimento. Ele critica a idolatria do

padrão de beleza dominante e destaca a importância de desafiar essas normas opressivas, promovendo uma cultura de aceitação e inclusão. Nesse sentido, o vídeo ressalta a necessidade de uma epistemologia inclusiva, que valorize os saberes e as experiências de todas as pessoas LGBTQIA+.

A narrativa pessoal de Murilo Araújo enriquece ainda mais o discurso, oferecendo uma perspectiva íntima e autêntica sobre as questões abordadas. Ele compartilha suas próprias experiências e observações, destacando como essas questões se manifestam em sua vida e em sua comunidade. Essa proximidade entre o discurso e o interlocutor cria uma conexão emocional com o público, tornando o conteúdo mais impactante e relevante.

No decorrer do vídeo, a expressão "representatividade" aparece uma vez aos dois minutos e quarenta e três segundos de vídeo:

Inclusive eu tenho aqui uma lista exclusiva de gay jovem rico sarados e brancos que estão sofrendo muito com ódio do resto da comunidade LGBT, olha aqui que lista maravilhosa! Olha que coisa mais estarrecedora essa lista, a quantidade enorme de gays normativas que estão sendo espancados na rua pelas mulheres lésbicas, aqui a quantidade enorme de gays normativos que estão tendo seus empregos roubados pelas pessoas trans, aqui também a quantidade assustadora de gays brancos que estão tendo a sua representatividade na mídia roubada pelas preta da favela, olha o quanto ele sofre com a "gayfobia" olha o quanto o movimento LGBT está destruindo as gays normativas...

O trecho acima é irônico, enquanto diz "olha a lista" Murilo mostra uma folha em branco para a câmera, demonstrando que as gays brancas e heteronormativas estão dentro do padrão e desfrutam de diversos privilégios sociais, de forma que não necessitam se preocupar com ataques de dentro da própria comunidade LGBTQIA+, visto que, dentro da comunidade, gays brancos são os únicos com poder estrutural o suficiente para oprimir semelhantes como lésbicas e bichas pretas conforme destacado por Murilo.

Murilo Araújo argumenta que o empoderamento vem da representação positiva e da visibilidade dentro da sociedade, e que é fundamental que todas as pessoas LGBT se sintam valorizadas e respeitadas em todos os aspectos de suas vidas.

No mesmo sentido da produção de saberes outros, (auto) representação e empoderamento, temos o vídeo intitulado "Gay, Negro, Cristão"¹⁶, publicado em 21 de junho de 2016, atualmente com 66.775 visualizações e sem comentários, pois foram desativados pelo autor do vídeo.

O vídeo apresenta uma reflexão poderosa sobre a importância da afirmação da identidade em meio às pressões sociais que tentam apagar a diversidade. O narrador destaca que o vídeo pertence a uma campanha global promovida pelo YouTube, intitulada "*Proud to Be*" (Orgulho de Ser), que visa valorizar e dar visibilidade às histórias pessoais da comunidade LGBTQIA+, incentivando a celebração do orgulho individual.

Nesse contexto, o vídeo se torna uma ferramenta de resistência, desafiando as normas sociais opressivas que buscam silenciar as vozes das minorias e restringir a expressão de suas identidades. A mensagem é clara: ao afirmar quem somos, estamos promovendo uma revolução e enviando ao mundo a mensagem de que nossas vozes e sorrisos não serão apagados, mas sim celebrados como parte essencial da diversidade humana.

A narrativa do vídeo também destaca a importância de reconhecer e abraçar todas as facetas da própria identidade, mesmo em um contexto de discriminação e violência sistemática. Murilo expressa orgulho em ser uma bicha preta, reafirmando sua negritude e sua sexualidade como componentes fundamentais de sua identidade. Além disso, ele enfatiza sua fé cristã, apesar das contradições e do fundamentalismo presentes em algumas interpretações religiosas, destacando a mensagem de amor, justiça e respeito à diversidade que ele encontra no evangelho.

Assim, o vídeo não apenas celebra a diversidade individual, mas também reivindica o direito de existir plenamente em todas as dimensões da identidade, desafiando as normas opressivas que tentam impor uma visão única e limitada do que é aceitável na sociedade.

A narrativa presente no vídeo "Gay, Negro, Cristão" evoca um profundo senso de orgulho e resistência, desafiando as normas sociais opressivas que buscam apagar a diversidade e impor padrões normativos de comportamento e identidade. O

¹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HluGyFW6O_U&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024.

protagonista expressa sua negritude, sexualidade dissidente e fé cristã como formas de resistência contra as expectativas sociais limitantes, evidenciando a complexidade das interseções de raça, gênero e sexualidade em sua experiência. Essa afirmação da identidade é uma manifestação poderosa de empoderamento, permitindo que indivíduos se sintam fortalecidos e validados em suas vivências, desafiando as narrativas dominantes que buscam negar sua existência e humanidade.

Além disso, o vídeo busca ocupar um espaço de representatividade e visibilidade, contribuindo para ampliar a diversidade de vozes e experiências na mídia e na sociedade em geral. Ao compartilhar suas vivências pessoais e refletir sobre sua identidade, Murilo oferece uma perspectiva única que enriquece nosso entendimento sobre as interseções de raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta, promovendo uma maior aceitação e compreensão da diversidade humana.

A produção de conhecimento a partir das subjetividades desestabilizadoras da bicha preta é um aspecto essencial do vídeo, que se torna uma fonte legítima de saberes outros. Ao compartilhar suas vivências e reflexões, o interlocutor contribui para a produção de conhecimento que desafia as narrativas dominantes e oferece uma visão mais complexa e inclusiva da experiência humana. Essa abordagem crítica e reflexiva é fundamental para inspirar e informar futuras lutas por justiça e igualdade.

A resistência e a afirmação da identidade representadas no vídeo destacam a importância de reconhecer e valorizar a existência da bicha preta como parte integrante da tapeçaria humana (Oliveira, 2017). Sua voz se torna uma força poderosa de transformação social, desafiando as estruturas de poder que buscam perpetuar a opressão e a exclusão. A luta pela emancipação e igualdade das bichas pretas é inseparável da luta mais ampla por justiça social e igualdade, exigindo ações concretas e tangíveis para promover uma verdadeira igualdade (Oliveira, 2017).

Portanto, é crucial reconhecer a importância da existência da bicha preta e comprometer-se com medidas que promovam uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Oliveira, 2017). Isso envolve não apenas políticas públicas inclusivas e leis antidiscriminatórias, mas também uma mudança cultural profunda que desafie os preconceitos arraigados e promova o respeito pela diversidade. Somente ao reconhecermos e valorizarmos a existência da bicha preta como parte integrante da

tapeçaria humana é que poderemos verdadeiramente avançar em direção a uma sociedade mais justa e acolhedora para todos.

Nesse contexto, o vídeo "Gay, Negro, Cristão" se torna uma ferramenta poderosa para promover a representatividade, o empoderamento e a produção de saberes outros, desafiando as normas sociais opressivas e contribuindo para uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade humana (Louro, 2022). Sua mensagem ressoa como um chamado à ação, convocando-nos a reconhecer e valorizar a existência da bicha preta e a nos comprometermos com uma transformação social radical em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora para

Além disso, o interlocutor ressalta a necessidade de reconhecer as experiências únicas de cada pessoa LGBTQIA+ e de lutar contra as formas de opressão que afetam a comunidade como um todo. Ele enfatiza a importância de construir solidariedade e empatia dentro do movimento, destacando que a diversidade é uma de suas maiores forças. Essa abordagem inclusiva e compassiva reflete uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e culturais que moldam as experiências LGBTQIA+ e oferece uma visão inspiradora para o futuro do movimento.

4.2.3 Direitos Humanos, lutas e antirracismo

Por fim, neste último subtópico trabalharemos os vídeos "Não é Questão de Gosto"¹⁷ e "Lidando Com as Feridas do Preterimento"¹⁸ publicados respectivamente em 3 de novembro de 2015 e 31 de agosto de 2022.

O vídeo "Não é Questão de Gosto", atualmente com 104.249 visualizações e 676 comentários, aborda reflexões profundas sobre as interseções entre raça, sexualidade e padrões de beleza na sociedade contemporânea. Murilo compartilha suas experiências ao se envolver em debates sobre negritude e racismo, especialmente em grupos online (importante destacar este ponto já que o objeto desta pesquisa também se encontra no ambiente online) voltados para pessoas negras LGBTQ+. Ele destaca como esses espaços o fizeram refletir sobre a dupla

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XJzFLOm0Uq0&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024.

¹⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5S7vWRrsxRI&t=1s&ab_channel=MuroPequeno, acesso em 28/02/2024

marginalização enfrentada por aqueles que são marcados tanto pela sua sexualidade quanto pela cor da pele (minutos 0:23 – 2:34):

E eu comecei a me aproximar muito, principalmente de alguns grupos do facebook de pessoas negras e, mais ainda, de pessoas negras que também são LGBT's. E aí, tem sido uns espaços que tem me colocado pra pensar em um monte de coisa, porque às vezes a gente não se dá conta de como é complicado viver duplamente marcado. Primeiro, você é marcado por ser LGBT; Segundo, você é marcado por ser negro numa sociedade que tanto é LGBTfóbica, quanto é racista. E aí, tem sido uns espaços bem interessantes de muita troca de ideia, e eu tenho conhecido pessoas sensacionais, e tá sendo muito legal. E aí, a primeira coisa que me chamou atenção nesses grupos, foi a quantidade enorme de relatos de pessoas dizendo o quanto era difícil pra elas entrarem em relacionamentos sérios. Não porque elas não quisessem, mas porque elas eram sempre tratadas como descartáveis, que serviam pra fazer sexo, mas não "serviam" para investir em um relacionamento. Aí a gente fica se perguntando: "O que é que isso tem a ver com o fato de elas serem negras?" Primeira coisa, é que eu acho que não é coincidência o fato de que isso é muito comum entre pessoas negras; Os relatos eram muito recorrentes. Quase todo dia tem um post falando sobre isso, e, em quase todo post, tem um monte de gente falando que também já passou por aquilo. É uma coisa meio assustadora, assim. A segunda coisa é que, se a gente parar pra pensar, essa realidade tem uma extrema conexão com os esteriótipos que a gente tem em torno das pessoas negras. De um lado, você tem o esteriótipo da mulher negra, que é a mulata, insaciável, gostosona, do sangue quente. Do outro lado, você tem o esteriótipo do homem negro, que é aquele homem que tem o pênis enorme, que é uma máquina sexual, que é muito viril, e que vai te dar a melhor experiência sexual que você já teve na sua vida. No dia em que eu me dei conta de o quanto isso era bizarro, foi uma vez que eu estava fazendo umas pesquisas no tumblr pra poder seguir alguns perfis, e eu cheguei lá na barra de pesquisa e joguei: gay. E aí, todas as fotos que me apareceram eram de pessoas brancas. E eu falei: "Nossa, que estranho, né?" Tipo: "Não tem só gay branco". "Pelo amor de Deus! É falta de visibilidade e tal". Aí eu fui e procurei: black gay. Tudo que me apareceu foi pornografia. E eu fiquei estarecido com aquilo, porque não é possível que as pessoas só pensem em gays negros quando é pra pensar em sexo. Mas aí, quando eu chegava lá no grupo e lia os relatos, o que acontecia era exatamente isso. As pessoas negras eram tratadas como se elas só servissem para fazer sexo.

Murilo oferece uma visão perspicaz das interseccionalidades enfrentadas pelos corpos subalternizados na sociedade contemporânea, especialmente destacando a experiência das bichas pretas e mulheres negras. Ao se aproximar de grupos online compostos por pessoas negras LGBTQIA+, Murilo expõe as complexidades de viver "duplamente marcado" em uma sociedade que perpetua o racismo e a LGBTfobia. A narrativa de Murilo ressalta como esses espaços de troca de ideias revelam uma realidade onde pessoas negras são frequentemente tratadas como descartáveis em questões de relacionamento, evidenciando uma conexão direta com estereótipos enraizados que associam a negritude à hipersexualização.

Este trecho em específico é crucial para pesquisa ora apresentada pois oferece uma análise vívida de como a sociedade funciona para corpos subalternizados, especialmente bichas pretas e mulheres negras. Murilo traz à tona sua própria experiência para ilustrar como esses grupos são estigmatizados tanto por sua raça quanto por sua sexualidade, enfrentando uma norma colonial que os marginaliza e exclui. Sua narrativa destaca a importância de uma abordagem decolonial na compreensão das experiências desses grupos, enfatizando a necessidade de desafiar e desconstruir estereótipos prejudiciais que perpetuam a exclusão e a marginalização. Ao confrontar esses padrões impostos pela sociedade, Murilo abre caminho para uma reflexão profunda sobre direitos humanos, justiça social e a busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A produção de Murilo Araújo no canal "Muro Pequeno" transcende os limites tradicionais das plataformas digitais ao incorporar elementos e expressões do movimento negro, bem como sua bagagem acadêmica, em uma linguagem acessível e bem estruturada.

Ao abordar questões relacionadas à negritude e à vivência LGBTQ+, Murilo não apenas compartilha suas experiências pessoais, mas também contextualiza essas narrativas dentro de um quadro mais amplo de opressão e resistência. Sua habilidade de articular conceitos complexos de maneira clara e concisa torna seu trabalho uma forma poderosa de produção de conhecimento, desafiando as normas estabelecidas e promovendo uma visão mais inclusiva e descolonizada da sociedade. Além disso, a subjetividade desestabilizadora de Murilo como uma bicha preta oferece uma perspectiva única e necessária, que desafia as estruturas hegemônicas e convida o público a repensar suas próprias noções de identidade, poder e justiça social.

Voltando ao vídeo em específico, a partir dos relatos compartilhados nos grupos, o protagonista observa como as pessoas negras são frequentemente tratadas como descartáveis em relacionamentos sérios, refletindo estereótipos arraigados que associam a negritude à hipersexualização. Ele também examina seu próprio comportamento ao perceber suas preferências em aplicativos de namoro, reconhecendo como os padrões de beleza internalizados podem perpetuar a exclusão e a invisibilidade das pessoas negras, mesmo dentro de comunidades LGBTQ+.

Ao longo do vídeo, Murilo desafia a noção de que preferências individuais são completamente separadas da influência da sociedade e dos padrões culturais dominantes. Ele destaca a importância de questionar esses padrões e reconhecer como eles moldam não apenas nossos gostos, mas também nossas percepções de beleza e desejo.

O vídeo conclui com um apelo à desconstrução desses padrões racistas e à abertura para a diversidade, sugerindo que um mundo mais inclusivo e acolhedor é possível quando nos libertamos das limitações impostas pelos padrões sociais dominantes. Essa reflexão profunda sobre as interações entre racismo, sexualidade e padrões de beleza oferece uma visão crítica e provocativa sobre as complexidades da identidade e da experiência humana na sociedade contemporânea.

O vídeo “Lidando com as Feridas do Preterimento” soma atualmente 5.871 visualizações e 42 comentários e, sendo provavelmente o vídeo mais pessoal trazido aqui, aborda a jornada de autoconhecimento e crescimento pessoal do autor, explorando suas experiências com rejeição, afeto, entretenimento e solidão, especialmente dentro da comunidade negra e LGBTQIA+. Vejamos o início do vídeo (minutos 0:15 – 1:51):

Hoje, a minha terapeuta pediu que eu ficasse de pé no meio do consultório, fechasse os olhos e imaginasse meus pés criando raízes em algum lugar que me viesse à mente. Foi muito difícil imaginar as minhas raízes crescendo, mas me vieram à mente as imagens de três lugares. Primeiro, a imagem da igreja da comunidade onde eu passei a infância e a adolescência, talvez o único lugar da minha vida em que eu sinto que realmente pertenci, mas eu estava sozinho lá, como quem sente que a igreja não é mais a mesma e como quem tem certeza de que já não é mais a mesma criança que cresceu ali. Depois, eu me vi no alto de uma montanha no interior de Minas Gerais. Na primeira vez que eu fui naquela montanha, eu fui na companhia de um menino, porque me apaixonei. Nós nos sentamos sozinhos ali no alto e ficamos olhando a paisagem, dividindo com dois garfos um pedaço de bolo de chocolate delicioso que ele tinha comprado numa lanchonete, uma lanchonete que nem existe mais. Foi um amor que não durou muito tempo, mas foi uma memória que por muito tempo manteve acesa a minha esperança de que o amor era possível para mim também. Por fim, eu me imaginei aqui na sala da minha casa, sozinho, mais confortável comigo mesmo, eu acho, porque estar vivo já foi mais estranho, mas ainda pensando no quanto é difícil imaginar as minhas raízes crescendo.

Ao longo do vídeo Murilo reflete sobre como essas experiências moldaram sua percepção de si mesmo e de sua relação com os outros, destacando a importância de confrontar traumas passados e inseguranças internas. Ele explora a complexidade das relações amorosas e a idealização do amor romântico, revelando suas próprias

armadilhas ao buscar relacionamentos como solução para suas questões emocionais. Além disso, discute, novamente, a dinâmica de exclusão e discriminação dentro de espaços considerados seguros para pessoas negras e LGBTQIA+, reconhecendo a necessidade de continuar a enfrentar essas questões mesmo quando aparentemente em ambientes acolhedores. Sobre a temática do vídeo, temos o seguinte (2:34 – 2:56):

Acho que não teve nenhum tema de que eu tenha falado mais aqui do que o tema do amor, da solidão, do afeto, do entretenimento, falando tanto das dores quanto das potências que eu acho que atravessam as nossas vivências enquanto pessoas negras que são LGBTQIA+, especialmente falando da realidade de bichas pretas, que é o lugar de onde eu mesmo falo. Acho que esse é o tema que eu mais quero falar nesse movimento de retorno aqui para o canal.

Ao longo do vídeo, Murilo mergulha em uma análise profunda das expectativas pessoais e sociais em torno do amor, afeto e pertencimento, revelando como essas influências podem impactar negativamente a autoestima e a autopercepção. Ele compartilha suas descobertas sobre a necessidade de resolver questões internas profundas, independentemente de mudanças externas, e destaca a importância contínua do apoio terapêutico nesse processo. Além disso, o autor desafia as noções estereotipadas de desejo e beleza dentro da comunidade negra e LGBTQIA+, apontando para a necessidade de uma conversa mais ampla e inclusiva sobre esses temas. Por fim, ele encoraja sua audiência a compartilhar e participar dessa discussão, reconhecendo que o crescimento pessoal e coletivo é um processo contínuo que requer reflexão e engajamento ativo.

Em um contexto permeado por experiências de rejeição, afeto, entretenimento e solidão, especialmente dentro da comunidade negra e LGBTQIA+, Murilo compartilha suas vivências e reflexões, destacando a complexidade dessas relações e sua influência na percepção de si mesmo e dos outros. Nesse sentido, o autor evidencia a importância de confrontar traumas passados e inseguranças internas, questionando a idealização do amor romântico e a busca por relacionamentos como solução para questões emocionais.

Nos vídeos analisados, Murilo mergulha em uma análise profunda das expectativas pessoais e sociais em torno do amor, afeto e pertencimento, revelando como essas influências podem impactar negativamente a autoestima e a

autopercepção. Além disso, o autor desafia as noções estereotipadas de desejo e beleza dentro da comunidade negra e LGBTQIA+, apontando para a necessidade de uma conversa mais ampla e inclusiva sobre esses temas.

Essa contribuição de Murilo para a luta antirracista e para os direitos humanos se alinha com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, que questiona a seletividade na aplicação dos direitos e busca ampliar o escopo dos direitos humanos para incluir questões como justiça social e econômica.

A obra de Tiago Vinicius André Santos (2017) complementa essa discussão ao destacar como a representação midiática influencia a percepção pública e os direitos à imagem e identidade das pessoas negras, evidenciando as estruturas de poder que perpetuam injustiças e violações de direitos. Da mesma forma, Thula Pires (2020) oferece uma perspectiva decolonial que desafia as concepções eurocêntricas de direitos humanos, valorizando os conhecimentos e experiências das comunidades afrodescendentes e indígenas. A renúncia a categorias pré-estabelecidas também é discutida como uma estratégia de resistência e empoderamento para indivíduos marginalizados (Pires, 2017).

No âmbito da Teoria Crítica do Direito, a análise de Davis (2016) sobre a instrumentalização do direito pelas elites dominantes ressalta a necessidade de transformação jurídica para promover a justiça social e a emancipação. Já a obra de Grossi (2007) nos incentiva a refletir sobre as mitologias jurídicas que moldaram a prática jurídica ao longo do tempo, questionando a neutralidade do direito e buscando alternativas mais inclusivas e justas. Portanto, a contribuição de Murilo para o debate sobre direitos humanos e justiça social destaca a importância de ouvir as vozes e reconhecer os espaços, experiências e perspectivas marginalizadas, promovendo um engajamento crítico e reflexivo em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Murilo, ao abordar suas experiências pessoais, lança luz sobre questões profundamente enraizadas na sociedade contemporânea, especialmente dentro das comunidades negras e LGBTQIA+. Sua narrativa íntima revela as complexidades das relações interpessoais e o impacto das expectativas sociais sobre o amor e a identidade. Nesse sentido, sua contribuição para a luta antirracista e para os direitos humanos vai além do mero relato individual, oferecendo uma análise crítica das estruturas de poder que perpetuam injustiças e exclusões.

A Teoria Crítica dos Direitos Humanos, ao questionar a seletividade na aplicação dos direitos, encontra eco nas reflexões de Murilo sobre a dinâmica de exclusão e discriminação. Sua abordagem desafia a narrativa dominante, destacando a importância de uma conversa mais ampla e inclusiva sobre questões raciais e de gênero. Nesse sentido, sua voz se torna essencial para ampliar o escopo dos direitos humanos, incluindo dimensões como justiça social e econômica.

A representação midiática, conforme discutido por Santos (2017), desempenha um papel crucial na percepção pública das questões raciais e de identidade. Murilo, ao compartilhar suas experiências de forma tão franca e aberta, confronta os estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade, oferecendo uma narrativa alternativa que desafia as estruturas de poder e dominação. Sua contribuição para uma representação mais autêntica e diversificada é, portanto, um ato de resistência e empoderamento.

A perspectiva decolonial de Thula Pires (2020) oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender a importância do trabalho de Murilo. Ao valorizar os conhecimentos e experiências das comunidades marginalizadas, Pires destaca a necessidade de uma análise crítica das hierarquias raciais e sociais. Murilo, ao compartilhar sua história e sua verdade, contribui para essa desconstrução de narrativas hegemônicas, oferecendo uma visão mais inclusiva e contextualizada da luta por direitos humanos.

Por fim, a obra de Grossi (2007) nos convida a refletir sobre o papel do direito na promoção da justiça social. Murilo, ao desafiar as normas e discursos dominantes, segue os passos dessa tradição crítica, buscando alternativas mais inclusivas e justas de comunicação, produção e disseminação de conhecimento. Sua voz, portanto, se insere em um movimento mais amplo de transformação social e emancipação, onde a reflexão e a ação se unem na busca por uma sociedade mais igualitária e justa.

4.3 A PRODUÇÃO DA BICHA PRETA A PARTIR DA SUA SUBJETIVIDADE DESESTABILIZADORA: CONCLUSÃO DE UMA BICHA PRETA A PARTIR DE OUTRA BICHA PRETA

A análise detalhada dos vídeos do canal Muro Pequeno realizada no tópico anterior oferece uma visão penetrante das interseccionalidades enfrentadas por pessoas negras LGBTQIA+ na contemporaneidade. Ao mergulhar nas experiências íntimas compartilhadas por Murilo Araújo, somos confrontados com uma narrativa que transcende os limites tradicionais das plataformas digitais, trazendo à tona questões profundas sobre identidade, pertencimento e resistência. Em um mundo marcado por normas hegemônicas e estruturas de poder opressivas, Murilo desafia os estereótipos arraigados e promove uma visão mais inclusiva e descolonizada da sociedade.

A análise crítica desses vídeos não se limita apenas a uma reflexão sobre direitos humanos e justiça social, mas também oferece uma profunda exploração do conceito de entre lugar, conforme trabalhado por Frantz Fanon (2008). Murilo, ao compartilhar suas experiências de pertencimento e exclusão, revela como os espaços digitais se tornaram um refúgio e uma arena de resistência para pessoas negras LGBTQIA+. Esses espaços online se tornam uma espécie de entre lugar, onde indivíduos marginalizados podem encontrar comunidade e expressão livre de algumas das pressões e violências enfrentadas no mundo físico.

Ao destacar a dinâmica de exclusão e discriminação dentro desses espaços, Murilo lança luz sobre as contradições de uma sociedade que perpetua o racismo e a LGBTfobia, mesmo em ambientes aparentemente acolhedores tais como o movimento LGBTQIA+. Essa análise se aproxima das ideias de Fanon (2008) sobre a alienação e desumanização experimentadas por aqueles que são marginalizados e colonizados, mesmo quando buscam refúgio em espaços alternativos.

Além disso, a narrativa íntima de Murilo revela como as experiências de rejeição, afeto, entretenimento e solidão moldam a percepção de si mesmo e dos outros, especialmente dentro das comunidades negras e LGBTQIA+. Esses temas ressoam com as reflexões de Fanon (2008) sobre a busca de uma identidade autêntica e emancipada em um mundo que tenta constantemente reduzir as pessoas marginalizadas a estereótipos e caricaturas.

A análise crítica desses vídeos também destaca a importância de confrontar traumas passados e inseguranças internas, questionando a idealização do amor romântico e a busca por relacionamentos como solução para questões emocionais. Nesse sentido, Murilo desafia as normas e discursos dominantes, seguindo os passos da tradição crítica de Fanon, que busca desestabilizar as estruturas de poder que perpetuam injustiças e exclusões.

A abordagem de Murilo para os temas de amor, afeto e pertencimento também ressoa com as ideias de Fanon (2008) sobre a necessidade de uma reconexão com a própria humanidade e uma recusa em aceitar as limitações impostas pelas normas sociais dominantes. Ao questionar as expectativas pessoais e sociais em torno desses temas, Murilo desafia as estruturas de poder e dominação que moldam as relações interpessoais e a identidade individual.

A contribuição de Murilo para a luta antirracista e para os direitos humanos vai além do mero relato individual, oferecendo uma análise crítica das estruturas de poder que perpetuam injustiças e exclusões. Sua voz se insere em um movimento mais amplo de transformação social e emancipação, onde a reflexão e a ação se unem na busca por uma sociedade mais igualitária e justa.

O canal Muro Pequeno, embora liderado por um mestre acadêmico, desafia as convenções do academicismo ao optar por uma abordagem mais acessível e descomplicada. Enquanto muitos canais acadêmicos aderem à rigidez e formalidade da linguagem acadêmica, Murilo Araújo escolhe deliberadamente uma linguagem mais próxima do cotidiano, visando democratizar o conhecimento e torná-lo acessível a um público mais amplo. Essa escolha consciente de se afastar do academicismo tradicional representa uma ruptura significativa com as normas estabelecidas, abrindo espaço para uma forma mais inclusiva e diversificada de produção e disseminação de conhecimento.

Ao adotar uma linguagem descomplicada e acessível, o canal Muro Pequeno consegue alcançar um público mais amplo (desde que possua livre acesso à internet, lembrando que essa não é a realidade de todos no Brasil¹⁹), incluindo aqueles que podem se sentir excluídos ou intimidados pela linguagem formal e técnica

¹⁹ Estima-se que Cerca de 84% dos lares brasileiros têm acesso à internet. Disponível em: <https://encurtador.com.br/buKWZ>, acesso em 28/02/2022

da academia. Isso é especialmente relevante no contexto de debates sobre questões sociais e políticas, onde a democratização do conhecimento é crucial para promover a conscientização e a ação coletiva. Murilo Araújo reconhece a importância de tornar o conhecimento acessível a todos, independentemente de sua formação educacional ou background cultural.

Além disso, a decisão de adotar uma linguagem mais acessível e descomplicada também reflete a natureza interdisciplinar do trabalho de Murilo Araújo. Ao abordar questões relacionadas à negritude, sexualidade e identidade de gênero, ele incorpora elementos e expressões de movimentos sociais diversos, como o feminismo negro e o ativismo LGBTQIA+. Essa abordagem interdisciplinar se alinha com uma visão mais ampla de conhecimento, que reconhece a interconexão e interdependência de diferentes campos de estudo e prática.

Ao romper com as convenções formais e adotar uma linguagem mais acessível e direta, o canal Muro Pequeno contribui para ampliar o acesso ao conhecimento, tanto aquele produzido em ambientes acadêmicos quanto o gerado pelos movimentos sociais. Essa abordagem inovadora não apenas desafia as normas estabelecidas da academia, mas também abre espaço para uma forma mais inclusiva e diversificada de produção e disseminação de conhecimento, que busca engajar um público mais amplo e promover uma maior conscientização sobre questões sociais e políticas.

Freire (2011) argumenta que a educação deve ser libertadora, capacitando os alunos a pensarem criticamente sobre o mundo ao seu redor e agirem para transformá-lo. Uma das suas citações mais conhecidas, retirada da obra "Pedagogia do Oprimido" é: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão." Essa citação ressalta a importância do diálogo e da colaboração na busca pela libertação. Da mesma forma, Murilo Araújo, ao adotar uma abordagem inclusiva e descomplicada em seu canal, convida seus espectadores a participarem ativamente do processo de produção e disseminação de conhecimento, criando um espaço de comunhão e engajamento coletivo.

bell hooks (2013) também defende uma abordagem mais libertadora na educação ao argumentar que a educação deve desafiar as normas e estruturas de poder existentes, capacitando os alunos a questionarem e resistirem à opressão. Ela escreve: "A liberdade é a chave, a luta pela liberdade é fundamental." Essa citação

destaca a importância da liberdade na busca pela justiça social e pela emancipação. Murilo Araújo, ao romper com as convenções do academicismo e adotar uma linguagem mais acessível e descomplicada, segue o exemplo de Freire e hooks ao criar, em seu canal do Youtube, um espaço educacional que promove a liberdade de pensamento e ação.

Freire (2011) observa em seu livro "Pedagogia da Autonomia", "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." Essa citação ressalta a importância de capacitar os alunos a pensarem criticamente e construir seu próprio conhecimento, em vez de simplesmente absorverem informações de forma passiva. Nesse sentido, a abordagem de Murilo Araújo pode ser vista como uma tentativa de criar um ambiente educacional mais participativo e colaborativo, onde os espectadores são incentivados a se engajarem ativamente no processo de aprendizado.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação foi uma jornada trabalhosa, porém profundamente gratificante, que culminou em reflexões decoloniais significativas sobre a produção de conhecimento e a representatividade das bichas pretas nas mídias sociais. A aproximação entre o acadêmico que a escreve e Murilo Araújo, ambos bichas pretas e nordestinas, foi essencial para a compreensão mais profunda das interseccionalidades enfrentadas por esses corpos marginalizados. Ambos compartilhamos uma bagagem rica em movimento negro e letramento acadêmico, mas, acima de tudo, acreditamos na educação em suas múltiplas formas, especialmente naquelas que transcendem os "muros" da academia, sejam eles físicos ou simbólicos.

Ao longo deste estudo, pudemos explorar como a produção de conteúdo de Murilo Araújo no canal Muro Pequeno transcende as fronteiras do conhecimento acadêmico tradicional, oferecendo uma plataforma para vozes marginalizadas serem ouvidas e representadas. Sua abordagem descomplicada e acessível à educação é um lembrete poderoso de que o conhecimento pode e deve ser democratizado, alcançando públicos diversos e promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Assim, ao encerrar esta dissertação, reafirmamos nosso compromisso com a promoção de saberes outros, com a valorização das experiências subalternizadas e com a luta por direitos humanos que reconheçam e respeitem a diversidade em todas as suas formas.

5 CONCLUSÃO

O que se buscou com esta pesquisa foi, primeiramente, abordar a persistência de estereótipos e preconceitos em relação aos povos colonizados, destacando como essas percepções são perpetuadas na política, mídia e cultura contemporâneas, apresentando a perspectiva decolonial como uma abordagem que busca desconstruir esses estereótipos, reconhecendo os impactos do colonialismo nas culturas e sociedades colonizadas e promovendo a valorização das tradições e a pluralidade cultural.

Buscando-se fugir ao atrativo campo de falar das questões raciais no Brasil pela perspectiva das mazelas e sofrimentos (que são inegáveis), já no primeiro capítulo, surge a ideia de resistência cultural dos povos subalternos, destacando exemplos como o conceito de "pretuguês" proposto por Lélia Gonzalez, que busca denunciar as formas de opressão e exclusão impostas pela colonização portuguesa no Brasil e empoderar a população negra por meio do entendimento do nosso vocabulário. Além disso, destaca-se as iniciativas do Movimento Negro, que sempre buscou valorizar a cultura e história dos povos subalternos através da inclusão de temas como a história da África e da cultura negra nas escolas, bem como os tensionamentos pela implementação de cotas raciais nas universidades brasileiras como um exemplo de resistência concreta contra a exclusão e desigualdade no acesso à educação superior.

A perspectiva decolonial utilizada buscou desafiar essa visão estereotipada e preconceituosa dos povos colonizados, reconhecendo sua humanidade e valorizando suas culturas e contribuições para o mundo com uma proposta de análise crítica das estruturas coloniais que sustentam esses estereótipos, buscando desconstruí-los e promovendo uma narrativa mais justa e equitativa sobre os povos colonizados.

Uma das formas de desconstruir a ideia de que os povos colonizados são "monstros" é por meio da educação e da produção de conhecimento. É fundamental que as histórias e culturas dos povos colonizados sejam ensinadas de forma precisa e respeitosa, valorizando suas contribuições para a humanidade e reconhecendo os impactos negativos do colonialismo em suas vidas.

Além disso, é importante promover uma representação mais diversificada e precisa dos povos colonizados na mídia e na cultura popular, evitando estereótipos

e preconceitos que perpetuam a visão de que esses povos são inferiores ou "monstruosos". Isso requer o envolvimento de produtores de conteúdo, escritores, cineastas e outros criadores de mídia na promoção de narrativas mais inclusivas e respeitadas.

A perspectiva decolonial também destaca a importância do reconhecimento e da reparação das injustiças históricas causadas pelo colonialismo. Isso inclui a devolução de terras e recursos aos povos colonizados, o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais desses povos, e a implementação de políticas que promovam a igualdade e a justiça para todos.

Por meio da educação, da representação na mídia, do reconhecimento e da reparação das injustiças históricas, podemos promover uma narrativa mais justa e equitativa sobre os povos colonizados, reconhecendo sua humanidade e valorizando suas contribuições para o mundo.

Seguindo, o debate sobre interseccionalidade entre gênero e sexualidades dissidentes revela-se uma ferramenta indispensável para compreender as complexidades das experiências das bichas pretas. Kimberlé Crenshaw, ao introduzir o conceito, destacou a necessidade de superar abordagens dicotômicas que tratavam raça e gênero como experiências mutuamente exclusivas. A interseccionalidade propõe uma compreensão holística das diversas formas de opressão que se entrelaçam, reconhecendo que raça, classe e gênero são sistemas interligados que demandam uma análise mais profunda para abordar as desigualdades subjacentes.

Além disso, a aplicação organizada da interseccionalidade envolve três abordagens principais: a complexidade anticategórica, que questiona a construção e definição de fronteiras entre categorias; a complexidade intracategórica, que reconhece relações estáveis e duráveis dentro das categorias, evitando generalizações homogeneizantes; e a complexidade intercategórica, que utiliza categorias analíticas de forma estratégica, focando nas relações de desigualdade entre grupos sociais.

A interseccionalidade, concebida como uma metodologia multifacetada, não apenas destaca a sobreposição de opressões, mas também propõe abordagens específicas para desconstruir categorias, reconhecer relações duráveis e estratégicas, e documentar as complexas dinâmicas de desigualdade (Pereira, 2021). Isso se torna particularmente relevante ao analisar as experiências das bichas pretas,

pois permite uma compreensão mais completa das interseções entre gênero, raça e sexualidade, desafiando normas preconcebidas e estereótipos.

O pensamento interseccional, debatido sob o prisma das diferenças e desigualdades, emerge como um espaço reflexivo profícuo para compreender as complexas interações que permeiam as estruturas sociais. Diversas expressões feministas, como o feminismo negro, chicano, radical, marxista, decolonial e transfeminismo, destacam a importância da interseccionalidade ao focar a inter-relação entre gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais.

A análise crítica das interseções entre gênero, raça e sexualidade destaca a complexidade das experiências das mulheres negras e das bichas pretas, que historicamente enfrentam discriminações entrelaçadas. Ao resgatar a história do feminismo negro, devemos compreender o papel fundamental em completar as teorias feministas e do racismo, evidenciando como o racismo, sexismo e classismo afetam as mulheres de maneira interseccional. Esses movimentos oferecem uma lente crítica para analisar as interseções entre gênero, raça e orientação sexual, destacando as formas únicas de marginalização e resistência enfrentadas por esses indivíduos.

No contexto brasileiro, a disseminação do conceito de interseccionalidade ganha destaque através da contribuição significativa de Carla Akotirene, que destaca a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que busca entender a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. A interseccionalidade, portanto, não apenas reconhece a sobreposição de opressões, mas também oferece diretrizes específicas para analisar, desconstruir e documentar as complexas interações entre gênero, raça e sexualidade, desafiando normas preconcebidas e estereótipos.

Ao aplicar a interseccionalidade ao contexto das bichas pretas, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para combater a discriminação sistêmica e promover a justiça social para todas as comunidades marginalizadas. A análise das experiências das bichas pretas sob uma perspectiva interseccional permite uma compreensão mais profunda das estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a violência sistêmica, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero ou orientação sexual.

O papel do feminismo negro emerge como fundamental na compreensão e transformação da realidade das bichas pretas no Brasil, fornecendo um arcabouço

teórico e prático para analisar as interseções entre raça, gênero e sexualidade. Autores e autoras desta linha desafiam normas dominantes e contribuem para uma compreensão mais ampla das experiências das mulheres negras e das bichas pretas, oferecendo bases teóricas importantes para a análise crítica dessas vivências.

A interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade revela um cenário complexo no qual as bichas pretas enfrentam desafios únicos que transcendem a orientação sexual, confrontando estigmas associados à masculinidade normativa e às expectativas sociais sobre o que significa ser um homem negro. Essas experiências são profundamente influenciadas pela construção social que reserva para esses corpos um lugar de inexistência intelectual, acadêmica e política.

A análise das dinâmicas comunitárias destaca como essas estruturas podem desempenhar um papel significativo na formação da identidade e no bem-estar das bichas pretas. Muitas vezes, esses indivíduos enfrentam rejeição e ostracismo dentro de suas próprias comunidades, o que pode ter sérias repercussões em sua saúde mental e emocional. Portanto, é crucial promover a aceitação e o apoio dentro desses contextos, garantindo que todos tenham um ambiente seguro e acolhedor para expressar sua verdadeira identidade.

No âmbito das políticas públicas, é fundamental considerar como as experiências das bichas pretas e de outras comunidades marginalizadas podem ser abordadas de forma mais abrangente e inclusiva. Políticas que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais, incluindo o acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho, devem ser informadas por uma compreensão interseccional entre raça, gênero e sexualidade, a fim de garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos.

Ao explorar a resistência da bicha preta, é essencial considerar o contexto acadêmico e as lacunas significativas nas obras existentes, como as de Frantz Fanon, que muitas vezes adotam uma abordagem unicamente heteronormativa. Esses vazios na discussão acadêmica evidenciam a necessidade urgente de ampliar as lentes de análise para abranger as experiências multifacetadas da bicha preta.

A análise das expectativas impostas sobre a bicha preta revela a complexidade das interseções entre raça, gênero e sexualidade, evidenciando as múltiplas camadas de marginalização e estigmatização que permeiam sua experiência individual e coletiva na sociedade brasileira contemporânea.

A sociedade impõe normas específicas sobre como o homem negro deve se comportar, vestir e falar, reforçando padrões normativos que não reconhecem a diversidade dentro da comunidade negra. O termo "bicha" carrega consigo estigma e marginalização, sendo utilizado pejorativamente para se referir a indivíduos do gênero masculino com sexualidade dissidente, especialmente aqueles que desafiam as normas de gênero ao se apresentarem de forma afeminada.

Essas expectativas são ampliadas pela interseccionalidade, que revela a complexidade do espaço ocupado pela bicha preta, confrontada com demandas muitas vezes contraditórias e interpretando o silêncio como uma forma de resistência ativa.

A marginalização das bichas pretas se manifesta em várias formas de violência e exclusão, incluindo a negação de espaços seguros e inclusivos para expressão de sua sexualidade e identidade de gênero. Os próprios espaços LGBTQIA+ reproduzem dinâmicas de exclusão, perpetuando estereótipos e hierarquias que colocam as bichas pretas em uma posição de marginalização dentro de sua própria comunidade.

Essa marginalização é resistida através de uma história de luta e resiliência, semelhante à das mulheres negras, encontrando força na solidariedade e na comunidade para desafiar ativamente as normas e os sistemas de poder. A diferenciação entre "gay" e "bicha" ressalta essa resistência em afirmar uma existência que desafia tanto o padrão heteronormativo quanto a assimilação proposta por algumas comunidades LGBTQIA+.

A figura da bicha preta desafia categorizações simplistas, reivindicando um espaço incerto e poderoso. Guacira Lopes Louro introduz a teoria queer no contexto brasileiro, desafiando as expectativas sociais sobre o corpo, especialmente no que diz respeito às bichas pretas.

Essa resistência é uma afirmação poderosa da existência e da humanidade das bichas pretas, desafiando as estruturas opressivas que buscam negar sua identidade e sua voz. A construção social da identidade negra e homossexual contribui para a marginalização e estigmatização das bichas pretas, que enfrentam uma dupla marginalização com base em raça e sexualidade dissidente.

A linguagem desempenha um papel fundamental na perpetuação dessas representações sociais, reforçando normas de gênero e sexualidade que excluem aqueles que não se encaixam nas categorias dominantes. A busca por espaços de

afirmação e expressão representa uma forma de resistência e empoderamento, onde as bichas pretas podem desafiar ativamente as normas opressivas e reivindicar sua existência plena.

A marginalização das bichas pretas nos espaços LGBTQIA+ reflete as hierarquias e estereótipos internalizados dentro da própria comunidade, destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva que reconheça e valorize as experiências de todos os membros, especialmente aqueles que enfrentam múltiplas formas de opressão.

A teoria queer oferece uma lente crítica valiosa para desafiar as expectativas sociais em torno da bicha preta, desestabilizando as normas de gênero e sexualidade que perpetuam sua marginalização e estigmatização. Ao questionar os pressupostos binários e heteronormativos que moldam a compreensão da identidade, a teoria queer possibilita uma análise mais profunda das interseções entre raça, gênero e sexualidade na experiência da bicha preta.

A construção de símbolos e expectativas em torno da masculinidade negra reflete uma história de dominação e exploração que remonta ao período colonial, quando corpos negros eram subjugados e desumanizados em nome do lucro e do poder. Essa história de violência e opressão continua a informar as representações sociais da masculinidade negra na contemporaneidade, contribuindo para a marginalização e estigmatização das bichas pretas.

A emergência da figura da bicha preta como uma força de resistência e subversão desafia não apenas as normas de gênero e sexualidade, mas também as estruturas de poder que buscam perpetuar a opressão e a marginalização. Sua existência é uma afirmação poderosa da diversidade e da humanidade, questionando as narrativas hegemônicas que buscam negar sua identidade e sua voz.

Em última análise, a luta pela emancipação e igualdade das bichas pretas é inseparável da luta mais ampla por justiça social e igualdade. Ao desafiar as normas e expectativas sociais, esses sujeitos estão engajados em uma luta pela transformação radical das estruturas sociais que perpetuam a opressão e a exclusão, promovendo uma visão mais inclusiva e igualitária da sociedade.

A análise crítica das narrativas sociais revela como a construção da identidade da bicha preta é moldada por normas e expectativas que perpetuam a marginalização e a exclusão. Essas narrativas, enraizadas em discursos de poder, reforçam estereótipos prejudiciais e limitam a expressão individual da bicha preta,

impondo-lhe uma série de restrições baseadas em normas eurocêntricas de gênero e sexualidade.

A representação da bicha preta na sociedade brasileira, permeada por estereótipos e preconceitos, contribui para sua desumanização e exclusão, gerando uma representação homogeneizada da masculinidade negra como sinônimo de criminalidade e aversão ao trabalho, reforçando noções de inferioridade e subalternidade, marginalizando as bichas pretas em relação às normas dominantes de gênero e sexualidade.

A resistência da bicha preta contra as expectativas sociais impostas sobre sua identidade é evidente em sua busca por espaços de afirmação e expressão, onde sua humanidade e dignidade são reconhecidas e valorizadas. Esses espaços representam locais de resistência e empoderamento, onde as bichas pretas podem desafiar ativamente as normas opressivas e reivindicar sua existência plena.

Diante de todo o arcabouço teórico e das análises profundas sobre a experiência da bicha preta na sociedade, torna-se evidente a importância de reconhecermos sua existência como algo fundamentalmente disruptivo e questionador. A bicha preta, ao desafiar as normas de gênero, raça e sexualidade, não apenas revela as falhas e contradições dos sistemas sociais estabelecidos, mas também nos confronta com a urgente necessidade de uma transformação radical. Sua presença desafia a narrativa dominante que busca homogeneizar e marginalizar certas identidades, destacando a complexidade e diversidade da experiência humana.

Nesse sentido, é crucial reconhecermos a bicha preta como uma voz indispensável na luta por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Sua resistência ativa e sua busca por espaços de afirmação e expressão não só inspiram, mas também nos convocam a agir em prol de medidas concretas de melhoria social.

Precisamos nos debruçar sobre a consciência do tratamento desigual dispensado pela sociedade a determinados corpos e experiências, e assumir a responsabilidade coletiva de criar um ambiente onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, raça ou orientação sexual, possam viver com dignidade e plenitude.

Portanto, é fundamental que não apenas reconheçamos a importância da existência da bicha preta, mas também nos comprometamos com ações tangíveis que promovam uma verdadeira igualdade, o que envolve não apenas políticas públicas inclusivas e a implementação de leis antidiscriminatórias, mas também uma mudança

cultural profunda que desafie os preconceitos arraigados e promova o respeito pela diversidade. Somente ao reconhecermos e valorizarmos a existência da bicha preta como parte integrante da tapeçaria humana é que poderemos verdadeiramente avançar em direção a uma sociedade mais justa e acolhedora para todos.

Esta pesquisa proporciona uma reflexão profunda sobre a interseccionalidade das experiências de pessoas negras LGBTQIA+ na contemporaneidade, especialmente destacando a produção de conteúdo de Murilo Araújo no canal Muro Pequeno como uma plataforma significativa para ampliar vozes marginalizadas.

Este estudo detalhou como as narrativas íntimas compartilhadas por Murilo transcendem os limites convencionais das mídias sociais, oferecendo uma visão mais inclusiva e descolonizada da sociedade. A análise crítica desses vídeos revelou as contradições enfrentadas por indivíduos negros LGBTQIA+, tanto nos espaços físicos quanto nos digitais, e ressaltou a importância de confrontar as estruturas de poder que perpetuam injustiças e exclusões.

No entanto, vale ressaltar que este percurso não foi isento de desafios e dificuldades. O processo do mestrado foi extremamente complicado para mim, principalmente porque se iniciou em um período de luto pela perda da minha avó, uma das pessoas mais importantes da minha vida. Ao enfrentar diversos problemas de ordem familiar e pessoal, houve momentos em que pensei em trancar ou desistir do mestrado.

Contudo, a perseverança e a convicção de que a pesquisa e a futura docência representam sonhos maiores do que os obstáculos enfrentados foram fundamentais para seguir adiante, permitindo que este trabalho chegasse a termo.

A relevância do tema abordado nesta pesquisa para trabalhos futuros é incontestável. A análise das interseccionalidades enfrentadas por pessoas negras LGBTQIA+ nas mídias sociais ainda carece de aprofundamento e ampliação, especialmente considerando o contexto em constante transformação das plataformas digitais e das dinâmicas sociais. Investigar como esses espaços podem se tornar tanto refúgios quanto arenas de resistência para os grupos marginalizados é crucial para compreendermos melhor as lutas por justiça social e igualdade.

Além disso, a continuidade da pesquisa neste campo pode explorar ainda mais a relação entre produção de conteúdo digital, representatividade e emancipação. Compreender como indivíduos como Murilo Araújo estão utilizando as mídias sociais

para desafiar normas hegemônicas e promover narrativas mais inclusivas pode fornecer insights valiosos para ativistas, acadêmicos e formuladores de políticas públicas interessados na promoção da diversidade e da equidade.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa representa apenas um ponto de partida para investigações mais amplas e aprofundadas sobre as interseccionalidades raciais e de gênero na contemporaneidade.

A complexidade das experiências vividas por pessoas negras LGBTQIA+ exige uma abordagem multifacetada e interdisciplinar, que leve em consideração não apenas as narrativas individuais, mas também as estruturas sociais e políticas que moldam essas experiências. Portanto, a continuidade do diálogo e da pesquisa neste campo é essencial para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária para todos os seus membros.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Ed. Jandaíra - São Paulo, 2020.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte - Mg: Grupo
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 15-31, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 06 mar. 2023.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- BERNADINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSFOGEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Autêntica Editora. 2019. Maldonado-Torres, N. Sobre la Colonialidad del Ser: Contribuciones al Desarrollo de un Concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Eds.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 7-22, 1994.
- CÉSAIRE, Aimée. **Discurso sobre o colonialismo**. Editora Perspectiva. 2008.
- Collins, Patricia Hill. **Interseccionalidade** / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- CURIEL, Ochy. (2018 [2005]). **“Gênero, raça, sexualidade: debates contemporâneos”** [“Gênero, raza, sexualidad: debates contemporâneos”], Baptista, M. M. (Org.), *Gênero e Performance: Textos Essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editor, pp. 215-237.
- CURIEL, Ochy; GENEROSO, Lídia Maria de Abreu. **Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista**. Revista de Teoria da História, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 231–245, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROSSI, Paulo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. ver., e atual. / 2. ed. rev.e. atual / Paulo Grossi; tradução de Amo Dal Ri Júnior - Florianópolis: Editorial Letramento, 2018. 204 p.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. P. 194.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2011. Fundação Boiteux, 2007.160p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2011. Fundação Boiteux, 2007.143p.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. – 1ª edição – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (Orgs.). *Estrutura social, mobilidade e raça*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vértice, 1984. p. 92-99.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante. 2019.

hooks, bell. **Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza d'Ávila Viana. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p

LIMA, Fernanda da Silva; FELIPE, Delton Aparecido. **Insurgências e insubordinações negras no ensino superior: as cotas raciais e o tensionamento dos currículos nas universidades**. *Revista Culturas Jurídicas*. Niterói/RJ, vol. 8, n. 20, pp. 877-904, mai-ago, 2021.

LIMA, Fernanda da Silva. SILVA, Karine de Souza. **Teorias Críticas e Estudos Pós e Decoloniais à Brasileira: Quando a Branquitude Acadêmica Silencia Raça e Gênero**. Empório do Direito. 2020. Disponível em:

<https://emporiododireito.com.br/leitura/teorias-criticas-e-estudos-pos-e-decoloniais-a-brasileira-quando-a-branquitude-academica-silencia-raca-e-genero>. Acesso em 25/10/2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Guacira Lopes Louro. 3. Ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2022. 103p.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá, Colômbia. N. 9: 73-101, julio-diciembre, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018

MELO, Iran Ferreira de. **Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 10, p. 205-232, 2016.

Mignolo, Walter D. (2003). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. In Edgardo Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas** (p. 27-58). Buenos Aires: CLACSO.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. – Curitiba, 2017. 190p.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade**. Civitas Revista de Ciências Sociais. v. 21, n. 3, set-dez, p. 445-454, 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/>

PIRES, Thula. **Racializando o debate sobre direitos humanos**. Thula Pires. 2017, 11p.

PIRES, Thula. **Por uma concepção amefricana de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2022. 96p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117-142.

QUINALHA, Renan. **O mito fundador de Stonewall**. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>. Acesso em: 08/12/2023.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (org) **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 267-270.

SANTOS, Milton. 1996-2001. **O espaço do cidadão** / Milton Santos. -7.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, 176p.

SANTOS, Tiago Vinicius André. **Desigualdade Racial Midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado**. Orientadora Eunice Aparecida de Jesus Prudente -- São Paulo, 2017. 201p.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante; AMAR, Victor. **Interseccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidade e classe social**. Salvador: EDUFBA, 2020. 497p.

SILVA, Maria Aparecida. **Trajetória de mulheres negras ativistas**. Curitiba: Appris, 2017.

WYNTER, Sylvia. **Ensayos sobre la colonialidad del ser**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2003.